



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG

CLEIDE MARA MARTINS DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS AGRÍCOLAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: análise
comparativa de duas sub-regiões em Portugal**

SÃO JOÃO DEL-REI - MG

2024

CLEIDE MARA MARTINS DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS AGRÍCOLAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: análise
comparativa de duas sub-regiões em Portugal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental e Territorial

Linha de pesquisa: Dinâmica do Espaço Rural e Urbano

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo

Coorientador: Prof. Dr. João Carlos Martins de Azevedo

SÃO JOÃO DEL-REI - MG

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48p Oliveira, Cleide Mara Martins de.
Políticas Agrícolas de Desenvolvimento Rural :
análise comparativa de duas sub-regiões em Portugal
/ Cleide Mara Martins de Oliveira ; orientador
Márcio Roberto Toledo; coorientador José Carlos
Martins de Azevedo. -- São João del-Rei, 2024.
163 p.

Dissertação (Mestrado - Geografia) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2024.

1. Agricultura biológica. 2. Bio-regiões. 3.
Sistema agro-silvo-pastoril do Barroso. 4.
Agricultura portuguesa. 5. Política Agrícola Comum. I.
Toledo, Márcio Roberto, orient. II. Azevedo, José
Carlos Martins de , co-orient. III. Título.


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

POLÍTICAS AGRÍCOLAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: análise comparativa de duas sub-regiões em Portugal

Autora: Cleide Mara Martins de Oliveira

Orientador: Márcio Roberto Toledo

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:


Documento assinado digitalmente
 **MARCIO ROBERTO TOLEDO**
Data: 13/04/2024 12:37:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo - Orientador
Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ


Assinado por : **JOÃO CARLOS MARTINS DE AZEVEDO**
Num. de Identificação: 06950964
Data: 2024.04.13 14:21:32+01'00'



Prof. Dr. João Carlos Martins de Azevedo - Coorientador
Instituto Politécnico de Bragança – IPB

Documento assinado digitalmente
 **IVAIR GOMES**
Data: 15/04/2024 10:15:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ivair Gomes
Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ

Documento assinado digitalmente
 **HUMBERTO CATUZZO**
Data: 13/04/2024 16:28:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Humberto Catuzzo
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

São João del-Rei - MG

Abril de 2024

Ao meu filho Miguel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por amparar-me na busca do conhecimento.

Aos colegas do curso de mestrado, pela oportunidade em ampliar pontos de vista.

Ao professor Márcio Roberto Toledo, por suas orientações e gentilezas.

Ao professor João Carlos Martins de Azevedo, por suas inestimáveis contribuições.

Ao professor Flamarion Dutra Alves, por incentivar a pesquisa geográfica.

À professora Iola Boëchat, pela excelência em ensinar a pesquisa científica.

Ao professor Ivair Gomes, por incentivar a pesquisa científica em Geografia Agrária.

Ao professor Humberto Catuzzo, por contribuir com o refinamento da pesquisa apresentada,

Ao professor Leonardo Cristian Rocha, por ensinar a Geologia e a formação do planeta Terra.

Ao meu amado filho Miguel, ser humano maravilhoso.

À Universidade Federal de São João del-Rei, pelo financiamento dessa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, por conceder essa importante oportunidade em minha formação acadêmica e profissional.

RESUMO

A Política Agrícola Comum da União Europeia conta com novas regras que orientam a reconfiguração dos sistemas alimentares e a conservação ambiental. Esse estudo teve como objetivo avaliar o potencial desta política pública em promover o desenvolvimento rural em duas sub-regiões do Norte de Portugal. Assumiu-se que ao longo do tempo os territórios rurais geridos pela agricultura familiar poderão beneficiar-se das novas regras. A metodologia baseou-se na análise de dados secundários organizados nas seguintes etapas: caracterização das áreas em estudo; levantamento bibliográfico referente à evolução da agricultura portuguesa e da Política Agrícola Comum, ao longo do século XX até à atualidade; análise qualitativa e quantitativa de dados estatísticos secundários, referentes à agricultura biológica (orgânica) e a agricultura convencional nas áreas em estudo; produção de tabelas e gráficos; organização, análise, discussão, resultados e considerações finais. Entre os resultados destacam-se: a iniciativa das bio-regiões como modelo de gestão comunitária que poderá promover a transformação dos espaços rurais, projetando no futuro, novas práticas espaciais e sociais que estimulem o diálogo entre os seres humanos e a natureza; o abandono das atividades agrícolas pelos pequenos agricultores menos capitalizados e a incorporação dessas terras abandonadas pelas propriedades de médio porte; migração dos jovens das áreas rurais que acabam por impactar a troca geracional nos campos; aumento da participação feminina na gestão das atividades agrícolas nas áreas em estudo; agricultura biológica (orgânica) representada, principalmente, por pastagens permanentes; valorização das práticas agrícolas tradicionais. Conclui-se que capacitar agricultores para manter sistemas agroecológicos e converter agroecossistemas convencionais em modelos sustentáveis, requer o apoio de políticas públicas com repasse de subsídios, o que permite uma nova realidade para a agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento rural de territórios rurais fragilizados.

Palavras-chave: Agricultura biológica; Bio-regiões; Sistema agro-silvo-pastoril do Barroso; Agricultura portuguesa; Política Agrícola Comum; Alto Tâmega; Tâmega e Sousa

ABSTRACT

The European Union's Common Agricultural Policy has new rules that guide the reconfiguration of food systems and environmental conservation. This study aimed to evaluate the potential of the new rules of this public policy to promote rural development in two sub-regions of Northern Portugal. It was assumed that over time, rural territories managed by family farming will be able to benefit from the new rules. The methodology was based on the analysis of secondary data organized in the following stages: characterization of the areas under study; bibliographical survey regarding the evolution of Portuguese agriculture and the Common Agricultural Policy, throughout the 20th century to the present; qualitative and quantitative analysis of secondary statistical data, referring to organic agriculture and conventional agriculture in the areas under study; production of tables and graphs; organization, analysis, discussion, results and final considerations. Among the results, the following stand out: the bio-regions initiative as a model of community management that can promote the transformation of rural spaces, projecting new spatial and social practices into the future that encourage dialogue between human beings and nature; the abandonment of agricultural activities by small, less capitalized farmers and the incorporation of these abandoned lands by medium-sized properties; migration of young people from rural areas that end up impacting generational exchange in the countryside; increased female participation in the management of agricultural activities in the areas under study; biological (organic) agriculture represented mainly by permanent pastures; appreciation of traditional agricultural practices. It is concluded that enabling farmers to maintain agroecological systems and convert conventional agroecosystems into sustainable models requires the support of public policies with the transfer of subsidies, which allows a new reality for family farming, promoting rural development in fragile rural territories.

Keywords: Organic agriculture; Bioregions; Barroso agro-silvo-pastoral system; Portuguese agriculture; Common Agricultural Policy; Alto Tâmega; Tâmega and Sousa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa físico de Portugal.....	23
Figura 2	Mapa das NUTS III da Região Norte.....	24
Figura 3	Mapa da distribuição das NUTS I, II, III.....	25
Figura 4	Mapa da densidade de empresas por município no Norte de Portugal.....	26
Figura 5	Mapa da variação dos salários pagos por NUT III na Região Norte de Portugal.....	27
Figura 6	Mapa da localização das sub-regiões em estudo.....	28
Figura 7	Mapa da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso.....	29
Figura 8	Mapa topográfico da CIM do Alto Tâmega, Portugal.....	32
Figura 9	Mapa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.....	34
Figura 10	Mapa topográfico da CIM do Tâmega e Sousa, Portugal.....	36
Figura 11	Mapa das Bio-regiões em Portugal	40
Figura 12	Mapa das sociedades agrícolas e baldios em Portugal.....	42
Figura 13	Mapa do Parque Nacional da Peneda-Gêres.....	43
Figura 14	Gráfico do Valor Acrescentado Bruto das empresas não financeiras.....	51
Figura 15	Gráfico da evolução dos operadores de produção biológica: total (2017-2022).....	91
Figura 16	Mapa da dimensão média das propriedades agrícolas segundo os Censos (1989).....	115
Figura 17	Mapa da dimensão média das propriedades agrícolas segundo os Censos (2019).....	116
Figura 18	Gráfico do número de propriedades agrícolas e a superfície agrícola utilizada.....	117
Figura 19	Mapa da distribuição dos olivais em Portugal (2019).....	127
Figura 20	Gráfico da distribuição das árvores de fruto e oliveiras segundo os Censos (2009-2022).....	128
Figura 21	Gráfico da produção das principais culturas agrícolas segundo os Censos (2009-2022).....	134

LISTA DE QUADROS

1 - Organização das NUTS I, II, III em Portugal.....	25
2 - Requisitos obrigatórios aplicáveis ao ecorregime A.3.....	112

LISTA DE TABELAS

1 -	Caracterização da CIM do Alto Tâmega e Barroso.....	29
2 -	Variação da altitude nos municípios da CIM do Alto Tâmega e Barroso.....	32
3 -	Caracterização da CIM do Tâmega e Sousa.....	34
4 -	Variação da topografia na CIM do Tâmega e Sousa.....	37
5 -	Indicadores socioeconômicos da sub-região do Alto Tâmega.....	48
6 -	Distribuição dos trabalhadores por setores econômicos.....	49
7 -	Indicadores socioeconômicos da sub-região do Tâmega e Sousa.....	54
8 -	Distribuição dos trabalhadores por setores econômicos na CIM do Tâmega e Sousa....	56
9 -	Operadores de produção biológica (2017-2022).....	91
10 -	Distribuição da produção biológica por município.....	92
11 -	Distribuição dos investimentos.....	93
12 -	Distribuição dos investimentos por município (2019).....	94
13 -	Formações e credenciamento em produção biológica.....	96
14 -	Metas da Estratégia Nacional (2017-2027).....	97
15 -	Propriedades em modo de produção biológico por região agrária.....	99
16 -	Tipos de cultivos temporários e permanentes por região agrária.....	101
17 -	Distribuição da pecuária em modo de produção biológico.....	103
18 -	Pecuária suína e ovina em modo de produção biológico.....	104
19 -	Área total, nº de produtores e área média das propriedades (2019).....	106
20 -	Distribuição das culturas permanentes plantas/hectare.....	108
21 -	Montantes e limites de apoio a conversão em agricultura biológica.....	110
22 -	Montantes e limites de apoio a manutenção em agricultura biológica.....	110
23 -	Dimensão média das propriedades agrícolas segundo os Censos (1989-2019).....	114
24 -	Superfície agrícola utilizada segundo os Censos: total e por dimensão (1989-2019)....	119
25 -	Propriedades agrícolas segundo os Censos: total e por forma de gestão.....	121
26 -	Propriedade agrícolas: total por principais formas jurídicas.....	122
27 -	Superfície agrícola utilizada: total e por tipo de composição.....	124
28 -	Superfície das principais espécies frutíferas e oliveiras.....	127
29 -	Distribuição total dos lagares de azeite (1989-2022).....	127
30 -	Produção de azeitonas (1989-2022).....	130
31 -	Produção de azeite em Portugal (1995-2022).....	131
32 -	Produção das principais culturas agrícolas (2009-2022).....	133
33 -	Produção de vinhos por cor em Portugal (2009-2022).....	137
34 -	Mão de obra agrícola segundo os Censos: total e por tipo (1989-2019).....	138
35 -	Mão de obra agrícola: total, a tempo parcial e completo (1989-2019).....	140
36 -	Dirigentes de propriedades agrícolas: total e por sexo (indivíduos).....	141
37 -	Produtores agrícolas singulares segundo os Censos: total e por sexo.....	142

LISTA DE SÍMBOLOS E SIGLAS

€	Euro
%	Porcentagem
4IR	4ª Revolução Industrial
AKIS	Agricultural Knowledge and Innovation Systems
CAV	Connected and Autonomous Vehicles
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CDB	Convenção sobre Diversidade biológica
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIMAT	Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega
CN	Cabeças Normais
CO ₂	Dióxido de Carbono
CVG	Cadeias de Valor Global
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DOP	Denominação de Origem Protegida
EUA	Estados Unidos da América
EUROSTAT	Instituto Europeu de Estatística
FAO	Food and Agriculture Organization
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	Fundo Europeu Agrícola de Garantia
GAL	Grupos de Ação Local
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ha	Hectare
hl	Hectolitro
IFAD	International Fund for Agriculture Development
IGP	Indicação Geográfica Protegida
IoT	Internet das Coisas
Kg	Quilograma
kWh	Quilowatt-hora
LEADER	Ligações entre Ações de Desenvolvimento Rural
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCCE	Organização para a Cooperação Económica Europeia
ONPB	Observatório Nacional da Produção Biológica
PAC	Política Agrícola Comum
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
RA	Recenseamento Agrícola
RRI	Responsible Research and Innovation
RRRI	Responsible Rural Research and Innovation
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SIPAM	Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial
SNIRA	Sistema Nacional de Informação e Registo Animal
T	Tonelada
UE	União Europeia
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
XX	Vinte
XXI	Vinte e um

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
MATERIAIS E MÉTODOS	18
CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	22
1.1 – Unidades Territoriais para Fins Estatísticos em Portugal	22
1.2 – Caracterização da Região Norte	26
1.3 – As sub-regiões em estudo: Alto Tâmega e Tâmega e Sousa	27
1.3.1 - Caracterização da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso	28
1.3.2 – Caracterização da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	33
1.3 - As Bio-regiões e os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial	38
1.4– Caracterização socioeconômica	44
1.4.1 – Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso	44
1.4.2 – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	49
CAPÍTULO 2 – A AGRICULTURA PORTUGUESA E AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS NO SÉCULO XX E XXI	57
2.1 – Considerações sobre a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre	57
2.2 - A evolução da agricultura portuguesa a partir do século XX	61
2.2.1 - A produção agrícola, os hábitos de consumo e as demandas da sociedade	64
2.2.2 – A mudança no setor primário de Portugal	67
2.3 – A influência das políticas públicas na organização dos territórios rurais	69
2.4 – A Política Agrícola Comum da União Europeia	73
2.4.1 – As reformas da Política Agrícola Comum ao longo do tempo	76
2.4.2 – O Pacto Ecológico Europeu	81
2.5 – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	86
2.6 – Novas abordagens na gestão dos territórios rurais	87
CAPÍTULO 3 – AGRICULTURA BIOLÓGICA EM PORTUGAL	90
3.1 - A estratégia nacional da agricultura biológica	90
3.1.1 – Operadores de produção biológica	90
3.1.2 - Distribuição da produção biológica por município e tipologia da atividade	92
3.1.3 – Programa de Desenvolvimento Rural	93
3.1.4 – Formações e credenciamento em produção biológica	95
3.1.5 – Metas da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica em Portugal	97
3.1.6 – A Agricultura Biológica em Portugal segundo o último Censo Agrícola	98
3.1.7 - Culturas temporárias	101
3.1.8 – Pecuária Biológica	102

3.1.9 - Dimensão média das propriedades rurais em modo de produção biológico	105
3.2 - O Plano Estratégico de Portugal para a Agricultura Biológica.....	107
3.2.1 - Agricultura Biológica – Conversão e Manutenção	107
4.1 - Agricultura convencional na Região Norte de Portugal.....	113
4.1.1 - Explorações Agrícolas e superfícies.....	113
4.1.2 – Explorações agrícolas – dimensão média.....	113
4.1.3 – Propriedades agrícolas: total e por dimensão segundo os Censos	116
4.1.4 – Propriedades Agrícolas segundo os Censos: total e por forma de gestão	120
4.1.5 – Propriedades agrícolas: total por principais formas jurídicas	122
4.1.6 – Superfície agrícola utilizada segundo os Censos: total e por tipo de composição	122
4.2 - Superfície e Produção Agrícola.....	125
4.2.1 – Superfície das principais árvores de frutos e oliveiras.....	125
4.2.2– Lagares de azeite.....	128
4.2.3 – Produção de azeitonas	129
4.2.4 – Produção de azeite.....	131
4.2.5 – Produção das principais culturas agrícolas	131
4.2.6 – Produção de vinho por cor	135
4.3 - Emprego.....	138
4.3.1 – Mão de obra agrícola familiar e não familiar	138
4.3.2 – Mão de obra agrícola a tempo completo e parcial.....	140
4.3.3 – Dirigentes de propriedades agrícolas por sexo.....	141
4.3.4 – Produtores agrícolas singulares por sexo.....	142
5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	144
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
7 - REFERÊNCIAS.....	154

INTRODUÇÃO

A União Europeia (UE) estabeleceu a reforma de sua Política Agrícola Comum (PAC) para o período de 2021 a 2027, a nova política pública europeia baseada na Agenda 2030¹, pretende reconfigurar os sistemas agroalimentares desde o campo até a mesa dos consumidores, com incentivos à produção agroecológica e a restauração das áreas naturais degradadas. A sociedade europeia possui um alto nível de conscientização sobre os efeitos das alterações climáticas oriundos da atual produção de alimentos que é baseada no modelo químico-mecânico.

Nesse contexto, procurou-se compreender como as novas regras da PAC 21/27 poderiam consolidar outro modelo de produção de alimentos e conservação da natureza. Desse modo, partiu-se do pressuposto que ao longo do tempo territórios rurais geridos pela agricultura familiar poderiam se beneficiar das novas diretrizes dessa política pública, como forma de responder aos desafios futuros relacionados a um cenário de alterações climáticas e perda da biodiversidade, promovendo o dinamismo e a consolidação de um novo modelo de produção de alimentos com a conservação da natureza.

Como objeto de estudo escolheu-se Portugal por ser um Estado-Membro da União Europeia com forte influência da agricultura na organização do seu território, e que apresenta uma recente orientação para a valorização da agricultura biológica. O objetivo principal dessa pesquisa foi avaliar se o escopo das novas regras da Política Agrícola Comum da União Europeia poderá ao longo do tempo beneficiar o desenvolvimento rural nas sub-regiões do Alto Tâmega e do Tâmega e Sousa em Portugal.

Para que o objetivo principal fosse alcançado, foram definidos alguns objetivos específicos: caracterizar as sub-regiões do Alto Tâmega e do Tâmega e Sousa; descrever as ideias centrais do projeto das bio-regiões e a importância dele na escolha das áreas em estudo; compreender a influência das políticas agrícolas sobre a agricultura portuguesa; descrever a evolução da PAC; caracterizar a agricultura biológica em Portugal; descrever as estratégias de Portugal para a agricultura biológica no âmbito das novas regras da PAC; caracterizar a agricultura convencional nas áreas em estudo e; correlacionar a atual reforma da PAC 21/27 com o possível desenvolvimento das sub-regiões em estudo.

¹ Agenda 2030 - corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável (Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável — Ministério das Relações Exteriores (www.gov.br))

Nesse contexto, definiu-se pontos importantes na elaboração dessa pesquisa: a finalidade foi uma exploração do tipo básica pura, o cenário problema foi Portugal, Estado-Membro da União Europeia. O alvo da investigação foi o desenvolvimento rural nas sub-regiões do Alto Tâmega e do Tâmega e Sousa. A investigação teve por objetivos ser descritiva e explicativa. A pesquisa contou com uma metodologia de trabalho qualitativa e que teve o apoio dos seguintes instrumentos de pesquisa: revisão bibliográfica, coleta de dados estatísticos e de informações colhidas junto aos órgãos competentes, utilização de mapas, tabelas e gráficos. O método foi o regressivo-progressivo.

A primeira etapa constitui-se no levantamento bibliográfico sobre o tema da agricultura em Portugal em diversos periódicos da base de dados *Web of Science*, *Science Direct* e repositórios de universidades portuguesas que dispusessem de artigos, teses e dissertações sobre o tema; sites oficiais da União Europeia e de Portugal; publicações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e organizações não governamentais portuguesas associadas ao ambiente.

Esse primeiro levantamento de informações permitiu compreender a importância da implementação da Campanha do Trigo, pelo governo fascista do “Estado Novo” português, que promoveu a disseminação do modelo químico-mecânico em Portugal. Esse foi o ponto inicial para compreender a evolução da agricultura portuguesa até os dias atuais.

Após a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia em 1986, a agricultura portuguesa passou a ser orientada pelas diretrizes da PAC, o histórico dessa política pública incluindo as novas diretrizes, foi abordado por meio de documentos disponibilizados pelos sites oficiais do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, do governo de Portugal, bem como em teses, dissertações e artigos científicos,

A partir da leitura do documento “Manual das bio-regiões: uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais” (Costa *et al.*, 2022), identificou-se que Portugal possui quatro territórios inscritos na Rede Internacional das Bio-Regiões, são eles: Idanha-a-Nova, Alto Tâmega, São Pedro do Sul, Margem Esquerda do Guadiana, e a sub-região do Tâmega e Sousa, que está em processo de candidatura.

Após a leitura de documentos oficiais do governo português e da análise do conteúdo disponibilizado pela plataforma da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, órgão oficial do governo no âmbito das atividades agrícolas, foi identificado que a Agricultura Biológica em Portugal foi oficializada como política pública a partir de 2017, por meio da Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, a qual definiu a “Estratégia Nacional da

Agricultura Biológica” e o “Plano de Ação” para a promoção dos produtos agrícolas produzidos em modo biológico.

A base de dados do Observatório Nacional da Produção Biológica serviu para auxiliar na compreensão de como o setor da agricultura biológica se encontra nas duas sub-regiões em estudo. Os dados do último Censo agrícola de Portugal referentes a agricultura biológica foram incorporados a essa pesquisa, correlacionando o apoio das políticas agrícolas nacional e da União Europeia como forma de avaliar o setor em escala nacional.

Conforme Costa *et al.* (2022), o governo português propôs três diretrizes na elaboração de sua política agrícola para atender os objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) para o período de 2021-27 no âmbito da agricultura biológica:

“O Plano de Ação para o desenvolvimento da produção biológica aprovado em março de 2021 pela Comissão Europeia reconhece o papel das Bio-regiões e convida os Estados-Membros a apoiarem o seu desenvolvimento e implementação. Assim, o Plano Estratégico da PAC deve contemplar as Bio-regiões face à sua contribuição para a promoção dos territórios, a partir do reconhecimento e apoio explícito a novos processos piloto e a medidas para a implementação e consolidação dos planos de ação correspondentes” (COSTA *et al.*, 2022, p. 28).

“O conceito de paisagem assume cada vez mais um papel central na multifuncionalidade que a sociedade espera hoje, da agricultura e da floresta, conforme sublinhado na proposta de Plano Estratégico da PAC 2021-2027 (dezembro 2020), que deverá explicitamente reconhecer e apoiar processos de preservação dinâmica de paisagens agrícolas tradicionais, particularmente estruturados em processos de candidatura a Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) e implementação dos planos de ação correspondentes com foco na proteção dos valores ambientais, culturais e paisagísticos de tais sistemas e fundamentados na sustentabilidade das comunidades rurais” (COSTA *et al.*, 2022, p. 28).

“O Plano Estratégico da PAC deverá explicitamente apoiar e reforçar mecanismos e espaços de articulação locais e nacionais, multisetoriais e multiatores, onde futuros planos de ação para Bio-regiões e para SIPAM deverão ser discutidos, formulados, aprovados e monitorados, em conformidade com os resultados do Manual desenvolvido no âmbito do projeto Bio-regiões: uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais” (COSTA *et al.*, 2022, p. 28).

Essa dissertação foi dividida em quatro capítulos organizados da seguinte forma:

- **Capítulo 1 – Caracterização da área de estudo.** Inicialmente estabeleceu-se a caracterização das Unidades Territoriais para fins Estatísticos identificando a organização do território português em três níveis: Continente e ilhas; Regiões e Distritos. Caracterizou-se a Região Norte de modo resumido além das sub-regiões do Alto Tâmega e do Tâmega e Sousa, que foram apresentadas em termos gerais e pelos indicadores socioeconômicos. O projeto das Bio-regiões foi apresentado identificando as principais características dessa iniciativa que permitiram a escolha das áreas em estudo.

- **Capítulo 2 – A agricultura portuguesa e as políticas agrícolas no século XX e XXI.** Buscou-se compreender a evolução da agricultura portuguesa ao longo do tempo a partir do marco temporal identificado pela “Campanha do Trigo”, política pública implementada pelo governo fascista do “Estado Novo” português. Do mesmo modo, o histórico da Política Agrícola Comum foi descrito como forma de reconhecer os impactos dessa política pública na dinâmica da agricultura portuguesa após a adesão do país ao bloco comunitário até os dias atuais.
- **Capítulo 3 – Caracterização da agricultura biológica em Portugal.** Por meio dos dados retirados do Censo Agrícola de 2019 e do Observatório Nacional da Produção Biológica apresentou-se uma breve descrição do setor no país e nas áreas em estudo, respectivamente.
- **Capítulo 4 – Caracterização da agricultura convencional na Região Norte de Portugal.** Por meio da análise de indicadores retirados dos Censos de 1989 a 2022 do site Pordata apresentou-se a evolução da agricultura convencional na Região Norte de Portugal, levando em consideração a adesão do país ao bloco comunitário até o momento presente.
Por fim foram apresentados os resultados, discussão e as considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Sposito (2004), o método deve ser entendido como instrumento capaz de fundamentar a capacidade do ser humano em apreender a realidade de modo, racional e intelectual. O método fornece orientação a partir de certo ponto de vista, capaz de explicar a realidade por meio da construção intelectual e analítica. O método funciona como um filtro com regras e procedimentos que permite captar determinadas particularidades do mundo social, físico/natural e explicá-lo.

Desde a antiguidade, por meio dos pensadores gregos a questão do método é debatida. É no período do Renascimento que o pensamento de René Descartes origina um sentido de apreensão da realidade, sendo esta, vista pela perspectiva racional, idealista e afeita ao processo da dúvida metódica. Esse é o ponto que origina diversos outros desdobramentos do conceito de método como o empirismo, idealismo, dialética, positivismo e o materialismo histórico, os quais permitem captar a realidade por meio de posturas e interpretações com fundamentos diferenciados, são recortes distintos. Desse modo, a origem do método perpassa pelas

perspectivas dos racionalistas (razão) versus empiristas (experiências) ou dos materialistas (matéria) versus idealistas (ideias) dependendo do recorte que o pesquisador quer atribuir ao seu trabalho (Sposito, 2004).

A indução e a dedução são palavras atribuídas ao processo do pensamento, mas, não são métodos com identidade própria e diferenciados. Nesse contexto, Sposito (2004) atribui aos métodos hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico as características necessárias ao processo de estudo do pensamento geográfico, por possuírem leis e categorias, procedimentos e teorias amplamente divulgados na comunidade científica.

O método hipotético-dedutivo é passível da construção de teorias que possam ser formuladas hipóteses e das quais são deduzidos resultados que serão posteriormente aceitos ou refutados segundo a hipótese inicial. Sua base é cartesiana, com rigor matemático e racional capaz de ser universal. São regras básicas desse método, a evidência, análise, síntese e os desmembramentos. As ideias podem surgir por deduções a partir do método. É o rompimento com o princípio da autoridade e dos dogmas que faz do método hipotético-dedutivo compatível com a razão científica. Desse modo, a razão é exaltada e a lógica formal como encadeamento da investigação científica é estabelecida (Sposito, 2004).

Karl Popper filósofo austríaco influenciado pela filosofia do Círculo de Viena a qual assimilava as ideias da linha cartesiana e refinou a doutrina positivista como neopositivista, não concebia a indução como método, concebendo como tal o sistema empírico ou científico que possa ser comprovado pela experiência. Nesse contexto, a falseabilidade de um sistema, a refutação pela experiência, era o pressuposto necessário à verificação das verdades científicas e o dimensionamento do progresso da ciência. A linguagem matemática era a requisitada para tal método (Sposito, 2004).

Contrapondo essa linha de orientação metodológica e doutrinária, Henri Lefebvre concebeu o princípio de identidade que expressava a lógica formal de prevalência do objeto sobre o sujeito. Dessa forma, o objeto encontra-se a montante do sujeito, influenciando o investigador, o qual apreende a realidade por meio de hipóteses e deduções (Sposito, 2004). No presente estudo escolheu-se o método regressivo-progressivo de Lefebvre para orientar a pesquisa.

O método regressivo-progressivo de Lefebvre, foi proposto para compreender a trajetória da produção do espaço, requisitando a identificação e correlação analítica por parte do pesquisador, dos momentos históricos, das relações sociais, objetos e contextos materiais, que repercutem na reprodução do espaço, sendo este, uma resposta direta de relações capitalistas de produção mediada por três aspectos do espaço: o concebido, o percebido e o

vivido, estes momentos são diretamente vinculados as práticas sociais executadas no espaço. É preciso conhecer o espaço para que nele se possa agir e interagir (Scheffer e Kachaukje, 2018).

O método regressivo-progressivo incide sobre os três aspectos do espaço, portanto, o concebido e suas representações, o espaço percebido e as práticas de uso do mesmo e o vivido com suas simbologias e imagens. Conforme Scheffer e Kachaukje (2018), a metodologia regressiva-progressiva abarca três etapas: o momento descritivo, onde o foco está na observação do objeto descrevendo-o com criticidade, revelando a temporalidade das relações sociais fundamentada no suporte teórico e nas experiências de coleta de informações sobre o objeto de estudo. A realidade socioespacial é captada demonstrando a complexidade horizontal das diversidades que há no espaço e suas múltiplas relações espaciais. É a descrição do presente.

Em seguida há o momento analítico-regressivo que pretende separar a realidade e identificar as relações sociais no tempo-espaço. Há um retorno ao passado, definindo uma data como marco temporal. Nessa etapa procura-se identificar as relações sociais que resultam em modificações do espaço-tempo. São relacionadas ao contexto vertical da vida social. Há o entrelaçamento das complexidades horizontais (identificadas na etapa descritiva do método) e verticais (segunda etapa do método), demonstrando as diversas conexões resultantes não sendo as mesmas contemporâneas, e sim respostas de processos históricos antigos. Há a identificação de contextos e elementos remanescentes que resultam em reprodução no presente de relações sociais e espaciais iniciadas em outra época passada (Ortigoza (2010); Scheffer e Kachaukje, 2018).

Por fim, há o momento histórico-genético, como terceira etapa do método dialético de Lefebvre, essa etapa também é conhecida como regressivo-progressivo ou histórico-progressivo (Ortigoza (2010); Scheffer e Kachaukje, 2018). É nessa fase que ocorre a volta ao presente, carregando maiores esclarecimentos sobre as razões e processos históricos que explicam a realidade espacial e de relações sociais atuais. Os conflitos, contradições e rupturas, são identificadas e permitem inferir sobre considerações finais que envolvem o problema pesquisado. É a fase que permite vislumbrar e definir proposições para uma perspectiva futura.

De acordo com Scheffer e Kachaukje (2018), o uso e ocupação do solo de uma determinada sociedade é fruto de processos históricos que condicionam a produção do espaço, e este, produz e reproduz sob formas multifacetadas o modo de produção dessa sociedade. No sistema capitalista, a produção e reprodução espacial permite a manutenção do processo de acumulação, além de autorizar a ação do Estado por meio de políticas públicas, a condicionar a reprodução da vida social em espaços-tempos definidos.

Desse modo, diante das necessidades de produção, comercialização e consumo da produção, o espaço é alterado historicamente para atender as demandas do processo capitalista de acumulação. A Política Agrícola Comum desde a sua origem, pautou a regulação do espaço produtivo das áreas rurais nos Estados-Membros da União Europeia incentivando a produção agrícola em escala, a qual permitiu o acúmulo de excedentes e de capital. A produção e reprodução do modo de produção agrícola foi antes de tudo facilitada pelas normas políticas, que condicionaram o uso e ocupação dos solos resultando em impactos diretos na configuração espacial, e este na reprodução dos modos de vida local e suas interações sociais.

No presente estudo, o percurso do pensamento sobre o tema e a aplicação do método regressivo-progressivo foi organizado do seguinte modo:

- **Momento Descritivo** – Observação do objeto de estudo por meio da caracterização da sub-região do Alto Tâmega e da sub-região do Tâmega e Sousa;

O primeiro momento que é descritivo incide sobre a observação do objeto de estudo (Ortigoza, 2010). Na presente pesquisa usou-se de dados estatísticos para traçar a problemática em nível teórico, enfatizando as relações socioespaciais por meio das infraestruturas de educação, saúde, emprego, financeira, serviços e da formação populacional das áreas em estudo. O reconhecimento do Sistema-agro-silvo pastoril do Barroso como integrante dos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial, representa uma temporalidade e uma realidade socioespacial que não foi afetada pela “modernização” da agricultura, conservando relações socioespaciais tradicionais na lida do campo. A iniciativa das Bio-regiões engloba os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial e é um modelo de gestão territorial que possui relações socioespaciais divergentes do modelo químico-mecânico.

- **Momento Analítico-regressivo** – Contexto histórico fundamentado pela revisão bibliográfica.

A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre foi pontuada nessa etapa permitindo a compreensão da escolha do método para execução da presente pesquisa.

O momento analítico-regressivo foi fundamentado pela revisão bibliográfica, considerou-se a evolução da agricultura portuguesa a partir da implementação da “Campanha do Trigo” durante o governo fascista do “Estado Novo” português até a época atual. Buscou-se compreender as consequências no espaço e nas relações sociais após a implementação do modelo químico-mecânico em detrimento das práticas agro-silvo-pastoris. Foram analisados os desdobramentos da Política Agrícola Comum da União Europeia e as consequências que imprimiram na agricultura portuguesa ao longo do tempo. Nesse momento encontramos a origem das relações socioespaciais que aparecem no presente. Nessa etapa propôs-se a hipótese

de que as novas regras da política agrícola comum poderão promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais em estudo.

- **Momento Histórico-progressivo** – Caracterização da agricultura convencional e da agricultura biológica nas áreas em estudo.

Nessa etapa, buscou-se compreender como as modificações trazidas pela Política Agrícola Comum incidiram sobre a produção de alimentos nas sub-regiões em estudo. Para isso, caracterizou-se a agricultura biológica considerando as novas regras dessa política pública e a iniciativa das Bio-regiões como facilitadoras do desenvolvimento rural em territórios rurais fragilizados. A agricultura convencional nas sub-regiões em estudo foi descrita elucidando a dinâmica e a subordinação do setor agrícola sob a influência da Política Agrícola Comum. A reprodução do modo de produção associado a especialização da agricultura portuguesa foi correlacionada a novas formas do agronegócio no país.

CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1.1 – Unidades Territoriais para Fins Estatísticos em Portugal

A República Portuguesa, é um Estado da Europa localizado na parte meridional do continente (Figura 1). Possui área total de 92.212 Km², a parte continental está localizada no Sudoeste da Península Ibérica, sob as coordenadas geográficas: 38° 43' N 09° 09' O, faz fronteira com a Espanha a leste e norte, e com o Oceano Atlântico a oeste e sul. As regiões autónomas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores pertencem ao país. Possui população de 10,6 milhões de habitantes com maior concentração populacional no continente, junto à faixa litoral (Portal Diplomático, 2023).

Figura 1 – Mapa físico de Portugal



Fonte: <https://mapamundi.online/europa/portugal/>

As áreas geográficas que foram analisadas no presente estudo, são a sub-região do Alto Tâmega e a sub-região do Tâmega e Sousa, localizadas na Região Norte de Portugal, (Figura 2), correspondem à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos – NUTS III, que é o sistema hierárquico de divisão do território em regiões.

O Eurostat, é a designação mais comum para o Instituto Europeu de Estatística, responsável pela publicação de estatística e indicadores de alta qualidade que permite a comparação entre países e regiões da União Europeia, este, criou no início da década de 1970 a nomenclatura NUTS, com o objetivo de harmonizar as estatísticas dos Estados-Membros em termos de coleta, organização e divulgação de estatísticas regionais (Pordata, 2023).

Figura 2 – Mapa das NUTS III da Região Norte de Portugal

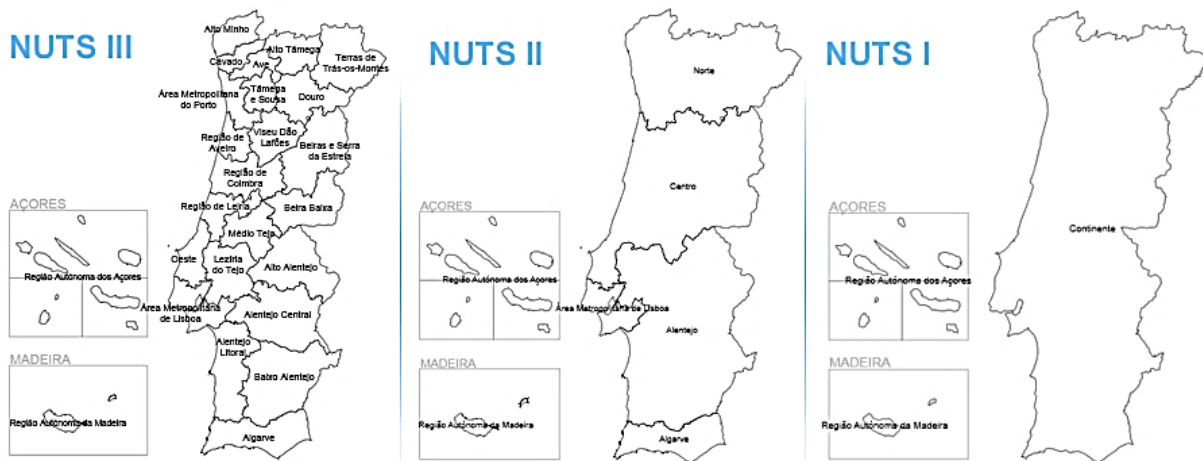


Fonte: Região Norte em números (in figures) 2018, edição 2020 (ine.pt)

Em Portugal no ano de 2015, entrou em vigor uma nova divisão regional – NUTS 2013 que substituiu o Decreto-Lei nº 244/2002 de 5 de novembro, por meio de alterações no número e composição municipal das NUTS III que passaram a ter 25 unidades territoriais designadas por “unidades administrativas”, que correspondem as “Entidades Intermunicipais”, “Região Autónoma dos Açores” e “Região Autónoma da Madeira”. As NUTS I e II não tiveram alterações, apenas a designação da NUTS II “Lisboa” passou a ser reconhecida como “Área Metropolitana de Lisboa. (Pordata, 2023).

A nomenclatura possui três níveis definidos com base em critérios populacionais, administrativos e geográficos, desse modo, há NUTS I, NUTS II, NUTS III (Figura 3).

Figura 3 – Mapas da distribuição das NUTS I, II, III em Portugal



Fonte: <https://www.pordata.pt/O+que+sa+o+NUTS>
(sem escala)

O quadro 1 ilustra a organização das NUTS I (Continente e Ilhas), II (Regiões), III (Distritos).

Quadro 1 – Organização das NUTS I, II, III em Portugal

NUTS III - Distritos	NUTS II - Regiões	NUTS I – Continente e Ilhas	
Alto Minho Cávado Ave Área Metropolitana do Porto Alto Tâmega ← Tâmega e Sousa ← Douro Terras de Trás-os-Montes	Norte	Continente	
Oeste Região de Aveiro Região de Coimbra Região de Leiria Viseu Dão Lafões Beira Baixa Médio Tejo Beiras e Serra da Estrela	Centro		
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa		
Alentejo Litoral Baixo Alentejo Lezíria do Tejo Alto Alentejo Alentejo Central	Alentejo		
Algarve	Algarve		
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores		Região Autónoma dos Açores
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira		Região Autónoma da Madeira

Fonte: <https://www.pordata.pt/O+que+sa+o+NUTS> Org.: a autora, 2024.

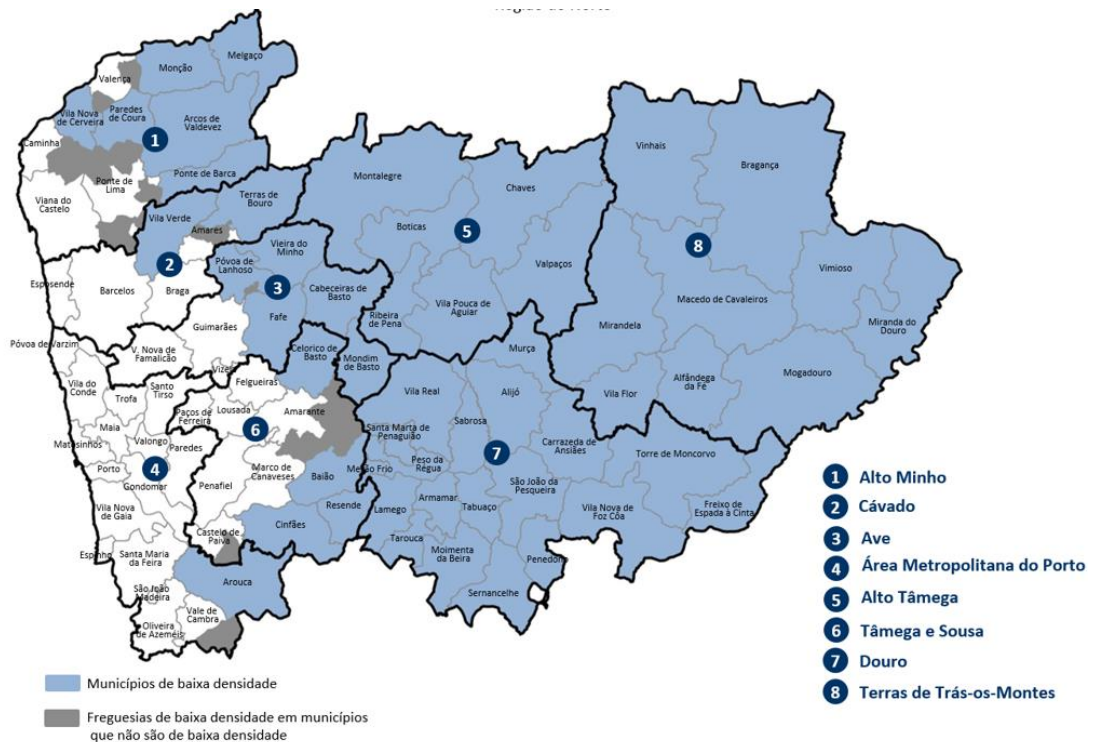
O território português é composto pelo Continente e pelos dois arquipélagos, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. A divisão administrativa é feita pelos Distritos que são divididos em Concelhos (Municípios) e estes em Freguesias. Em Portugal há na atualidade 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I, com 308 municípios no total.

1.2 – Caracterização da Região Norte

A Região Norte de Portugal possui 86 municípios distribuídos em oito NUTS III com cerca de 3,6 milhões de habitantes, concentra 35% da população total portuguesa. Nas áreas litorâneas, onde a industrialização é mais expressiva, responde por 39% das exportações e 29% do produto interno bruto do país, principalmente, devido à proximidade das infraestruturas portuária e de aeroporto, que facilitam as trocas comerciais. O setor de serviços, de ciência e tecnologia, equipamentos de comunicação e a internacionalização, também contribuem com a dinamização dessa região portuguesa (CCDR, 2023).

A concentração de empresas próximas ao litoral da Região Norte, as infraestruturas urbanas como rede de rodovias e a alta oferta de serviços, correlacionam-se com o maior número de habitantes nessa parte do país (Figura 4).

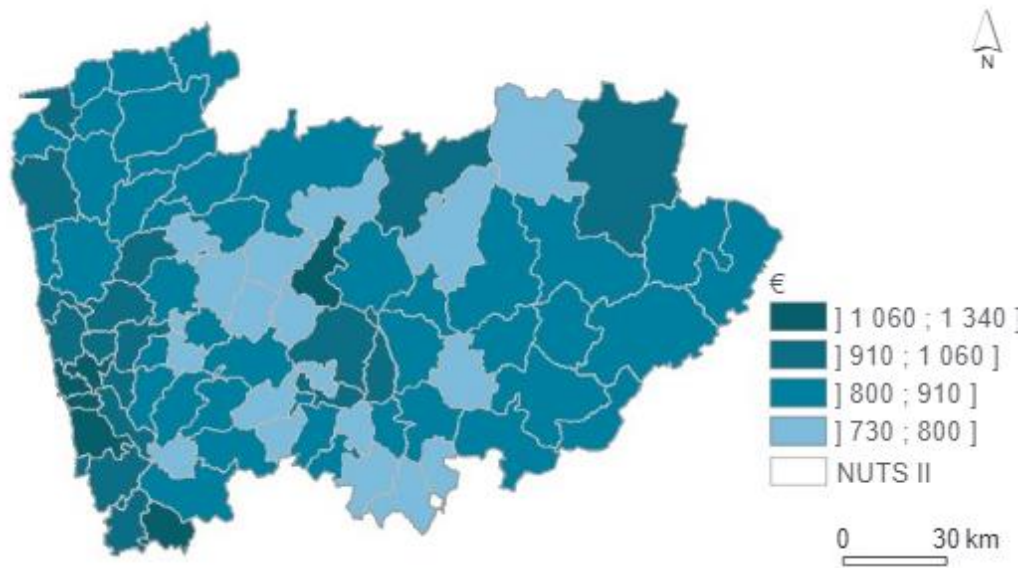
Figura 4 – Mapa da densidade de empresas por município no Norte de Portugal



Fonte: Região Norte em números (in figures) 2018, edição 2020 (ine.pt)
(sem escala)

O ganho médio mensal dos (as) trabalhadores (as) contratados (as) por terceiros, nas diversas empresas por município tendem a repercutir na busca por melhores oportunidades de trabalho e renda, favorecendo o fluxo migratório do interior em direção ao litoral, processo conhecido como litoralização (Figura 5).

Figura 5 – Mapa da variação dos salários pagos por NUT III na Região Norte de Portugal



Fonte: Região Norte em números (in figures) 2018, edição 2020 (ine.pt)

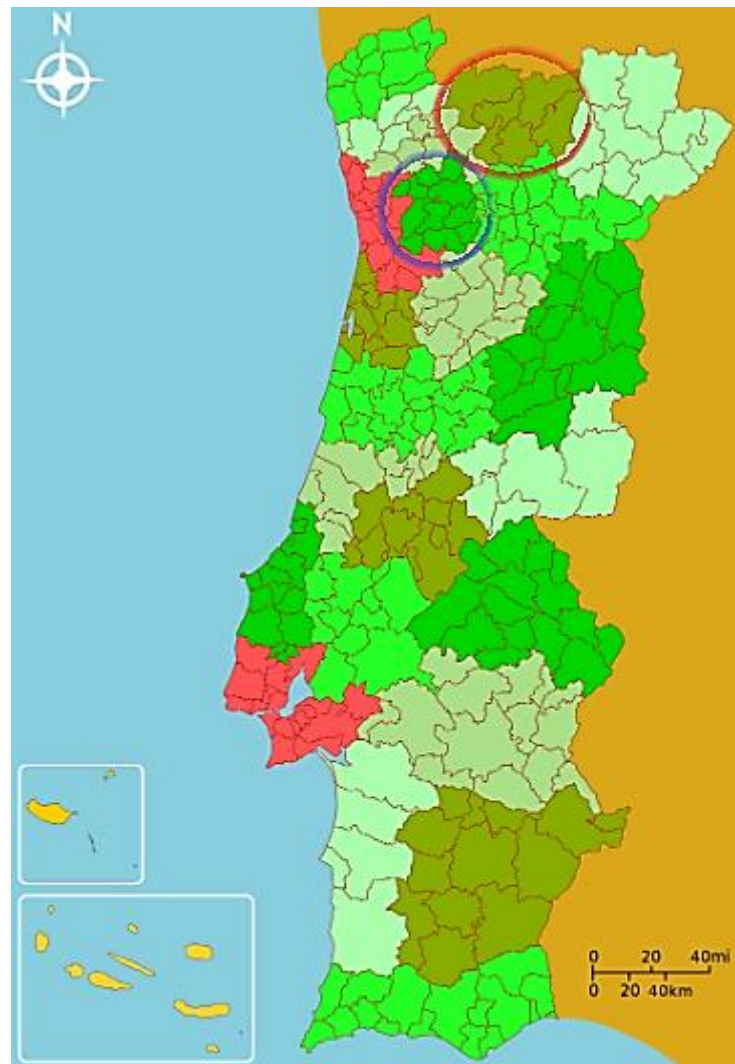
As atividades industriais e de serviços, tendem a pagar salários maiores quando comparadas as atividades agrícolas

1.3 – As sub-regiões em estudo: Alto Tâmega e Tâmega e Sousa

Este estudo centrou-se em duas NUTS III, a Comunidade Intermunicipal – CIM, do Alto Tâmega e Barroso que possui seis municípios, todos localizados no Distrito de Vila Real, faz fronteira ao oeste, com a CIM de Ave e Cávado, ao sul com Douro, ao leste com Terras de Trás-os-Montes e ao norte com a Espanha. E a CIM do Tâmega e Sousa, que possui 11 municípios distribuídos entre quatro Distritos portugueses: Aveiro, Braga, Porto e Viseu. Faz fronteira ao norte, com a CIM do Ave e do Alto Tâmega, a sul, com a CIM Viseu Dão Lafões, ao leste com a CIM do Douro e, a oeste, com a Área Metropolitana do Porto.

As áreas em estudo foram escolhidas por atenderem aos critérios pré-estabelecidos para a presente pesquisa que buscou avaliar a aplicação das novas regras da PAC em territórios geridos pela agricultura familiar, portanto, após levantamento de informações na etapa de delimitação do escopo do trabalho, identificou-se que a Região Norte de Portugal possui forte presença da agricultura familiar, desse modo, selecionamos territórios localizados nesta região do país e as sub-regiões em estudo fazem parte de uma iniciativa de gestão comunitária baseada na agricultura biológica o que atendeu prontamente ao escopo do projeto (Figura 6).

Figura 6 – Mapa da localização das sub-regiões em estudo



Fonte: MunicipalityGroupingsInPortugal - File:MunicipalityGroupingsInPortugal.svg - Wikimedia Commons
 Círculo em vermelho = Sub-região do Alto Tâmega
 Círculo em azul = Sub-região do Tâmega e Sousa

Nesse contexto, também foi considerada a análise em termos de uso e ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Tâmega que banha ambas sub-regiões analisadas no presente estudo.

1.3.1 - Caracterização da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso

A NUT III do Alto Tâmega e Barroso localiza-se na parte alta do Rio Tâmega, é uma sub-região do interior de Portugal, com características socioeconômicas típicas de territórios ligados ao setor primário. Os municípios que compõem a CIM do Alto Tâmega e Barroso são: Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (Figura 7).

Figura 7 – Mapa da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso



Fonte: A Região – Visit Alto Tâmega (visitaltotamega.com)
(sem escala)

Na sub-região do Alto Tâmega, as atividades do turismo rural e termal são importantes na manutenção econômica do território, com riqueza de biodiversidade, paisagens naturais, e tradições culturais ligadas ao artesanato, gastronomia e etnografia.

A CIM do Alto Tâmega e Barroso é composta pelos municípios descritos na (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização da CIM do Alto Tâmega e Barroso

Município	NUT III Alto Tâmega			
	Área km ²	Número de Habitantes	Densidade Demográfica	Distrito
Boticas	322	5000	~ 16 hab/km ²	Vila Real
Chaves	591,32	37590	~ 64 hab/km ²	Vila Real
Montalegre	806,19	9261	~ 12 hab/km ²	Vila Real
Ribeira de Pena	217,66	5884	~ 27 hab/km ²	Vila Real
Valpaços	553,5	14701	~ 27 hab/km ²	Vila Real
Vila Pouca de Aguiar	437,10	11812	~ 27 hab/km ²	Vila real
Total	2.927,77	84.248,00	~20 hab/km ²	-

Fonte: CIM Alto Tâmega e Barroso (cimat.pt), 2022. Org.: a autora, 2024.

De acordo com os dados da (Tabela 1), a CIM do Alto Tâmega e Barroso, abrange uma área com aproximadamente 2.927,00 km² com uma população de 84.248 habitantes. O município de Boticas possui 5000 habitantes em uma área de 322 km² o que equivale a uma densidade demográfica de 16 habitantes/km², o segundo menos povoado. É um antigo território

que fazia parte das Terras de Barroso², de origem medieval. Possui registros históricos de ocupação que remontam aos castros pré-históricos³ e a ocupação do Império Romano. Atualmente pertence ao distrito de Vila Real. Apresenta rica cultura gastronômica tradicional, em especial, com os pratos à base da carne barrosã e carne de porco. As principais atividades econômicas estão associadas ao primeiro setor, como pastoreio, cultivo de batatas e o turismo rural.

O município de Chaves apresenta 37.590 habitantes, sendo o mais populoso e povoado, com área total de 591,32 km², sua densidade demográfica é de aproximadamente 64 habitantes/ km². Pertence ao distrito de Vila Real, é um município que se expandiu ao longo do vale do Rio Tâmega, com resquícios de civilizações pré-históricas, romanas e castrejas, a semelhança de muitas localidades do Norte de Portugal que fazem fronteira com a Galiza, na Espanha. As atividades econômicas ligadas ao setor terciário como o turismo termal e os balneários, assim como o turismo conhecido como *welness* relacionado à manutenção do bem-estar físico e mental, são relevantes, a gastronomia também tem seu lugar de destaque.

O município de Montalegre pertence ao distrito de Vila Real, possui a maior área com 806,19 km², 9.261 habitantes e uma densidade demográfica de aproximadamente 12 habitantes/ km², logo, o município menos povoado. Assim como o município de Boticas, Montalegre faz parte das Terras de Barroso, sendo que 26% de seu território encontra-se no Parque Nacional de Peneda-Gerês, que é uma importante área protegida do Norte de Portugal. Possui registros de civilizações antigas desde a pré-história até as diversas ocupações dos romanos, bárbaros e mouros. As atividades econômicas mais importantes estão associadas ao setor terciário como o turismo, a gastronomia tradicional com pratos à base de fumeiros, presuntos e carnes de porco.

² “Terras de Barroso incluía diferentes unidades administrativas e judiciais que dividiam o território português desde o século XVI, logo, é um território muito antigo. A Reforma Administrativa de Silva Passos de 1836, provocou transformações significativas. Atualmente, o seu território encontra-se repartido por quatro concelhos localizados em dois distritos (Vila Real e Braga) e, uma pequena parcela foi deslocada para a Galiza. Do seguinte modo: em todo o concelho de Montalegre, na quase totalidade do concelho de Boticas, (exceto a freguesia de Ardãos, que pertencia ao concelho de Chaves), no concelho de Vieira do Minho, (freguesias de Ruivães e Campos), no concelho de Ribeira de Pena (toda a freguesia de Canedo e as aldeias Viela e Melhe da freguesia de Santa Marinha). Na Galiza permanecem as aldeias Rubiás, Santiago e Meaos localizadas a norte do concelho de Montalegre”. (A TERRA DE BARROSO O QUE FOI E O QUE É | Ecos de Barroso: <https://ecosdebarroso.com/cultura/sem-categoria/a-terra-de-barroso-o-que-foi-e-o-que-e/>).

³ Os castros são a forma de habitat característica dos povos pré-romanos do centro e noroeste da Península Ibérica. São povoados de montanha, constituídos por um ou vários recintos amuralhados, com distintos tipos de implantação topográfica, muitas vezes relacionados com cursos de água: no cume, la deira, esporão, meandro, entre outros, dominando estrategicamente o território envolvente e os caminhos naturais. A denominação castro pode ser usada para diversos povoados de distintas cronologias, contudo esta designação generalizou-se para os da Idade do Ferro e os mesmos podem ter o nome de castelo, crasto ou cristelo (CM Miranda do Douro / Castros (cm-douro.pt)).

O município de Ribeira de Pena possui a menor área, com 217,66 km², com 5.884 habitantes apresenta densidade demográfica de cerca de 27 habitantes/km², um dos mais povoados. O Rio Tâmega atravessa o município resultando em vales profundos e belas paisagens naturais. Há grande riqueza de resquícios arqueológicos de civilizações pré-históricas, castreja e romanas. As principais atividades econômicas estão associadas a agricultura, pecuária, turismo e gastronomia local.

O município de Valpaços apresenta 553,5 km² com 14.701 habitantes e densidade de 27 hab/km². Pertence ao distrito de Vila Real, tem por histórico os séculos XII e XIII com resquícios de diversas civilizações antigas, desde os romanos às invasões bárbaras. A economia local é associada ao setor primário, a gastronomia tradicional, o turismo religioso e cultural, além do setor de serviços.

O município de Vila Pouca de Aguiar possui 437,10 km² com 11.812 habitantes e densidade de 27 hab/km², é um dos mais povoados e o terceiro mais populoso. Localiza-se entre duas serras, a do Alvão e a da Padrela, em um vale onde a pecuária é fortemente desenvolvida. Possui rico patrimônio cultural de civilizações antigas da época do Império Romano, como as termas. A economia é fortemente baseada na agricultura e pecuária, como a produção de batatas, produtos hortícolas e vinho. A mineração é de relevância, com as minas de Jales e a extração de granito. O turismo termal também é importante para a economia local.

Portanto, a CIM do Alto Tâmega e Barroso é um território de baixa densidade, com economia fortemente baseada nas atividades agrícolas, agroindustriais e do turismo rural e termal. Destacam-se os produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e de Indicação Geográfica Protegida (IGP), com especial atenção para a carne, o mel, o azeite, a castanha, a batata, os enchidos e os fumeiros (CIMAT, 2023).

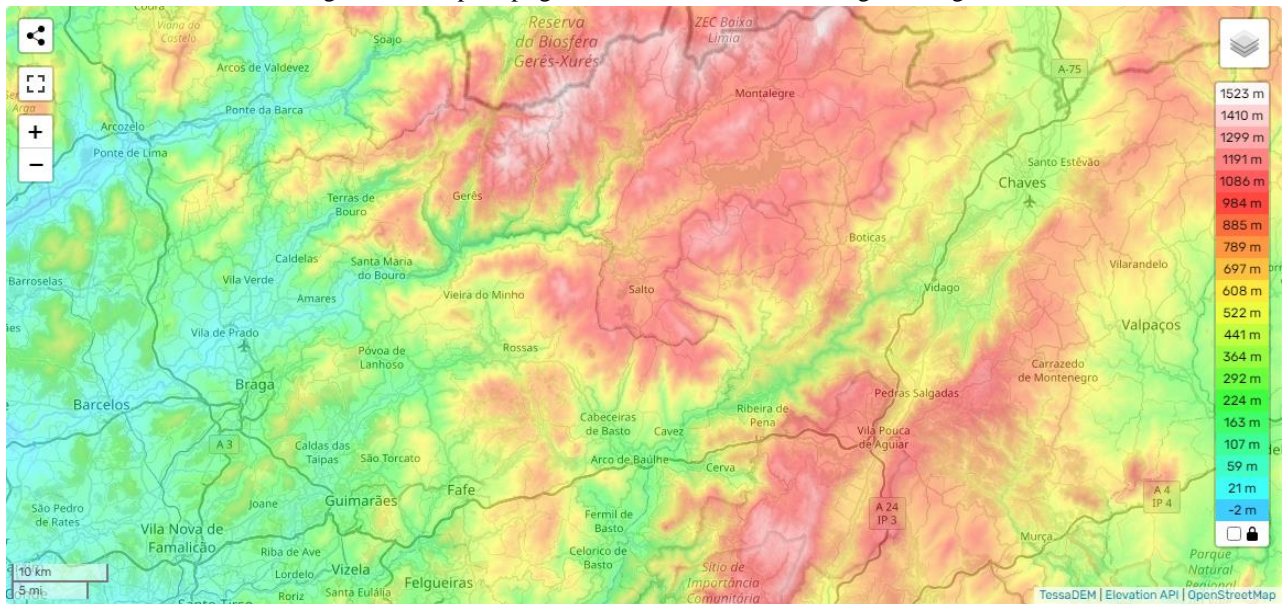
A paisagem agrária da sub-região do Alto Tâmega é típica do Norte interior de Portugal, o povoamento é concentrado e de baixa densidade populacional. As propriedades rurais, em geral, são de média dimensão com seis hectares geridas pela agricultura familiar ou arrendadas. É comum a gestão comunitária dos baldios⁴, com inexistência de divisão entre os campos e estes apresentam formas mais regulares. O clima é de influência continental apresentando verões longos e secos e invernos rigorosos. Os solos em geral, são de natureza xistosa de baixa fertilidade natural. A batata e o centeio são os principais cultivos temporários, o olival, a vinha

⁴ “Os baldios são terras comunitárias historicamente geridas para pastagem e recolha de recursos essenciais à sobrevivência das populações de montanha, constituindo-se igualmente como base dos sistemas agrícolas de subsistência” (Entre subsídios e turismo: instituições e poder na gestão dos baldios do parque nacional da Peneda Gerês | Finisterra (rcaap.pt))

e os soutos são as culturas permanentes mais importantes, o castanheiro, o carvalho e o eucalipto são as espécies florestais mais cultivadas, há predominância da pecuária, em especial de gado bovino das raças Barrosã e Maronesa. Os ovinos da raça Churra do Minho, os suínos da raça Bísara, os caprinos das raças Cabra Serrana e Cabra Baviana e os equídeos cavalos da raça Garrana, são comuns, todas as raças são autóctones. (Luz, 2017; CIMAT, 2023, Porto Editora, 2023).

A topografia da sub-região do Alto Tâmega apresenta relevo montanhoso (Figura 8).

Figura 8 – Mapa topográfico da CIM do Alto Tâmega, Portugal



Fonte: Mapa topográfico Rio Tâmega, altitude, relevo (topographic-map.com)

A (Tabela 2) ilustra a variação do relevo da sub-região do Alto Tâmega de acordo com a Figura 8.

Tabela 2 – Variação da altitude nos municípios da CIM do Alto Tâmega e Barroso

Município	Altitude em relação ao nível do mar
Boticas	631 metros
Chaves	351 metros
Montalegre	1098 metros
Ribeira de Pena	698 metros
Valpaços	431 metros
Vila Pouca de Aguiar	726 metros

Fonte: ELEVATION API, 2023. Org.: a autora, 2024.

Os dados da (Tabela 2) indicam que a sub-região do Alto Tâmega possui municípios em área de relevo montanhoso, o qual interfere na mecanização dos solos além de dificultar o escoamento da produção agrícola. Essa variação da altitude quando relacionada ao clima, influencia os tipos de culturas e práticas agrícolas a serem realizadas nos territórios, há o uso

de terraços como forma de manejo dos solos, a agricultura é extensiva com rotação de culturas e pousio.

1.3.2 – Caracterização da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

A CIM do Tâmega e Sousa está localizada na parte inferior da bacia do Rio Douro na Região Norte de Portugal. As características da paisagem agrária dessa sub-região são influenciadas pelas condições edafoclimáticas e a proximidade com o litoral e apresenta forte contraste com o Norte interior. Essa NUT III integra a antiga província conhecida como Douro Litoral que foi extinta em 1976 (CIM Tâmega e Sousa, 2023).

Atualmente a CIM do Tâmega e Sousa está inserida na região agrária denominada de Entre Douro e Minho, região que apresenta clima temperado mediterrâneo com influência marítima e de grande precipitação. O relevo é mais suave de origem granítica com média fertilidade. O povoamento é disperso e de alta densidade populacional, a produção agrícola em geral, é para o autoconsumo e as propriedades são fragmentadas em pequenas dimensões denominadas de minifúndios com cerca de 3 hectares em média, apresentam parcelas fechadas por muros de pedras ou sebes vivas (Porto Editora, 2023).

Possui densidade populacional maior que a média do país, com exceção de alguns municípios que têm maior predominância de suas economias ligadas ao setor primário. Caracterizada pela crescente concentração da população nas áreas urbanas das cidades e do despovoamento das zonas rurais e periferias que se igualam a dinâmica de outras regiões de Portugal (CIM Tâmega e Sousa, 2023).

A CIM do Tâmega e Sousa possui 11 municípios: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende (Figura 9).

Figura 9 – Mapa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa



Fonte: <https://www.cimtamegaesousa.pt/tamega-e-sousa>
(sem escala)

Os municípios que fazem fronteira com a Área Metropolitana do Porto recebem influência direta do dinamismo resultante da urbanização e industrialização dessa zona. Desse modo, a CIM do Tâmega e Sousa é considerada um território de transição entre a Área Metropolitana do Porto e o interior da Região Norte de Portugal. O Rio Douro é a principal bacia hidrográfica recebendo águas de muitos afluentes, como o Rio Tâmega e o Rio Sousa.

Os municípios de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel apresentam maior industrialização com valores econômicos superiores à média da Região Norte de Portugal. A CIM do Alto Tâmega e Sousa possui padrão territorial difuso e heterogêneo, sem um zoneamento claro que diferencie as áreas urbanas, industriais e rurais.

A CIM do Tâmega e Sousa é composta pelos municípios descritos na (Tabela 3).

Tabela 3 – Caracterização da CIM Tâmega e Sousa

Município	NUT III Tâmega e Sousa			Distrito
	Área km ²	Número de Habitantes	Densidade Demográfica	
Amarante	301,33	52131	~ 173 hab/km ²	Porto
Baião	174,53	17527	~ 100,4 hab/km ²	Porto
Castelo de Paiva	115,01	15597	~ 135,6 hab/km ²	Aveiro
Celorico de Basto	181,07	17666	~ 97,6 hab/km ²	Braga
Cinfães	239,29	17747	~ 74,2 hab/km ²	Viseu
Felgueiras	115,74	55883	~ 482,8 hab/km ²	Porto
Lousada	96,08	47401	~ 493,3 hab/km ²	Porto
Marco de Canaveses	201,89	49563	~ 245,5 hab/km ²	Porto
Paços de Ferreira	79,99	55623	~783,5 hab/km ²	Porto
Penafiel	212,24	69687	~ 328,3 hab/km ²	Porto
Resende	123,35	10053	~ 81,5 hab/km ²	Viseu
Total	1.831,00	410,000	~ 223 hab/km ²	-

Fonte: A Região (cimtamegaesousa.pt), 2022. Org.: a autora, 2024.

De acordo com os dados da (Tabela 3), a CIM do Tâmega e Sousa ocupa uma área de 1.831 Km² equivalente a 8,6% da Região Norte. Sua população é de 410,000 habitantes com densidade populacional de 223 habitantes/km², representa 11,4% da população da Região Norte e 4% do total da população de Portugal.

O município de Amarante é o de maior extensão territorial, com 301,33 km², o que corresponde a 16,5% do território da NUT III, possui 52.131 habitantes sendo o quinto mais populoso. O Rio Tâmega que atravessa o município apresenta ocupação distinta em sua área de influência com a margem direita ocupada por freguesias que estão fortemente ligadas ao domínio da Área Metropolitana do Porto e a margem esquerda apresenta freguesias tipicamente do interior de Portugal. As atividades econômicas mais importantes são as vinícolas no setor primário, a indústria metalomecânica no setor secundário e a construção civil no setor terciário.

O município de Baião apresenta extensão territorial de 174,53 km² com 17.527 habitantes e densidade demográfica de 100,4 hab/km². Tem elevado nível de envelhecimento populacional e baixa geração de emprego e renda, sendo o setor primário e os serviços as principais atividades econômicas do município.

O município de Castelo de Paiva apresenta extensão territorial de 115,01 km² sendo o único da CIM do Alto Tâmega e Sousa que faz parte do Distrito de Aveiro. Possui 15.597 habitantes e densidade demográfica de 135,6 hab/km². A economia concentra-se no segundo setor com as indústrias de produtos metálicos e do calçado. A ruralidade ainda é presente sendo marca dessa sub-região o aspecto da transição entre o urbano e o rural.

O município de Celorico de Basto possui 181,07 km² pertence ao distrito de Braga, tem uma população de 17.666 habitantes e densidade 97,6 hab/km². É um município com alto índice de envelhecimento populacional. As principais atividades econômicas estão concentradas nas atividades agrícolas apresentando o setor industrial incipiente.

O município de Cinfães pertence ao Distrito de Viseu, possui extensão territorial de 239,29 km² e 17.747 habitantes, densidade populacional de 74,2 hab/km² com predomínio de uma população envelhecida. A economia é baseada no setor primário e em algumas atividades de serviços sendo pouco expressiva a industrialização.

O município de Felgueiras possui extensão territorial de 115,74 km², com 55.883 habitantes e densidade populacional de 482,8 hab/km². É o segundo município mais populoso e o terceiro mais povoado, com estrutura etária bastante jovem. Sua economia é altamente fundamentada no setor secundário com predomínio da indústria do calçado.

O município de Lousada possui extensão territorial de 96,08 km², 47.401 habitantes e densidade populacional de 493,3 hab/km² é o segundo mais povoado. Possui índices de

envelhecimento da população reduzidos. A economia é baseada, principalmente, pela indústria do vestuário.

O município de Marco de Canaveses possui extensão territorial de 201,89 km² com 49.563 habitantes e densidade populacional de 245,5 hab/km². É o único município que está totalmente inserido na sub-região do Tâmega e Sousa não fazendo fronteira com outras sub-regiões. A economia é diversificada, destacam-se a exploração do granito e a construção civil.

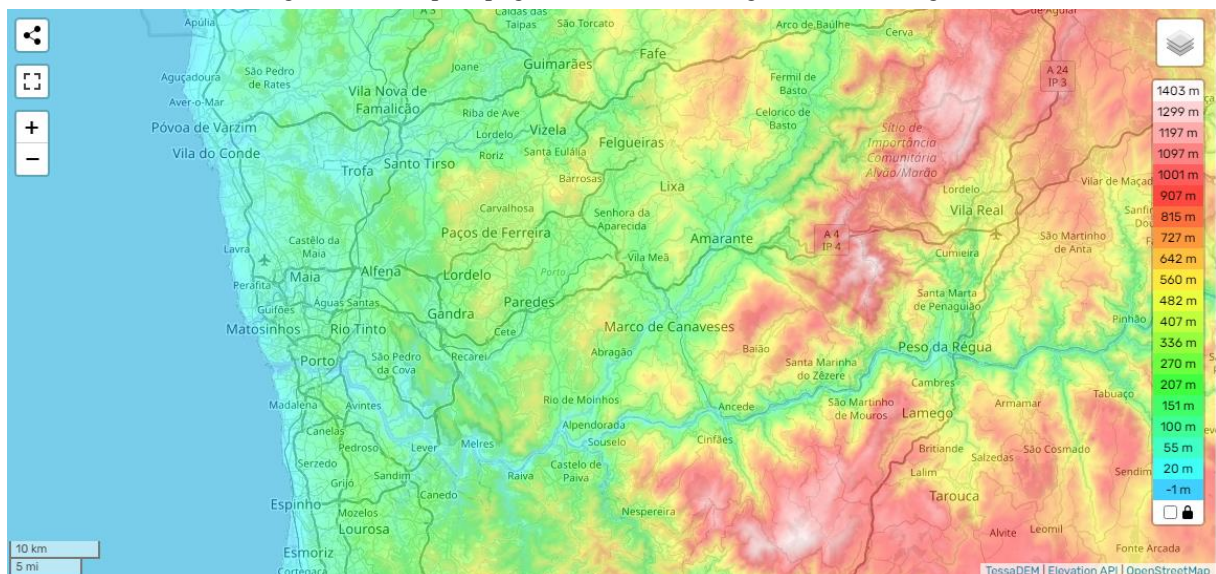
O município de Paços de Ferreira possui 79,99 km² de área, com uma população de 55.623 habitantes e densidade demográfica de 783,5 hab/km² sendo o município mais povoado. Possui estrutura etária bastante jovem e sua economia é altamente industrializada, destaca-se a indústria do mobiliário que fez com que o município ganhasse o título de Capital do Móvel.

O município de Penafiel possui 212,24 km² com 69.687 habitantes e densidade demográfica de 328,3 hab/km² é o município mais populoso. A economia é baseada em serviços e a indústria do vestuário.

O município de Resende possui extensão territorial de 123,35 km² uma população de 10.053 habitantes e densidade populacional de 81,5 hab/km², é o menos populoso e com alta taxa de envelhecimento populacional. Sua economia é baseada no setor primário com destaque para a produção de cerejas.

As bacias hidrográficas dos Rios Douro, Tâmega e Sousa são elementos geográficos que influenciam o uso e ocupação dos solos, os municípios menos industrializados estão nas maiores altitudes. A topografia da CIM do Tâmega e Sousa possui variação no relevo mais suave (Figura 10).

Figura 10 – Mapa topográfico CIM do Tâmega e Sousa, Portugal



Fonte: Mapa topográfico Rio Tâmega, altitude, relevo (topographic-map.com)

Em locais mais montanhosos a agricultura é feita em terraços seguindo as curvas de nível do terreno. Os cultivos temporários mais importantes são milho e batata, e os cultivos permanentes são a vinha e os frutos secos. A pecuária é dominada pelo gado bovino, enquanto que na produção florestal destacam-se o pinheiro bravo, o carvalho e o eucalipto (Porto Editora, 2023).

A (Tabela 4) ilustra a variação do relevo da CIM do Tâmega e Sousa.

Tabela 4 – Variação da topografia na CIM do Tâmega e Sousa

Municípios	Altitude em relação ao nível do mar
Amarante	175 metros
Baião	502 metros
Castelo de Paiva	316 metros
Celorico de Basto	256 metros
Cinfães	526 metros
Felgueiras	292 metros
Lousada	276 metros
Marco de Canaveses	229 metros
Paços de Ferreira	360 metros
Penafiel	259 metros
Resende	291 metros

Fonte: ELEVATION API, 2023. Org.: a autora, 2024.

Conforme Quintas *et al.* (2018), as Serras do Marão e Alvão compõem a unidade de paisagem com origem na Serra da Peneda-Gerês no extremo norte de Portugal e termina na Serra da Aboboreira, em um alinhamento paralelo ao oceano Atlântico que separa o território a norte do Rio Douro em dois componentes, a oeste está o litoral com maior umidade resultando em precipitações abundantes, clima ameno e mais densamente povoado, a leste encontra-se o interior. Devido ao bloqueio que as serras impõem ao deslocamento da umidade marítima pelo interior o clima é progressivamente mais seco em direção ao leste sendo também menos povoado. Os municípios de Amarante e Baião (CIM Tâmega e Sousa) e Ribeira de Pena (CIM do Alto Tâmega e Barroso) estão na área de abrangência da Serra do Marão a qual junto com a Serra do Alvão integram a Zona de Importância Comunitária da Rede Natura 2000⁵.

A sub-região do Alto Tâmega possui ecossistemas de montanha ricos em paisagens naturais, flora e fauna endógenas que são importantes para o equilíbrio ecossistêmico regional,

⁵ “A Rede Natura 2000 é a pedra angular da política de biodiversidade da União Europeia (UE). Trata-se de uma rede de mais de 25.000 sítios de proteção especial em toda a UE que proporciona amplos benefícios socioeconômicos, entre os quais se contam os benefícios diretos do turismo e das atividades de lazer, mas também, bens e serviços ecossistêmicos, como o controle de inundações, a despoluição da água, a polinização, e a reciclagem dos nutrientes” (QUINTAS *et al.*, 2018, p. 130).

o que levou a criação de áreas protegidas como o Parque Nacional da Peneda-Gêres, bem como o reconhecimento do Sistema agro-silvo-pastoril do Barroso que integra o modo de vida das populações locais às condições edafoclimáticas desse território.

Os municípios de Amarante, Baião e Felgueiras fazem parte do “Caminho de Torres” um percurso de aproximadamente 600 quilômetros de antigas estradas medievais que conecta Salamanca na Espanha e o interior de Portugal, ao ocidente da península Ibérica e as vias litorais até São Tiago de Compostela na Espanha. Os peregrinos fazem o percurso a pé com duração média de 15 dias durante o trajeto sítios importantes do patrimônio mundial podem ser visitados (CIM Tâmega e Sousa, 2022).

Em 2022 por meio de parcerias com setores de pesquisa, ensino e associações de desenvolvimento local, a CIM do Tâmega e Sousa candidatou-se para ingressar a Rede Internacional das Bio-Regiões. Essa dinâmica tem por objetivo ampliar as rotas turísticas para além do trecho da peregrinação até São Tiago de Compostela, promovendo o turismo rural na região em diversas frentes (PDR, 2022).

1.3 - As Bio-regiões e os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial

A produção agrícola baseada no modelo químico-mecânico não promoveu o desenvolvimento rural de forma equilibrada e não conseguiu distribuir de forma igualitária a produção crescente dos alimentos, sendo a fome uma realidade vivida por muitas pessoas no mundo. A perspectiva futura é que os sistemas alimentares territoriais sustentáveis baseados na agricultura familiar devem ocupar o cenário global e promover a agroecologia, a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais e as dietas saudáveis.

Nesse contexto, a partir da leitura do trabalho de Costa, *et al.* (2022), compreendeu-se que a Bio-região é uma matriz baseada em ações conjuntas entre os agricultores, os cidadãos, as associações comunitárias, os operadores turísticos e o poder local, em prol de gerir os recursos naturais endógenos promovendo a agricultura biológica e a agroecologia, como carro chefe. São relações sociais baseadas na integração dos seres humanos com a natureza enquanto promovem a policultura. A implementação de uma Bio-região requer a participação de grupos focais que dialoguem em espaços comunitários e governamentais articulando grupos de trabalho, ações de construção de capacidades e de consensos com atores locais e nacionais.

Conforme Costa, *et al.* (2022), a primeira Bio-região integrante da Rede Internacional das Bio-regiões em Portugal, foi instituída no território do município de Idanha-a-Nova o qual dinamizou a estratégia de desenvolvimento local integrado à agricultura biológica. Esse projeto

piloto em Portugal foi fruto da participação de diversos atores sendo construído por meio de princípios e metodologias reconhecidas internacionalmente.

Um sistema alimentar sustentável é gerido de forma a conciliar a produção e oferta de alimentos saudáveis a um maior número possível de pessoas na área de influência desse sistema. A base dos sistemas alimentares sustentáveis é composta pelos eixos econômico, social e ambiental interagindo entre si sem prejudicar a capacidade das gerações futuras em acessar os recursos naturais do território. Dessa forma, a agricultura biológica é capaz de responder ao escopo de um sistema alimentar sustentável.

De acordo com Costa, *et al.* (2022), a primeira Bio-região surgiu em Cilento na Itália que repercutiu posteriormente como um modelo de gestão territorial comunitária adotado pela Itália e Europa. A Rede Internacional das Bio-regiões engloba territórios da Itália, Áustria, França, Espanha, Portugal e Suíça. O projeto de construção de uma Bio-região inclui parcerias de diversos atores sociais que devem incidir sobre o território de modo a abranger objetivos comuns, que são a conservação dos recursos naturais, a promoção da sustentabilidade por meio da agricultura biológica e os aspectos culturais endógenos em suas diversas facetas.

Um território quando pertence a Rede Internacional das Bio-regiões ganha um “selo de qualidade” em que se atesta a participação comunitária nas decisões de governança local e o dos sistemas alimentares tradicionais, conectando o campo e os consumidores por meio de cadeias curtas de comercialização.

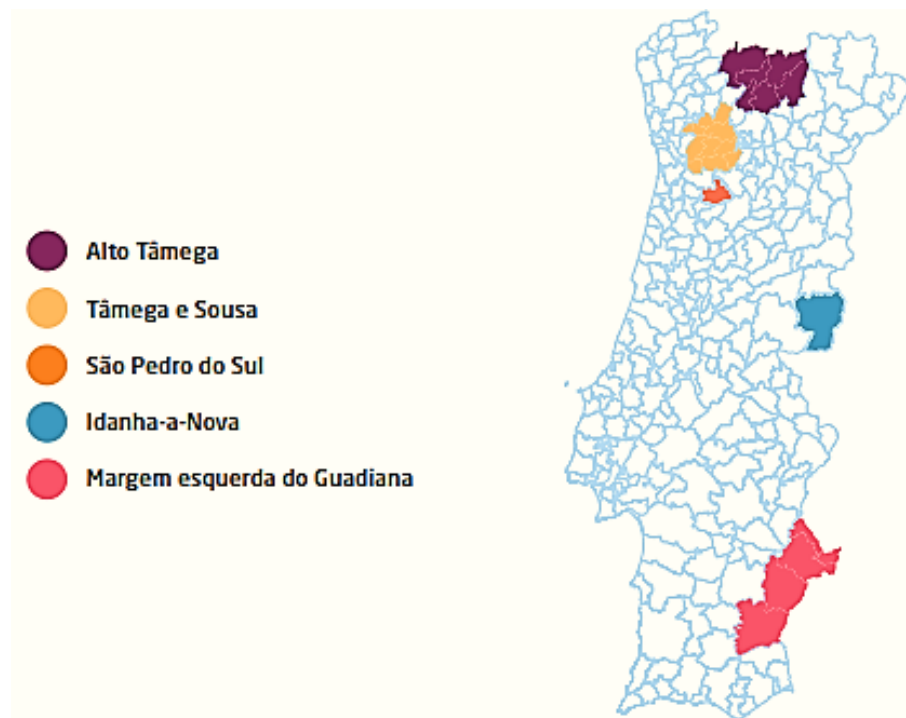
É nesse sentido que os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial representam territórios com aval da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Em muitos casos esses sistemas alimentares sustentáveis contribuem com a manutenção da fertilidade dos solos, influenciam a segurança alimentar e nutricional da população local, além de serem sistemas de conhecimento e tecnologias adaptadas ao meio natural que irão influenciar o manejo dos solos e da produção de alimentos.

Tanto os modelos das Bio-regiões como os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial são baseados em mecanismos de governança horizontal como resultado das estratégias de *bottom-up*, ou seja, as decisões são tomadas de baixo para cima, respeitando as demandas da comunidade local, o que favorece a integração e participação comunitária nas operações e manutenção das estratégias de desenvolvimento territorial. Os pactos territoriais são baseados na promoção de sistemas alimentares sustentáveis, com diversos atores sociais que articulam a promoção da agricultura biológica no país em conformidade com os compromissos assumidos internacionalmente (Costa *et al.*, 2022).

A Bio-região da CIM do Alto Tâmega e Barroso integra a Rede Internacional das Bio-Regiões desde 2018 e está articulada com o Sistema Agro-silvo-pastoril do Barroso caracterizado como um mecanismo de promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis baseado nos conhecimentos tradicionais e da sociobiodiversidade.

Em Portugal ao todo existem quatro territórios já consolidados que fazem parte da Rede Internacional das Bio-Regiões e a CIM do Tâmega e Sousa está em construção (Figura 11).

Figura 11 – Mapa das Bio-regiões em Portugal



Fonte: Costa *et al.*, 2022
(sem escala)

Os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial preservam os conhecimentos tradicionais de manejo dos sistemas agrícolas por meio da continuidade entre as gerações. São sistemas adaptados às condições edafoclimáticas permitindo a sobrevivência das populações que diretamente se organizaram em torno da produção de alimentos em consonância com as características do ecossistema local. As paisagens naturalizadas pelas práticas agrícolas são registros da adaptação dos agricultores e pastores às exigências que o ambiente oferece. Resultam em rico patrimônio cultural e gastronômico onde as celebrações das festividades são fortemente relacionadas aos períodos das produções agrícolas, indo do plantio às colheitas, do uso dos estrumes para fertilizar os solos, da engorda e abate do gado, da preparação dos alimentos, das estações do ano que trazem frio ou calor, chuva ou seca.

O Sistema Agro-Silvo-Pastoril do Barroso foi reconhecido em 2018, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura como um dos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial. Sua localização abrange os municípios de Boticas e Montalegre, possui 1.127,40 km² e uma população residente que trabalha nesse sistema de 15.589 habitantes. É um sistema alimentar tradicional de topologia de áreas montanhosas. Os moradores conservam hábitos alimentares que têm no uso de carnes defumadas, batatas, leguminosas e repolhos os ingredientes principais da gastronomia local montanhosa. As principais fontes econômicas são a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva de gado de corte das raças Barrosã e Maronesa, o processamento de alimentos, a silvicultura, as pastagens e o turismo rural (FAO, 2018).

Os conhecimentos tradicionais na gestão dos solos e das águas são patrimônios culturais transmitidos ao longo do tempo às gerações seguintes. A vivência comunitária dos habitantes do Sistema Agro-silvo-pastoril do Barroso é refletida no uso dos baldios que são terras coletivas geridas por meio de regras definidas por cada povoado (aldeia). Em geral, o uso dos baldios permite que as pastagens sejam utilizadas pelo gado de forma compartilhada conhecido como “vezeira”, o gado fica em sistema de rotação nos pastos e o número de dias de pastejo é definido em função do número de cabeças de gado que cada pastor possui (Luz, 2017; FAO, 2018).

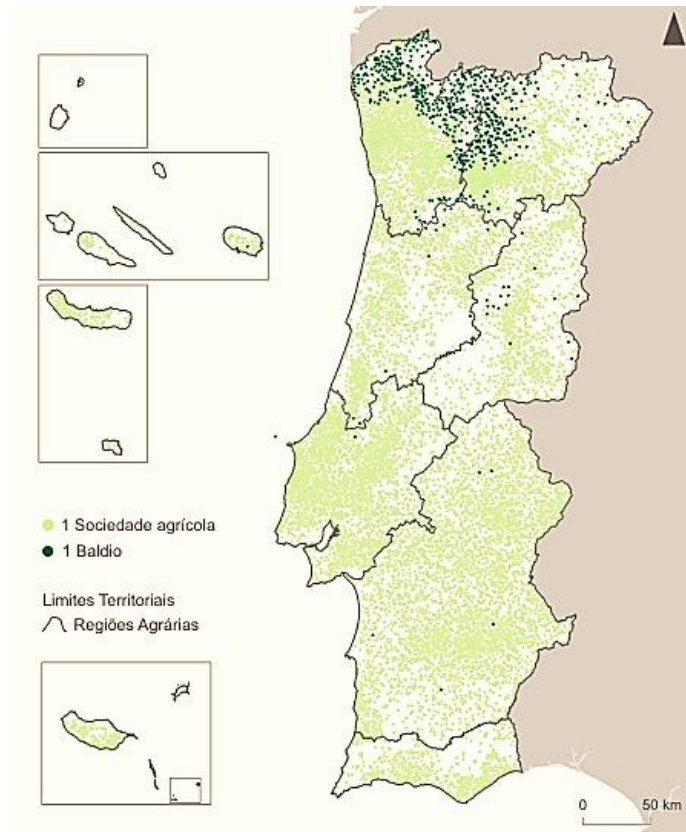
A gestão da água de irrigação por meio de sistemas de gravidade permitiu que os pastores desviassem a água dos rios e córregos locais represando-a em pequenos açudes e conduzindo-a por canais seguindo as curvas de nível do terreno até as pastagens, a água que não infiltra é escoada para uma cota inferior ao terreno onde está o pasto e retorna ao curso de água. No inverno a água ajuda a quebrar o gelo que se forma sobre as pastagens o que auxilia no crescimento da vegetação e permite que o gado possa se alimentar (Luz, 2017; FAO, 2018).

O sistema produtivo e pastoril é orientado a partir da aldeia, nela estão as casas e suas hortas para o autoconsumo e os pântanos que fornecem feno e pastagem para a alimentação do gado. Mais distantes estão os campos aráveis e cultivados com culturas temporárias como cereais de inverno e batatas. E na periferia das aldeias encontram-se os baldios, terrenos comunitários de montanha onde crescem matagais que servem de cama para o gado de corte, são terrenos com baixa fertilidade natural propício a pecuária extensiva e rústica de certos rebanhos (Luz, 2017; FAO, 2018).

Todo o sistema é construído seguindo uma ordem em espiral partindo da aldeia até os baldios, o gado é o elemento chave que une as pastagens e os campos de cultivo agrícola, a transferência de nutrientes de um sistema para outro se faz por meio do uso da adubação orgânica via estrumes do gado.

A ocupação humana nesse território remonta a milhares de anos com registros históricos de manejo do ambiente feito por meio de muitas gerações. É possível encontrar espécies da flora e fauna importantes para a manutenção dos serviços ecossistêmicos sendo necessária a conservação dos mesmos por meio de áreas protegidas como o Parque Nacional da Peneda-Gerês, localizado em áreas montanhosas onde encontram-se a maior parte dos baldios (Figura 12)

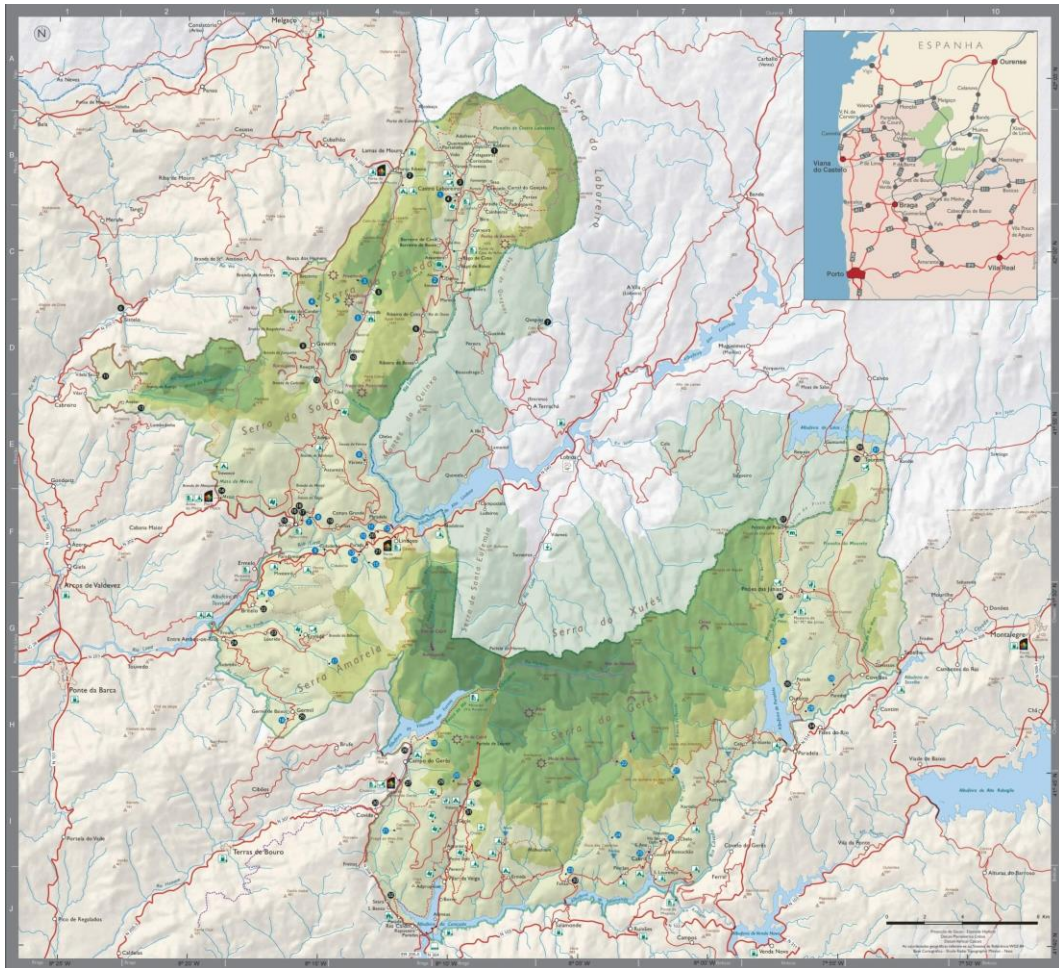
Figura 12 – Mapa das sociedades agrícolas e baldios em Portugal



Fonte: Recenseamento Agrícola, 2019

De acordo com Luz (2017), o turismo rural na atualidade tem-se beneficiado das paisagens tradicionais dos baldios, principalmente, por instituições externas como os operadores turísticos e o Estado na figura do órgão ambiental responsável pela gestão do Parque Nacional da Peneda-Gêres (Figura 13), ambos são beneficiários da monetização dos baldios, mas, não participam da manutenção desses territórios sendo esta executada pelos compartes, que em geral, não recebem pela monetização das paisagens. Outras atividades que geram emprego e renda no uso dos baldios são os trabalhadores que fazem a limpeza das áreas para evitar os danos por incêndios florestais comuns nessa região, e os agricultores que acessam os subsídios da PAC associados as pastagens.

Figura 13 – Mapa do Parque Nacional da Peneda-Gêres



Fonte: Parque Nacional da Peneda-Gêres - Museu Virtual Biodiversidade (uevora.pt)

Conforme Luz (2017), entre 1938 e 1968 durante o “Estado Novo” português, o governo determinou a florestação intensiva nos baldios e apropriação dos mesmos, o processo de inclusão da agricultura portuguesa nas relações de mercado, o uso de novas tecnologias como os adubos químicos e a emigração ao longo das décadas de 1950 a 1960, prejudicaram a relação das comunidades rurais com os baldios interferindo nas dinâmicas que existiam entre os agricultores e o uso desses territórios. Na atualidade os baldios são usados para diversos fins como geração de energia e o turismo, a agricultura perdeu sua centralidade como principal atividade nesses territórios. Do mesmo modo, a criação de áreas protegidas em territórios de baldios tende a ser um projeto político que oferece legitimidade às instituições públicas na gestão desses territórios, o que cria mudanças no uso e ocupação dessas áreas pelas comunidades rurais. Logo, a criação de áreas protegidas é uma tentativa de subordinação das zonas rurais da Europa às políticas europeias, um processo chamado de re-territorialização das áreas periféricas por parte do Estado (Luz, 2017).

1.4– Caracterização socioeconômica

A caracterização socioeconômica das sub-regiões em estudo, teve por objetivo apresentar resumidamente, a evolução dos municípios por meio de alguns indicadores coletados dos censos mais recentes entre 2011 e 2021 (Pordata, 2023).

1.4.1 – Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso

As informações apresentadas na caracterização socioeconômica da sub-região do Alto Tâmega foram levantadas no site Pordata (2023). O objetivo desse levantamento foi identificar quais setores econômicos são mais importantes na dinamização dos municípios que compõem a sub-região e como impactam a geração de emprego e renda regional.

A caracterização socioeconômica apresentada na Tabela 5 buscou elucidar a importância da organização dos territórios de forma conjunta, considerando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que influenciam os agentes públicos e privados nas tomadas de decisões. Os indicadores apresentados tiveram por objetivo avaliar a evolução da sub-região em estudo durante a última década entre 2011 a 2021.

Analisando os dados da (Tabela 5), verifica-se que a população em idade ativa entre 15 a 64 anos de idade diminuiu entre 2011 a 2021, o número de idosos para cada 100 jovens aumentou em todos os seis municípios, confirmando o padrão de envelhecimento da sub-região. O índice de natalidade diminuiu e os óbitos aumentaram, o que repercute diretamente na disponibilidade de mão de obra para o mercado de trabalho, sendo este altamente dependente do setor primário, das agroindústrias e do turismo.

A população estrangeira foi a segunda que mais cresceu o que contribuiu com o aumento da população geral, contrabalançando o resultado negativo do indicador de nascimentos que apresentou a segunda maior diferença entre os anos de 2011 e 2021.

De acordo com Martins (2022), a migração é uma consequência natural da expansão do capitalismo em países em desenvolvimento não importando as diferenças salariais e de emprego, é associada a estrutura do mercado global em que há uma consolidação das empresas capitalistas nos territórios por meio da apropriação das terras, expulsão dos pequenos produtores familiares do mercado local, uso intensivo de matérias-primas, mão de obra barata e criação de novos mercados consumidores. As multinacionais colocam no mercado produtos competitivos que impactam a produção local estimulando o consumo de itens modernos por pessoas economicamente incapacitadas de adquirir esses produtos. Expandem os sistemas de

comunicação e transportes que facilitam a circulação das mercadorias e pessoas, estabelecendo ligações culturais e estímulo dos padrões de consumo dos países desenvolvidos por meio de marketing de massa.

O acesso da população da CIM do Alto Tâmega e Barroso aos tratamentos de saúde em termos de estabelecimento hospitalares é centralizado no município de Chaves onde está o único hospital entre os seis municípios. As farmácias são em maior número em Chaves.

O ensino pré-escolar diminuiu ao longo do período de análise em cinco municípios. Os estabelecimentos de ensino fundamental apresentaram queda em relação a 2011 em três municípios, Chaves, Valpaços e Montalegre, em Boticas e Vila Pouca de Aguiar não houveram alterações entre 2011 e 2021. Ribeira de Pena deve configurar como um local de migração pendular devido à proximidade com zonas mais industrializadas como a CIM do Tâmega e Sousa e Área Metropolitana do Porto, logo, a necessidade dos pais em deixarem os filhos nas creches deve justificar a permanência do número de estabelecimentos entre 2011 e 2021.

O ensino médio foi mantido em Chaves, Ribeira de Pena, e Vila Pouca de Aguiar. Já em Boticas, Montalegre e Valpaços houve perda na oferta dessa modalidade de ensino entre 2011 a 2021. Verifica-se que em todos os seis municípios houve diminuição no número de estudantes que acessam o ensino médio. Apenas o município de Chaves possuía estabelecimentos de ensino superior. A baixa oferta de capacitação superior para a população da sub-região do Alto Tâmega impacta diretamente a economia local, pois a baixa qualificação técnica repercute em baixos salários e pouca modernização dos postos de trabalho. Essas alterações na oferta de ensino formal na CIM do Alto Tâmega podem ser correlacionadas ao esvaziamento dos territórios uma vez que em todos os municípios o número total da população diminuiu. Os jovens migram para cidades em busca de maior oferta de estudos, trabalho, salários e serviços, além do dinamismo das áreas urbanas em termos de cultura e lazer.

As empresas não financeiras expandiram-se em todos os seis municípios da CIM do Alto Tâmega e Barroso entre 2011 a 2021. As empresas são classificadas da seguinte forma: menor que 10 funcionários; entre 10 e 19 funcionários; entre 20 e 49 funcionários; entre 50 e 249 funcionários e maior que 250 funcionários. Apenas os municípios de Chaves e Vila Pouca de Aguiar apresentaram empresas com mais de 250 funcionários, os demais segmentos estavam contemplados em todos os municípios, exceto em Valpaços que não possuía empreendimento com 50 a 249 funcionários. As empresas que mais empregaram estavam na classe “menor que 10 funcionários” o que denota a importância das pequenas empresas na geração de emprego e renda na região.

De acordo com Mendes *et al.* (2001), quanto menor for a instrução e capacitação técnica dos trabalhadores maiores são as chances de ocuparem postos de trabalho com baixos salários.

A criação de novas regiões industriais não resulta de uma reorganização imposta pelas forças de mercado, é a combinação de aspectos políticos, sociais e culturais sob um “processo dialético entre oportunidades de mercado, mobilização de recursos existentes, conhecimento e aprendizagem, aliada a novas formas de organização da produção” (Martins, 2022, p.26). As micro e pequenas empresas contribuem com o desenvolvimento regional e o apoio da comunidade por meio da criação de redes de conexão influencia o desempenho da atividade empreendedora.

O ganho médio mensal (euros) dos trabalhadores contratados por terceiros apresenta os salários pagos por gênero, foi identificado que ao longo do tempo os homens recebem mais, o que demonstra a manutenção da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Os indicadores referentes ao acesso da população ao sistema financeiro, (bancos, caixas econômicas e caixas de crédito agrícola mútuo) apresentou alteração quanto aos estabelecimentos de crédito agrícola apenas nos municípios de Chaves e Montalegre, que diminuíram a oferta de agências nas demais cidades manteve-se a quantidade. Os bancos e caixas econômicas tiveram diminuição de estabelecimentos em todos os municípios, exceto em Boticas que manteve o mesmo número de agências entre 2011 e 2021. Acredita-se que a disponibilidade de agências bancárias tem relação com o número de habitantes na localidade.

As pensões pagas pela segurança social apresentaram queda no decorrer da última década em todos os municípios. A base de dados Pordata (2023), disponibiliza a informação por segmento o que permitiu identificar que a maioria dos benefícios são destinados à velhice, seguido dos pagamentos relativos à sobrevivência e por último os pagamentos por invalidez.

O indicador referente aos beneficiários do rendimento social de inserção que é a transferência de renda do Estado às famílias mais carentes, apresentou redução no número de famílias beneficiadas em todos os seis municípios. Aprofundando a análise sobre os dados disponibilizados, verificou-se que os resultados apresentados na Tabela 5, referem-se ao somatório dos benefícios pagos por sexo. Desse modo, foram constatados que em 2011, os municípios de Boticas, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, contemplaram mais as mulheres, como beneficiárias que necessitavam da transferência de renda para auxiliar no sustento das famílias, apenas em Chaves e Montalegre, os benefícios foram pagos às famílias chefiadas por homens. Já em 2021, o cenário alterou-se e em todos os seis municípios, os pagamentos foram em maior número às famílias chefiadas por homens.

Os dados referentes ao indicador desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional decaíram em todos os seis municípios. Enquanto que o número de trabalhadores da administração pública local aumentou ao longo da última década em todos os municípios, exceto em Chaves e Montalegre. Houve um pequeno aumento da participação feminina nos postos de trabalho do funcionalismo público.

O indicador referente aos crimes registrados pela polícia por mil habitantes demonstra que ao longo da última década os valores médios caíram em todos os seis municípios, com maior expressividade em Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar que diminuíram em cerca de 50% a criminalidade. O que é um bom indicador sobre a segurança pública da CIM do Alto Tâmega e Barroso.

O setor de serviços representado pelos indicadores: consumo de energia elétrica por habitante (kWh); resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitantes (kg/habitante) e a oferta de alojamentos turísticos aumentou em toda a CIM do Alto Tâmega e Barroso. Com relação à coleta seletiva de resíduos sólidos, Montalegre foi o município que apresentou valores negativos quanto a coleta seletiva de resíduos urbanos, em 2011 era de 74,1 kg/hab, e em 2021, passou para 26,6 kg/hab, a diminuição dos resíduos urbanos denota o esvaziamento do território. A oferta de alojamentos turísticos cresceu em Chaves e Montalegre, a partir de 2014 os novos alojamentos locais e os destinados ao turismo no espaço rural passaram a ser contabilizados nos dados estatísticos

Tabela 5 – Indicadores socioeconômicos da sub-região do Alto Tâmega

Anos	2011		2021		2011		2021		2011		2021		2011		2021									
	MUNICÍPIOS																							
Indicadores	Boticas		Boticas		Chaves		Chaves		Montalegre		Montalegre		Ribeira de Pena		Ribeira de Pena		Valpaços		Valpaços		Vila Pouca de Aguiar		Vila Pouca de Aguiar	
População em idade ativa (%) 15-64 anos	59,4		54,4		63,7		57,7		57,9		52,9		61,3		58,1		58,2		51,2		61,7		56,7	
Índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens)	302		425		203		318		340		523		193		296		308		478		221		401	
População estrangeira	28		56		560		728		78		100		10		118		256		188		115		208	
Nascimentos	20		24		254		173		48		44		55		30		69		58		79		57	
Óbitos	71		86		490		504		181		163		91		73		245		295		184		191	
Hospitais	0		-		1		1		0		-		0		-		0		-		0		-	
Farmácias	2		2		12		12		5		5		2		2		7		7		4		4	
Estabelecimentos do ensino pré-escolar	6		3		36		18		5		3		4		4		13		8		15		10	
Estabelecimentos do ensino fundamental	1		1		33		24		9		7		6		6		13		8		7		7	
Estabelecimentos do ensino médio	1		0		4		4		3		2		1		1		2		1		1		1	
Estabelecimentos do ensino superior	0		0		2		1		0		0		0		0		0		0		0		0	
Alunos do ensino não superior	522		369		8.625		4.966		1.279		785		994		684		2.207		1.404		1.768		1.257	
Alunos do ensino superior	Não aplicável		Não aplicável		578		339		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável	
Empresas não financeiras	409		665		3.855		4.788		939		1.704		473		755		1.372		3.741		1.178		1.680	
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras	817		1.128		8.552		10.338		2.459		2.459		1.056		1.677		2.367		4.904		2.678		3.319	
Ganho médio mensal dos trabalhadores contratados por terceiros (euros)	MAS FEM		-		MAS FEM		-		MAS FEM		-		MAS FEM		-		MAS FEM		-		MAS FEM		-	
	703 657		-		820 754		-		757 721		-		821 753		-		728 687		-		757 700		-	
Bancos, Caixas Económicas	2		2		18		12		8		6		4		2		10		7		8		5	
Caixas de crédito agrícola mútuo	1		1		3		2		2		1		1		1		3		3		1		1	
Pensões da segurança social (velhice, invalidez e sobrevivência)	2.263		1.899		11.782		10.901		4.552		3.793		2.103		1.884		6.713		5.838		4.665		4.277	
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	260		88		1.642		1.166		336		205		298		226		797		526		545		373	
Desempregados inscritos nos centros de emprego	286		136		2.566		1.434		377		298		412		313		995		484		716		455	
Trabalhadores da Administração Pública Local	137		165		507		460		295		279		190		295		204		219		228		360	
Crimes registados pela polícia por mil habitantes	28,3		19,4		32,3		23,2		45,7		41,1		44,8		24,8		44,3		25,2		36,3		20,0	
Consumo de energia elétrica por habitantes (kWh)	3.248,2		3.625,6		3.047,1		3.050,4		2.495,5		2.584,9		2.205,7		2.638,8		2.149,0		2.738,1		3.012,2		4.250,9	
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitantes (kg)	41,4		76,6		45,1		79,1		74,1		26,6		40,0		74,6		27,8		48,6		41,8		82,0	
Alojamentos turísticos	1		4		12		31		3		21		1		4		3		3		3		6	

Fonte: Pordata, 2023. Org.: a autora, 2024.

Os setores econômicos na CIM do Alto Tâmega e Barroso são distribuídos em: agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; indústrias extrativistas; indústrias transformadoras; eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; construção; comércio atacado e varejo; transporte e armazenagem; alojamentos, restaurantes e similares; atividade de informação e comunicação; atividades imobiliárias; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio; educação; atividades de saúde e apoio social; atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; outras atividades de serviços.

A (Tabela 6) ilustra a distribuição dos trabalhadores pelos setores econômicos nos seis municípios da CIM do Alto Tâmega e Barroso em 2021.

Tabela 6 – Distribuição dos trabalhadores por setores econômicos

Ano 2021 Município	Setores econômicos																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Boticas	336	31	165	8	...	138	178	31	95	...	3	34	40	10	13	9	30
Chaves	1.115	55	1.134	26	519	1.108	2.192	375	883	68	135	580	434	390	794	256	274
Montalegre	878	...	183	9	...	354	331	71	207	9	16	88	75	21	120	19	66
Ribeira de Pena	...	3	126	35	//	530	151	57	118	...	7	95	71	18	35	46	82
Valpaços	2.308	...	293	14	...	497	717	57	208	10	34	97	262	84	153	29	117
Vila Pouca de Aguiar	572	198	631	5	...	368	448	59	222	...	33	225	186	68	144	16	129
Total	5.209	287	2.532	97	519	2.995	4.017	650	1.733	87	228	1.119	1.068	591	1.259	375	698

Fonte: Pordata, 2023. Org.: a autora, 2024.

- 1) agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;
- 2) indústrias extrativistas;
- 3) indústrias transformadoras;
- 4) eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio;
- 5) captação, tratamento e distribuição de água;
- 6) construção;
- 7) comércio atacado e varejo;
- 8) transporte e armazenagem;
- 9) alojamentos, restaurantes e similares;
- ... confidencial;
- // não aplicável

- 10) atividade de informação e comunicação;
- 11) atividades imobiliárias;
- 12) atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares;
- 13) atividades administrativas e dos serviços de apoio;
- 14) educação;
- 15) atividades de saúde e apoio social;
- 16) atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas;
- 17) outras atividades de serviços.

De acordo com os dados da (Tabela 6), a economia na CIM do Alto Tâmega e Barroso é baseada no setor primário seguido do setor de serviços (comércio, atacado, varejo e construção) e do setor secundário com as indústrias de transformação, todos esses setores possuem mais de 2000 funcionários.

1.4.2 – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

Na sequência procedeu-se a análise da CIM do Tâmega e Sousa por ser um território de transição entre a Área Metropolitana do Porto e o Norte interior de Portugal. Os indicadores apresentados tiveram por objetivo avaliar a evolução da sub-região entre 2011 a 2021. Esses

dados subsidiaram a interpretação da realidade permitindo estabelecer uma referência quanto ao padrão de desenvolvimento socioeconômico.

As atividades industriais ocupam um lugar de destaque, mais de 60% da parcela de pessoas em idade ativa (15-64 anos) trabalham no setor secundário em todos os municípios, o que repercute na média salarial paga aos trabalhadores sendo um atrativo maior para as pessoas que querem sair das áreas rurais. De acordo com o período de análise entre 2011 a 2021 em todos os municípios foi constatado o envelhecimento populacional. No entanto, pode-se considerar que a CIM do Tâmega e Sousa é uma sub-região do Norte de Portugal com população jovem, o que contrasta com a CIM do Alto Tâmega e Barroso que possui índice de envelhecimento populacional maior.

Os dados apresentados demonstraram que houve aumento da população estrangeira em todos os municípios da CIM do Tâmega e Sousa, a sub-região possui forte influência das indústrias do vestuário, calçados, móveis e construção civil, o que deve responder pela maior contratação dos estrangeiros. A taxa de natalidade apresentou queda em todos os municípios e os óbitos apresentaram aumento em todos os municípios, exceto em Baião, o que demonstra a importância da mão de obra estrangeira nas atividades econômicas do país. Portugal desde a década de 1960 possui forte fluxo de migração da população nativa.

Esses dados analisados de maneira conjunta permitiram interpretar a realidade da CIM do Tâmega e Sousa em relação ao mercado de trabalho, a disponibilidade de trabalhadores entre os municípios mostrou-se heterogênea com maior representatividade nos municípios industrializados em contraste com os territórios de base agrícola. A oferta de serviços em saúde na CIM do Tâmega e Sousa não registrou alterações significativas ao longo da última década.

A oferta de ensino formal na CIM do Tâmega e Sousa apresentou queda nas modalidades do ensino pré-escolar em todos os municípios com exceção de Celorico de Basto. O ensino fundamental perdeu de modo generalizado estabelecimentos de ensino em todas as cidades. O ensino médio registrou perda de estabelecimentos nos municípios de Castelo de Paiva, Marco de Canaveses e Resende, cidades menos industrializadas. Já nos municípios de Amarante, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel, registraram-se aumentos no número de estabelecimentos dessa categoria. E não houveram alterações nas cidades de Baião, Celorico de Basto e Cinfães. Considerando que a taxa de natalidade apresentou queda de maneira generalizada na sub-região do Alto Tâmega e o envelhecimento populacional é uma realidade de toda a Europa, o decréscimo na oferta de ensino formal das modalidades pré-escolar e fundamental é uma das consequências para esse fato. Do mesmo modo, explica-se a

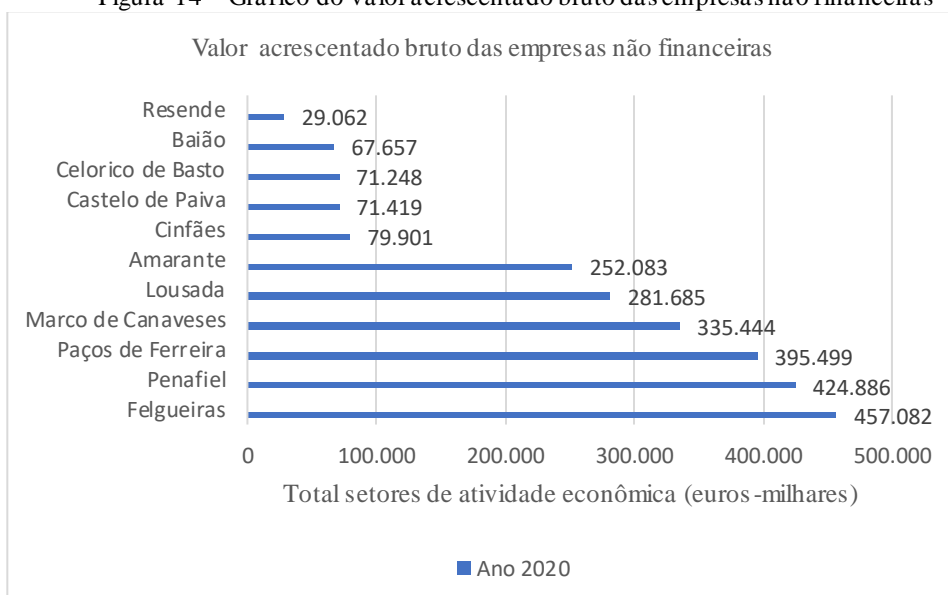
concentração do ensino médio em municípios mais urbanizados, fechando-se estabelecimentos de ensino em municípios mais ruralizados.

A oferta de estabelecimentos do ensino superior apenas foi constatada no município de Felgueiras e Penafiel, os demais municípios não ofertaram essa modalidade de ensino. Desse modo, pode-se correlacionar que a baixa oferta de ensino superior repercute na manutenção de um tecido empresarial que lucra em cima dos baixos salários, em comparação a outros países que têm mais qualificação técnica no seu quadro de funcionários.

Na CIM do Tâmega e Sousa as indústrias transformadoras são as que detêm a maior quantidade de postos de trabalho demonstrando que a industrialização é um fator importante no desenvolvimento regional, refletindo na maior oferta de serviços e infraestruturas à população. Os salários pagos aos trabalhadores do sexo masculino foram mais altos do que os salários pagos as trabalhadoras do sexo feminino.

Conforme Martins (2022), o valor acrescentado bruto das empresas não financeiras registrado em 2020 demonstra o impacto que o setor industrial possui na economia regional da CIM do Tâmega e Sousa (Figura 14).

Figura 14 – Gráfico do valor acrescentado bruto das empresas não financeiras



Fonte: MARTINS, 2022 p.43. Org.: a autora, 2024.

Os estabelecimentos do sistema financeiro apresentaram queda na modalidade bancos e Caixas Econômicas de maneira generalizada em todos os municípios. Já os estabelecimentos de crédito agrícola mútuo apresentaram pouca alteração no número de agências de modo geral.

O indicador Pensões da segurança social (velhice, invalidez e sobrevivência), apresentou aumento em todos os municípios mais industrializados, já em Baião, Celorico de Bastos, Cinfães e Resende o indicador revelou queda no número de pensões pagas, o que pode

ser correlacionado ao esvaziamento dos campos pelos jovens que optam em trabalhar no setor secundário interferindo na troca geracional das zonas rurais.

O indicador Beneficiários do Rendimento Social de Inserção apresentou queda em ambos os sexos. Entretanto, os beneficiários do sexo feminino registraram maior demanda ao longo do tempo, com exceção do município de Resende que em 2021 registrou maior número de beneficiários do sexo masculino. Esse dado sugere que as mulheres estão em maior vulnerabilidade, em especial, quando as mesmas são responsáveis pelas famílias.

O indicador Desempregados inscritos nos centros de emprego registrou queda generalizada em todos os municípios da CIM do Tâmega e Souza, esse dado sugere que a industrialização regional foi importante na melhoria da geração de emprego e renda, mas, pode ser resultado da migração da população que incide diretamente nas taxas de desemprego contabilizadas na região. O indicador Trabalhadores da Administração Pública Local, apresentou pouca variação ao longo do período de análise.

O indicador Crimes registrados pela polícia por mil habitantes apresentou queda em todos os municípios, configurando Portugal como um dos países mais seguros do mundo.

Os indicadores relacionados ao consumo de energia elétrica por habitante (kWh), coleta seletiva de resíduos urbanos (kg/habitante) e os alojamentos turísticos, apresentaram aumento generalizado em todos os municípios da CIM do Tâmega e Souza, o que demonstra o forte impacto da industrialização no desenvolvimento regional. O turismo é um dos setores econômicos mais importantes do país, e o aumento dos estabelecimentos turísticos pode estar relacionado aos percursos de caminhada que ligam à região ao santuário de São Tiago de Compostela, por meio do “Caminho de Torres”, além de ser uma sub-região de transição entre a Área Metropolitana do Porto e o interior de Portugal o que reflete no aumento desses indicadores.

De acordo com Mendes *et al.* (2001), após a adesão de Portugal à CEE alguns setores da indústria transformadora no Norte do país desenvolveram-se de um modo singular, apoiados em aspectos de alta qualidade dos produtos, eficiência na entrega e com uso majoritário de trabalhadores pouco qualificados, isto é, com baixa formação educacional, resultando em baixos salários, razão da competitividade de indústrias como as dos setores têxtil, vestuário e calçados.

As pequenas e médias empresas formam o principal tecido empresarial da Região Norte de Portugal, e a sub-região do Tâmega e Sousa, possui alguns municípios inseridos na cadeia produtiva das principais indústrias transformadoras do país desde a década de 90.

Os indicadores analisados anteriormente para esse tópico constam na (Tabela 7).

A distribuição dos trabalhadores na CIM do Tâmega e Sousa (Tabela 8), permitiu compreender a dinâmica do mercado de trabalho nos diversos setores econômicos. Nesse contexto, o setor que mais emprega é o das indústrias transformadoras que contabilizou 56.146 empregados em 2021.

Tabela 7 – Indicadores socioeconômicos da sub-região do Tâmega e Sousa (continua)

Anos	2011		2011		2011		2011		2011		2011		2011		2011		2011		2011		2011	
	Municípios																					
Indicadores	Amarante		Baião		Castelo de Paiva		Celorico de Basto		Cinfães		Felgueiras		Lousada		Marco de Canaveses		Paços de Ferreira		Penafiel		Resende	
População em idade ativa (%) 15-64 anos	68,4		66,6		68,4		65,5		64,7		70,8		70,7		69,3		70,8		69,8		63,3	
Índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens)	99,4		123,9		95,4		125,2		137,0		71,9		58,8		71,5		61,1		72,9		143,5	
População estrangeira	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM
	191	186	25	18	31	23	28	25	41	39	103	105	85	104	216	153	118	129	178	164	19	23
Nascimentos	463		156		131		159		165		498		448		491		561		642		92	
Óbitos	495		224		139		208		212		352		276		352		317		487		131	
Hospitais	1 público		0		1 privado		0		0		1 privado		0		1 privado		0		1 público		0	
Farmácias	13		7		3		5		8		12		8		11		9		16		4	
Estabelecimentos do ensino pré-escolar	41		18		21		15		20		41		36		55		29		54		6	
Estabelecimentos do ensino fundamental	54		29		23		18		32		46		44		55		36		62		10	
Estabelecimentos do ensino médio	4		1		2		2		2		5		4		5		3		3		2	
Estabelecimentos do ensino superior	0		0		0		0		0		2		0		0		0		0		0	
Alunos do ensino não superior	12.385		3.394		3.460		3.566		3.667		12.014		9.782		11.008		11.278		14.957		2.024	
Alunos do ensino superior	Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		1.671		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável		Não aplicável	
Empresas não financeiras	4.657		1.220		1.142		1.196		1.175		5.181		3.730		3.657		5.219		5.404		881	
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras	16.443		3.613		3.583		3.160		3.184		26.351		16.263		15.178		21.471		21.805		1.873	
Ganho médio mensal dos trabalhadores contratados por terceiros (euros)	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM
	872,8	757,5	802,9	712,7	802,9	656,1	781,7	652,0	752,3	668,2	762,5	637,1	750,3	627,2	795,5	681,9	747,2	657,7	885,9	752,6	753,1	752,7
Bancos, Caixas Económicas	17		5		3		5		4		22		11		21		25		21		4	
Caixas de crédito agrícola mútuo	1		2		1		1		2		5		1		2		2		6		1	
Pensões da segurança social (velhice, invalidez e sobrevivência)	12.514		6.024		4.498		5.566		6.114		12.136		8.723		10.889		9.755		14.280		3.614	
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM
	1.135	1.455	1.040	1.230	294	309	642	703	945	1.000	688	805	1.083	1.238	2.214	2.671	1.981	1.956	1.676	1.980	617	596
Desempregados inscritos nos centros de emprego	4.513		1.843		1.526		1.398		1.800		3.017		2.856		4.167		3.934		4.611		829	
Trabalhadores da Administração Pública Local	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM
	311	333	165	170	119	48	183	116	107	224	295	433	256	488	287	133	210	281	325	375	146	124

Crimes registados pela polícia por mil habitantes	29,1	28,7	30,1	21,7	25,1	35,5	26,8	25,6	28,9	24,5	25,0											
Consumo de energia elétrica por habitantes (kWh)	2.436,7	1.745,9	2.539,0	1.831,7	1.706,6	3.410,0	2.814,3	2.701,4	3.774,6	2.928,6	1.968,9											
Ganho médio mensal dos trabalhadores contratados por terceiros (euros)	39,9	29,1	14,8	30,7	34,8	21,8	21,7	41,6	27,1	28,8	35,8											
Bancos, Caixas Económicas	5	1	1	0	1	3	2	1	1	5	2											
Anos	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021											
População em idade ativa (%) 15-64 anos	65,7	65,7	67,3	64,0	63,0	69,1	70,4	68,6	70,1	68,5	63,4											
Índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens)	185,4	205,1	176,1	198,9	218,9	140,2	109,0	138,9	118,9	130,2	226,2											
População estrangeira	MAS 228	FEM 257	MAS 70	FEM 54	MAS 64	FEM 51	MAS 43	FEM 57	MAS 80	FEM 46	MAS 213	FEM 235	MAS 313	FEM 200	MAS 235	FEM 269	MAS 195	FEM 239	MAS 297	FEM 326	MAS 30	FEM 26
Nascimentos	301	77	84	95	108	377	354	344	427	549	52											
Óbitos	511	222	163	227	230	436	332	405	421	624	136											
Hospitais	1 público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0											
Farmácias	14	6	4	5	8	12	9	12	11	15	3											
Estabelecimentos do ensino pré-escolar	27	14	18	16	11	37	29	45	21	43	4											
Estabelecimentos do ensino fundamental	31	11	16	11	15	43	42	46	31	50	5											
Estabelecimentos do ensino médio	5	1	1	2	2	6	6	4	5	4	1											
Estabelecimentos do ensino superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0											
Alunos do ensino não superior	7.683	2.025	2.634	2.104	2.268	8.477	7.220	7.425	9.168	11.583	1.336											
Alunos do ensino superior	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	1.825	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	270	Não aplicável											
Empresas não financeiras	5.858	1.620	1.397	1.712	1.774	6.616	4.762	4.579	5.688	6.701	1.493											
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras	18.168	4.727	4.185	4.422	6.048	30.560	18.764	18.222	24.001	24.545	2.448											
anho médio mensal dos trabalhadores contratados por terceiros (euros)	MAS 930,0	FEM 863,5	MAS 914,5	FEM 790,0	MAS 896,3	FEM 814,7	MAS 822,3	FEM 761,4	MAS 965,3	FEM 781,3	MAS 966,0	FEM 810,8	MAS 931,0	FEM 779,6	MAS 934,5	FEM 792,6	MAS 934,5	FEM 827,0	MAS 1.005,1	FEM 944,0	MAS 815,7	FEM 789,4
Bancos, Caixas Económicas	12	3	3	3	3	15	7	12	12	11	2											
Caixas de crédito agrícola mútuo	1	2	1	1	2	4	1	2	3	6	1											
Pensões da segurança social (velhice, invalidez e sobrevivência)	13.016	5.411	4.513	5.006	5.673	14.084	10.284	11.534	12.057	16.045	3.074											
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	MAS 741	FEM 1.056	MAS 318	FEM 455	MAS 125	FEM 153	MAS 222	FEM 233	MAS 315	FEM 402	MAS 446	FEM 495	MAS 413	FEM 491	MAS 777	FEM 1.176	MAS 697	FEM 739	MAS 786	FEM 1.052	MAS 254	FEM 263
Desempregados inscritos nos centros de emprego	2.469	984	659	771	819	1.811	1.369	2.581	1.774	2.351	551											
Trabalhadores da Administração Pública Local	MAS 331	FEM 497	MAS 158	FEM 201	MAS 103	FEM 50	MAS 155	FEM 138	MAS 101	FEM 219	MAS 296	FEM 453	MAS 238	FEM 454	MAS 249	FEM 356	MAS 216	FEM 336	MAS Não disponível	FEM Não disponível	MAS 146	FEM 129

Crimes registrados pela polícia por mil habitantes	20,0	18,8	16,7	16,0	21,2	21,6	19,7	18,1	21,5	21,9	25,5
Consumo de energia elétrica por habitantes (kWh)	2.322,0	1.986,2	2.760,6	2.563,6	1.864,8	3.181,6	2.397,8	2.946,2	3.944,4	3.031,1	2.118,4
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitantes (kg)	62,7	59,8	32,2	33,5	25,7	39,5	46,4	43,6	44,4	42,9	42,0
Alojamentos turísticos	20	20	8	13	16	6	5	18	5	19	12

Fonte: Pordata, 2023. Org.: a autora, 2024.

Tabela 8 – Distribuição dos trabalhadores por setores econômicos na CIM do Tâmega e Sousa

Ano 2021 Município	Setores econômicos																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Amarante	705	12	2.745	24	19	6.812	2.790	363	1.049	58	304	770	767	430	838	143	339
Baião	453	//	623	1.825	593	68	312	193	33	134	176	56	146	29	82
Castelo de Paiva	233	...	1.596	9	...	626	609	174	170	6	34	124	138	135	189	41	86
Celorico de Basto	...	//	1.035	17	...	740	801	106	226	19	40	194	135	91	142	15	99
Cinfães	...	//	304	...	//	3.621	666	53	235	29	74	121	179	80	134	30	112
Felgueiras	614	...	18.473	19	7	2.458	3.855	294	676	...	339	666	1.481	343	695	141	432
Lousada	312	...	7.755	16	206	3.677	2.998	747	497	...	241	518	601	288	474	131	270
Marco de Canaveses	391	669	3.708	6	51	5.911	3.379	209	624	83	460	837	573	276	584	90	371
Paços de Ferreira	170	73	13.471	9	56	1.134	4.423	428	654	52	346	889	628	370	742	187	369
Penafiel	526	173	6.279	14	87	6.729	4.200	528	1.532	106	210	903	887	460	1.140	235	536
Resende	826	//	157	3	//	432	453	51	131	8	11	83	106	43	83	9	52
Total	~4230	~927	56.146	~117	~426	33.965	24.767	3.021	6.106	~554	2.092	5.239	5.671	2.572	5.167	1.051	2.748

Fonte: Pordata, 2023. Org.: a autora, 2024.

1) agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;

2) indústrias extrativistas;

3) indústrias transformadoras;

4) eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio;

5) captação, tratamento e distribuição de água;

6) construção;

7) comércio atacado e varejo;

8) transporte e armazenagem;

9) alojamentos, restaurantes e similares;

10) atividade de informação e comunicação;

11) atividades imobiliárias;

12) atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares;

13) atividades administrativas e dos serviços de apoio;

14) educação;

15) atividades de saúde e apoio social;

16) atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas;

17) outras atividades de serviços.

... confidencial;

// não aplicável

A conservação dos recursos naturais endógenos bem como a valorização da cultura tradicional nos territórios rurais é um importante instrumento de desenvolvimento sustentável, especialmente, em áreas que não são aptas à industrialização ou a agricultura intensiva. É preciso pensar o território a partir das particularidades que o mesmo possui. O resgate e valorização da produção de alimentos feita pela agricultura familiar de base agroecológica, possui práticas tradicionais adaptadas aos diferentes ecossistemas que rompe com o modelo atual químico-mecânico, que tende a padronizar a produção agrícola por meio do pacote tecnológico: mecanização, agrotóxicos, biotecnologia, commodities, bolsa de valores e mercado financeiro. É a orientação das políticas públicas que promoverá a mudança de paradigma.

A atual reforma da política agrícola comum da União Europeia traz novas regras que pretendem alcançar maior valorização dos recursos naturais e da biodiversidade, justiça social para os agricultores e agricultoras e melhoria na oferta de alimentos saudáveis na mesa dos consumidores.

É a partir da agricultura de base agroecológica nos territórios rurais inaptos à produção de commodities que as novas regras da PAC servirão de apoio à agricultura familiar. Os territórios rurais que ainda guardam práticas agrícolas tradicionais conciliando a produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade é o ponto chave na mudança de paradigma rumo a um novo modelo de agricultura e pecuária.

CAPÍTULO 2 – A AGRICULTURA PORTUGUESA E AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS NO SÉCULO XX E XXI.

2.1 – Considerações sobre a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre

A origem do espaço na teoria de Henri Lefebvre é elucidada por meio das características de diversidade, dinamismo, constantes mudanças, organização e reorganização do espaço social. “O espaço socialmente produzido em Lefebvre é transitório, se desdobra e se multiplica continuamente” (Ramos, 2021, p.5). Não há separação entre o sujeito e o objeto. O espaço é movimento, um fluxo, construído a partir das relações dialéticas entre diversos atores sociais. O espaço carrega em si diversas manifestações de formas, conteúdos, percepções, simultaneidades, que constantemente se multiplicam sem chegar ao fim ou a possibilidade de identificar um começo, logo, o passado e o presente atuam em conjunto, em um processo contínuo de lutas e solidariedades, entre recuos e avanços.

Conforme Ramos (2011), os espaços continuamente são transformados no presente a partir do passado, tendo em vista projeções para o futuro, tudo ao mesmo tempo, em uma sincronia constante. É a partir dessa perspectiva que se pode compreender as contradições, observar os resquícios e as potencialidades inerentes aos processos de mudanças que se sucedem ininterruptamente na produção do espaço. Essa é a lógica dialética, de ir e vir que molda o método retrospectivo e prospectivo de Lefebvre.

O espaço são relações, produzir o espaço é produzir a própria sociedade e suas diferenças. As transformações e desdobramentos do espaço ocorrem em uma tríade. Em um primeiro momento há o nível do espaço percebido, em que disjunções ocorrem e sensações são trazidas à consciência, aqui atua a singularidade revelando contrastes. O próximo momento atua no nível da particularidade, onde as diferenças são identificadas por meio de representações que se distinguem entre grupos diferentes e espaços sociais. É o espaço vivido. E o último momento engloba a dimensão geral, universal, orientada pelas normas e códigos de utilização do espaço, permitindo a coexistência de vários corpos. Esses três momentos correspondem ao *intuitus* (intuição), ao *habitus* (hábitos) e ao *intellectus* (intelecto), respectivamente. São processos internos e estruturais na produção do espaço traduzidos pelo contato imediato com o mundo, o cotidiano enquanto práticas espaciais e ou sociais, e, por fim, a criação material do espaço por meio do planejamento e estratégias que dão forma e domínio do espaço. O movimento dialético é constante na produção do espaço e este sendo preexistente é socialmente e historicamente reorganizado, possibilitando uma nova concepção espacial futura a partir das alterações que ocorrem no presente (Ramos, 2021).

Essa dinâmica do movimento que transita entre as estruturas espaciais e sociais originadas no passado e no presente e que se dirigem para algo novo, para um futuro e suas transformações, é o que caracteriza o método regressivo-progressivo de Lefebvre. As interações sociais e espaciais se multiplicam originando espaços socialmente construídos (percebidos, vividos e concebidos) a partir de espaços preexistentes que passam por alterações, interpenetrações, justaposições e transformações. Ao mesmo tempo que conserva aspectos do passado e do presente projeta-se para o futuro, originando novas práticas espaciais e sociais e novos conflitos que delas resultarão (Ramos, 2021).

Conforme Frehse (2001), o método regressivo-progressivo de Lefebvre analisa a formação econômico-social capitalista atrelada ao processo histórico, interessa a desigualdade no avanço e recuo das forças produtivas, o espaço nos processos históricos e a coexistência de tempos ou momentos históricos na vida social do objeto de estudo. A complexidade horizontal

são as diferenças essenciais existentes nas formações e estruturas agrárias da mesma época histórica e a complexidade vertical, a coexistência de formações de épocas e datas diferentes.

O espaço rural em Lefebvre caracteriza-se pela homogeneidade dos laços sociais, pela proximidade entre local de trabalho e residência fruto da baixa densidade populacional. Em algumas zonas rurais o aumento da dissociação entre espaço de trabalho e espaço doméstico, devido à tendência de parte considerável da população rural trabalhar fora do setor agrícola longe de suas residências, possibilita mudanças na sociabilidade alterando as noções de valor e comportamentos, como o aumento nos hábitos de consumo bem como na busca por atividades de lazer, educação, comunicação de massa, típicos de ambientes urbanos que serão traduzidos ao contexto da vida rural de maneira única, assimilada pela cultura e modos de vida rural preexistentes (Carmo, 2009).

A vida urbana é mais anônima, o mesmo não ocorre com fluidez no ambiente rural, independente da incorporação de vias de acesso e de comunicação. O que leva ao entendimento de que o processo de urbanização das áreas rurais é assimilado de modo a constituir práticas espaciais e sociais que não são totalmente modernas, nem tão pouco explicitamente tradicionais.

Desse modo, os processos de urbanização das áreas rurais não obedecem a um padrão, sendo possível identificar a pluriatividade como um processo de recomposição social que resulta na diversificação da renda do agregado familiar rural, permitindo a manutenção das atividades agrícolas mesmo com elementos dos agregados familiares trabalhando no segundo e terceiro setores, logo, originam-se dois cenários: onde os territórios rurais são progressivamente alterados pelas estruturas de recomposição social e inculcando na população rural os estilos de vida urbano, portanto, ocorre a periurbanização, ou progressivamente há a marginalização e desaparecimento da cultura e modos de vida rural devido ao constante esvaziamento e envelhecimento dos campos. A dependência das zonas rurais limítrofes às cidades em termos culturais, sociais e econômicos é uma realidade (Carmo, 2009).

Devido ao aumento da oferta de trabalho nas áreas urbanas, a mobilidade entre campo e cidade tende a ser cada vez maior. Essa dinâmica impacta a manutenção das atividades agrícolas, principalmente entre os jovens que optam por trabalhar em outros setores da economia localizados longe das áreas rurais, o que coloca em questão a sobrevivência das comunidades rurais tradicionais. No entanto, há modalidades da agricultura familiar que resistem e promovem a reconfiguração das atividades econômicas dentro dos agregados familiares, sendo a pluriatividade o que melhor expressa essa capacidade de resistência e adaptação da agricultura camponesa, em especial, as agriculturas praticadas por mulheres.

Nessa perspectiva, há conflitos intrageracionais devido as práticas sociais e referências de identidades que alternam entre o moderno e o tradicional. (Carmo, 2009).

O desenvolvimento local ocorre quando há sinergias entre os diversos atores sociais como os agricultores, comunidade local, empresas, agentes públicos, organizações da sociedade civil em conjunto com políticas públicas que beneficiem o espaço rural, contribuindo para o desenvolvimento local a partir dos recursos locais, como a conservação do patrimônio ambiental e cultural em conjunto com atividades turísticas e de revitalização local (Carmo, 2009).

A natureza em Lefebvre é a matéria primeira utilizada na produção do espaço. Não há como os seres humanos se dissociarem dela. Por meio do trabalho o ser humano domina a natureza e parcialmente se apropria dela, há uma unidade dialética entre ambos. No espaço socialmente produzido, a natureza é inserida como força produtiva, mercadoria, recurso econômico, ideologia, representações, inserida no circuito do capital progressivamente tem seu valor de uso substituído pelo valor de troca (Pereira, 2023).

A expressão mudar de vida na concepção de Lefebvre se traduz na necessidade de construção de uma nova sociedade e de um novo espaço, onde as relações da humanidade com a natureza sejam baseadas no uso e na apropriação, em detrimento da troca e dominação técnica associada a ação destrutiva do capital. A finalidade da vida social deve ser a apropriação da natureza, pois, na ausência da apropriação o desenvolvimento social não ocorre. A transformação do espaço requer mudanças nos modos de produção que se traduzem em outras formas de relações sociais e de novas interações com a natureza, dando origem ao que Lefebvre denominou de revolução do espaço ou autogestão. Na apropriação o valor de uso é conciliado com a gestão coletiva do espaço criado, há diálogo entre seres humanos e a natureza, a autogestão é fruto da conscientização sobre a práxis que permite a manutenção da vida social e a conservação da natureza. Portanto, oposta à dominação técnica e burocrática que distancia o homem da natureza promovendo o fim da sobrevivência do mesmo (Pereira, 2023).

A apropriação da natureza correlaciona-se com a apropriação do espaço, enfatizando o valor de uso e como os modos de produção são pensados integrando a natureza apropriada. A autogestão enquanto organização social, política e econômica, permite a produção de um novo espaço onde as decisões e necessidades da sociedade estão em harmonia com a natureza e seus ciclos, em essência as práticas desenvolvidas pela apropriação do espaço são anticapitalistas, visam dar novo sentido ao espaço vivido (Pereira, 2023).

2.2 - A evolução da agricultura portuguesa a partir do século XX

Cronologicamente esse estudo de revisão bibliográfica teve como ponto de partida a segunda metade do século XIX, quando em Portugal a implementação da “Campanha do Trigo”, política agrícola do governo fascista do “Estado Novo” português incentivou à disseminação do modelo químico-mecânico em substituição ao sistema tradicional agro-silvo-pastoril. O setor primário nessa época servia de fonte de produtos alimentares baratos e de mão de obra para a recente industrialização do país. A agricultura portuguesa era considerada pouco desenvolvida e as políticas públicas que se sucederam ao longo do tempo objetivaram modular o setor primário de modo a torná-lo competitivo, para isso, optou-se pelo pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde, ou seja, ampla utilização da mecanização e dos adubos químicos, em detrimento da adubação orgânica promovida pelo sistema agro-silvo-pastoril tradicional, o que gerou externalidades negativas tanto no âmbito socioeconômico quanto ambiental adentrando-se pelo século XX.

De acordo com Freire (2008), a tendência de atuação do Estado Português no setor primário acentuou-se de forma progressiva a partir do final do século XIX, coincidindo com as consequências da Primeira Guerra Mundial nos países ocidentais independente do regime político de governança, interferindo diretamente nos entraves alfandegários à circulação de produtos, manipulando os preços dos bens mais importantes e criando ou patrocinando instituições que regulassem as atividades produtivas e comerciais vinculadas ao setor agrícola.

O consumo do pão era a base da alimentação portuguesa, o que levou o Estado a interferir de forma intensiva no setor primário com o objetivo de promover o aumento da produção do trigo para suprir as necessidades de consumo interno do país, mantendo os estoques desse cereal suficientes e evitar a saída do ouro como pagamento para importação do trigo.

Desse modo, Freire (2008) elucida como essa política agrícola estabelecida por meio do decreto nº 17.252 de 21 de agosto de 1929 publicado no Diário do Governo de Portugal instituiu a “Campanha do Trigo” (1929-1938) inspirada na *Bataglia del Grano* promovida por Mussolini na Itália, auxiliou o governo fascista do “Estado Novo” português a promover o estímulo da indústria agrícola no país como alicerce da prosperidade nacional, dando prioridade ao setor em relação às outras atividades industriais. Essa nova indústria era fundamentada na produção de adubos químicos e máquinas agrícolas para atender a expansão dos campos de trigo em Portugal.

Conforme Pais *et al.* (1978), o custo dessa política agrícola veio, principalmente, do bolso do proletariado urbano com os tributos e o pagamento do pão que era a principal base alimentar da população urbana. A elevação dos custos da reprodução da força de trabalho assalariada também trouxe o patronato urbano para o financiamento dessa política agrícola. A aliança de classes durante a “Campanha do Trigo” favoreceu os setores agrário e o industrial, uma atuação com base na estrutura socioeconômica do país. Foram o protecionismo e as consequências da crise econômica mundial que estimularam a estagnação mais do que o crescimento do país, que aliada ao cessar da emigração manteve o mercado de trabalho interno fragilizado.

A expansão da “Campanha do Trigo” em Portugal repercutiu em degradação dos solos agrícolas em diversas escalas de forma pronunciada após a Segunda Guerra Mundial (Ferreira, 2001). A prática da agricultura intensiva baseada no modelo químico-mecânico com o objetivo de garantir a produtividade das lavouras de trigo e a rentabilidade da atividade, originou a degradação dos ambientes naturais como as Charnecas na Região do Alentejo no sul de Portugal, principalmente, porque não foram observados pelos produtores a incidência dos fatores climáticos associados às práticas agrícolas pouco racionais, como o plantio no sentido do declive do terreno, bem como o cultivo do trigo sob as rotações de aração/cereal/pousio/cereal ou aração/cereal, o que levou a intensificação da erosão dos solos (ROXO, 2000).

A “Campanha do Trigo” marca um período importante para a agricultura portuguesa, a década de 1950 conforme Carmo (2018), foi o principal período de transição entre os fertilizantes orgânicos e químicos. O nitrogênio passou a ser utilizado nas lavouras em Portugal a partir de 1920, porém sua aplicação no solo nas mesmas proporções que o fósforo só ocorreu em 1935, o que influenciou os processos em curso na agricultura do país. Desse modo, a fertilização química buscou preencher as lacunas que a adubação orgânica deixara, além disso, os fertilizantes químicos possibilitaram a dissociação do sistema agro-silvo-pastoril. As principais fontes para essa ruptura foram à redução generalizada dos pousios, a produção insuficiente de estrumes, a oferta desequilibrada de fósforo e nitrogênio químicos que propiciou a expansão agrícola e a perda até a exaustão da matéria orgânica dos solos.

Conforme Carmo (2018), a importância do pousio para a agricultura portuguesa deve-se à estreita relação entre as pastagens e a agricultura extensiva, servindo como estoque de nutrientes e matéria orgânica com o uso do estrume, e, propiciando o uso da tração animal nas atividades agrícolas. Na Região de Trás-os-Montes entre 1940 e 1950, com a expansão do cultivo e comercialização de batatas que ocupava 18% dos baldios, e a construção da primeira

estrada em 1932-34, a erosão ganhou força significativa nos solos mais frágeis e inclinados. A produção de estrume não conseguiu equilibrar a reposição de nutrientes das crescentes áreas agrícolas em rotações de batata-centeio. As áreas de pastagens nos morros não foram suficientes para produzir o estrume necessário às lavouras de centeio que se expandiam para suprir a demanda por alimentos em resposta ao crescimento populacional. No entanto, a expansão das pastagens permanentes e temporárias de pousio sobre as áreas cultivadas, além do abandono dos campos e o posterior crescimento de matagais nesses locais, contribuíram para o enfraquecimento das atividades agrícolas tradicionais ligadas aos sistemas agro-silvo-pastoril.

Os efeitos dos impactos ambientais promovidos pela “Campanha do Trigo” são intrínsecos ao tempo e intensidade dos usos feitos ao longo dos períodos de ocupação da paisagem (Ferreira, 2001). A história agrária de Portugal de acordo com Carmo (2018), foi palco de transformações profundas no tecido social rural, correlacionando-o com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, e, ao mesmo tempo marginalizando progressivamente os setores pré-capitalistas. A análise da produção industrial durante o século XIX em Portugal só seria bem compreendida se antes fosse estudada a produção agrícola e o sistema social dominante na época.

Conforme De Carli (2020), o desenvolvimento dos territórios rurais discutido nos meios acadêmicos durante o século XX, teve-se ao contexto da elaboração de políticas que atendessem programas de reforma agrária como possibilidade de justiça social, aumento da produtividade, da renda, do mercado consumidor interno, da classe média rural e de estímulo à indústria nacional. A reforma agrária em países como França e os Estados Unidos da América (EUA) permitiu o desenvolvimento da sociedade capitalista além de vencer o atraso nos campos e de seus modos de produção ultrapassados apesar de existirem distintos modelos de agricultura.

É durante a década de 1960 que surge nos EUA outro modelo de inserção do capitalismo nos campos agrícolas como forma de modernização, substituindo de forma hegemônica o modelo da reforma agrária, surge então o agronegócio, ou Revolução Verde, que se consolida como modelo industrial na produção agrícola por meio da disseminação dos pacotes tecnológicos como máquinas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes, ração e estimuladores hormonais. Em Portugal e no Brasil, como oposição ao papel do Estado em apoiar as elites latifundiárias, surgiram os movimentos camponeses organizados que reivindicaram a reforma agrária como pauta de projetos socialistas e populares. Em áreas dominadas pelo latifúndio improdutivo como a região Sul de Portugal, o agronegócio possibilitou a transição parcial para o estabelecimento de empresas rurais como marca da fase industrial da Revolução Verde.

Ainda conforme De Carli (2020), em Portugal o agronegócio comprou as terras da elite agrária alentejana, a qual migrou em sua maioria para outras regiões da Europa. As consequências sociais do modelo hegemônico nas terras do Sul de Portugal foram à intensificação do êxodo e do esvaziamento dos territórios rurais, colocando em destaque a falta de empregos e o envelhecimento da população agrícola ativa, que repercutiu na vida social das aldeias e vilas afetando a economia local, a capacidade produtiva da agricultura camponesa e da soberania alimentar do país. Como modelo de produção agropecuária dominante no século XXI, o agronegócio pautado pela inserção do capital financeiro e das grandes corporações multinacionais repercute de modo intenso nas políticas públicas agrícolas de modo global.

A partir da década de 1960 as mudanças socioeconômicas e demográficas marcaram Portugal, em especial, o abandono dos campos e das atividades ligadas à agropecuária e, por consequência, o despovoamento das zonas rurais no interior do país. A perda de fertilidade dos solos e a queda na produtividade agrícola estimularam o êxodo rural (Pais *et al.* 1978; Roxo, 2000; Ferreira, 2001; Freire, 2008; Carmo, 2018). Dessa forma, as áreas não cultivadas expandem-se nos primeiros campos agrícolas abandonados pelos pequenos agricultores, mantendo sua evolução até os dias atuais.

2.2.1 - A produção agrícola, os hábitos de consumo e as demandas da sociedade

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a ação do Estado português em apoiar as atividades industriais em detrimento do setor agrícola marcou o contexto de uma nova ordem econômica. Os processos de litoralização, êxodo rural e a imigração, intensificaram as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa entre as décadas de 1950 a 1970 que resultaram em novos hábitos de consumo alimentar. Nesse sentido, o consumo de alimentos congelados e processados de frutas e hortaliças, acompanharam as mudanças nas infraestruturas no comércio de alimentos, com a difusão dos *self-service* e dos supermercados em detrimento do comércio avulso e tradicional (Pires, 2018).

O contraste entre os hábitos alimentares das áreas urbanas e rurais acompanhou as mudanças que ocorriam no consumo de bens materiais e de alimentos. As cidades se modernizavam e adquiriam requinte e variedade nas refeições em família devido ao aumento na renda. Nos campos, a escassez de proteína animal e vitaminas resultavam em quadros de insegurança alimentar e nutricional. Nessa época, os padrões de consumo alimentar dos portugueses não seguiam os mesmos níveis dos padrões europeus, mesmo com o desenvolvimento inicial da indústria o setor primário não acompanhou as alterações nos hábitos

alimentares, sendo a escassez de alimentos como leite ou carne mantida até a década de 1980 (Pires, 2018).

Na Europa, a década de 1980, de acordo com Moyano-Estrada e Ortega (2014), representou um momento de exaltação aos processos de liberalização da economia com baixa intervenção do Estado, privatizações, políticas fiscal e monetária restritivas, entre outros aspectos que permitiram a imposição do mercado no pagamento das dívidas públicas e o enfraquecimento progressivo do planejamento público. É nessa dinâmica que as demandas endógenas dos territórios rurais induziram os arranjos socioprodutivos como espaços de governança participativa entre o governo local e a sociedade civil organizada, com o foco na inclusão das diversas discrepâncias regionais e a problematização das mesmas. A atuação dos atores locais possibilitaria o ganho de escala com a abertura de novos circuitos de comercialização dos produtos agrícolas nos mercados nacional, regional e internacional, aumentando a geração de emprego e renda sem adotar o modelo hegemônico da agricultura empresarial.

Na atualidade, a cadeia de distribuição da produção agrícola para o mercado consumidor interno português tem 60% das vendas dominadas por cinco multinacionais de supermercados (Souza, 2016). É a lógica do complexo agroindustrial prevalecendo, principalmente, sobre os interesses internos das propriedades agrícolas de base familiar (Silva, 2000).

No entanto, de acordo com Darolt, Lamine e Brandenburg (2003), as novas tendências de produção, transformação e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, estão alterando as estruturas das relações entre produtores e consumidores como alternativa às grandes corporações de supermercados que monopolizaram a venda de alimentos desde a década de 1990.

Os circuitos longos que têm os supermercados como grandes ícones desse mercado de venda de alimentos, estão perdendo a hegemonia devido ao resgate das cadeias curtas dinamizadas por canais de produção e vendas diretas aos consumidores de modo diversificado. Os circuitos curtos de produção, transformação e vendas de alimentos agroecológicos permite outra dinâmica de movimentação da economia, mais solidária e justa, além de promover a distribuição de alimentos saudáveis e seguros, mantendo os produtores rurais em suas propriedades com dignidade e qualidade de vida.

A valorização dos aspectos socioculturais embutidos nos circuitos curtos de vendas diretas é importante para consolidar o desenvolvimento rural sustentável das regiões rurais. Conforme Hooft (2013), a formação de redes de comercialização configura fator primordial no sucesso dos circuitos curtos, é preciso à atuação do poder público em consonância com as entidades não governamentais, as organizações de agricultores e os consumidores para que as mudanças de hábitos sejam alcançadas,

valorizando os aspectos da agricultura familiar de base agroecológica que mantenha a prioridade na conservação dos recursos naturais e da sociobiodiversidade, além da promoção da saúde dos produtores e consumidores e valorização das paisagens, com foco na manutenção da segurança alimentar e nutricional. Portanto, a iniciativa das bio-regiões quando implementada tende a promover o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais mais fragilizados.

Para reverter à perda da biodiversidade associada à produção convencional da agricultura, Tschardtke *et al.* (2021), elucidam que é necessário diversificar os cultivos das terras agrícolas e reduzir a dimensão dos campos nos sistemas orgânicos e convencionais. Estabelecer mosaicos em nível de paisagem com manchas de habitats naturais associados à diversificação dos sistemas de cultivo agrícola nos sistemas de produção biológico e convencional, contribui com o aumento da biodiversidade local e produtividade das fazendas e são mais eficientes do que a certificação orgânica.

Darolt, Lamine e Brandenburg (2003), elucidam que a questão da autonomia conquistada tanto pelos produtores rurais como pelos consumidores em decidirem como, e o que será produzido e comercializado, é o ponto de inflexão que leva em consideração as preferências dos cidadãos que são mais conscientes quanto aos impactos oriundos do modelo convencional de agricultura e agroindústrias. Dessa forma, a sensibilização e posterior conscientização dos consumidores, enquanto parte ativa na modificação dos modelos pode ser exercitada por meio de *lobby* político, educação e a participação dos movimentos sociais, como promotores de novas relações dos cidadãos com sua base alimentar, de forma a modificar as atuais conjunturas econômicas e socioambientais ligadas à produção de alimentos.

A certificação dos produtos confere em geral, um adicional sobre a venda com aumento nos lucros adquiridos pelos produtores, porém restringe-se a determinados nichos de consumidores com maior poder aquisitivo. De acordo com Hooft (2013), as aquisições feitas por restaurantes, empresas privadas, creches, escolas, asilos, lojas especializadas e as instituições públicas são importantes canais de comercialização alternativos frente aos monopólios das cadeias de supermercados.

Os programas de compra de alimentos para abastecer os refeitórios de instituições públicas como escolas, hospitais, presídios, entre outros, é uma importante iniciativa política para valorizar a produção de alimentos da agricultura familiar. Portanto, os circuitos curtos que privilegiam a produção de alimentos local requerem o apoio do poder público, pois é a partir da consolidação das políticas públicas que os territórios rurais aliam os três pilares do desenvolvimento sustentável.

As atividades ligadas aos setores agrícola, florestal, pecuária, caça e pesca, são fontes econômicas que contribuem para sustentar a vida social nas zonas rurais, em especial, com a geração de emprego e renda. A depender do manejo são importantes para a manutenção do

equilíbrio ecossistêmico e conservação das paisagens agrícolas e naturais. O consumo local dos produtos oriundos da agricultura familiar evita o desperdício dos alimentos em zonas remotas que não estejam ligadas aos circuitos econômicos mais próximos das áreas urbanas.

Segundo o Estatuto da Agricultura Familiar de Portugal, instituído pelo Decreto-Lei nº 64/2018, de 7 de agosto, são contabilizadas no país aproximadamente 242,5 mil propriedades agrícolas classificadas como agricultura familiar, representando 94% do total das propriedades rurais ocupando 54% da superfície agrícola utilizada, e, responsável por mais de 80% do emprego agrícola total (Portugal, 2018).

O governo português por meio do Estatuto da Agricultura Familiar busca valorizar a coesão territorial e social das áreas rurais sob o viés da sustentabilidade ambiental, territorial, social e econômica. Os agricultores que satisfaçam determinados requisitos podem solicitar a emissão do título do Estatuto da Agricultura Familiar, pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), como forma de reconhecimento da agricultura familiar, o que possibilita o acesso a políticas públicas específicas de apoio às atividades agrícolas e florestais que se enquadrem nos programas de desenvolvimento rural financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e de políticas sociais de redistribuição dos benefícios oriundos da PAC que atendam as diferentes agriculturas e estruturas agrárias do país (Portugal, 2018).

De acordo com Santos (2006, p.184) “É a sociedade nacional, através dos mecanismos de poder, que distribui, no país, os conteúdos técnicos e funcionais, deixando os lugares envelhecerem ou tornando possível sua modernização”.

2.2.2 – A mudança no setor primário de Portugal

Conforme Sousa (2000), após o fim da ditadura do governo de Salazar a consolidação da democracia portuguesa a estabilidade governamental e do sistema partidário, tornaram possível a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1986, associadas ao impulso do desenvolvimento econômico do país que repercutiu na queda da inflação e aumento da qualidade de vida dos portugueses. Os fundos estruturais provenientes da União Europeia foram decisivos na reestruturação e coesão de países como Portugal, que apresentavam valores do produto interno bruto (PIB) por habitante em cerca de 90% menores que a média dos países mais ricos da Europa. Após a adesão de Portugal à CEE, houve a ruptura gradual da agricultura de base familiar no país, não sendo os sucessivos governos capazes de responder à altura as necessidades do setor, direcionando os apoios vindos da PAC,

principalmente, para a agricultura de exportação feita em grandes propriedades rurais como as que se localizam na Região do Alentejo, Sul de Portugal.

Ainda de acordo com Souza (2000), a parceria comercial entre Portugal e Espanha após a integração de ambos ao bloco europeu, resultou em benefícios para os dois países devido aos muitos interesses em comum, como a menor agressividade de seus mercados internos em receber os produtos mútuos, e em conjunto trabalharem como polos de produção da agricultura mediterrânica. Desenvolver os sistemas de transporte e das telecomunicações em Portugal é essencial para reduzir os custos referentes ao escoamento da produção agrícola, devido à posição periférica do país em relação aos mercados consumidores mais ricos da Europa. Portanto, a Espanha é um parceiro econômico importante de Portugal nas negociações com o bloco comunitário. Com a entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia em 1986, a agricultura portuguesa é inserida nos padrões de produção agrícola dos países mais desenvolvidos do Centro e Norte europeu, amplamente baseados na produção de leite, carne e cereais, especialmente, no Alentejo, Sul do país.

Historicamente o Alentejo é o centro agrícola de maior importância econômica regional em Portugal, apresentando condições edafoclimáticas e estruturais adaptadas à agricultura irrigada. A proximidade geográfica dessa zona com a Espanha favorece o intercâmbio comercial com a Europa e com outros países do Mediterrâneo. Dos-santos *et al.* (2011), estudaram a relação dos comportamentos dos agricultores em adaptar suas práticas agrícolas à política de irrigação associada a construção da barragem de Alqueva na Região do Alentejo. Essa obra pública foi estrategicamente planejada como forma de dinamizar a região revertendo os quadros de tendência de envelhecimento populacional, despovoamento, altos índices de desemprego e por possuir alto potencial para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Os autores identificaram que a mudança de comportamento dos agricultores em relação à atividade produtiva é menos evidenciada, as inovações trazidas pelas reformas sucessivas da PAC são assimiladas pelos agricultores de modo diverso para cada grupo, em razão da área disponível para produção, da capacidade técnica, das condições financeiras, das expectativas geradas pelos benefícios a serem adquiridos com a construção da barragem de Alqueva, bem como a possibilidade de aumentar e diversificar a produção agrícola.

Conforme Dos-santos *et al.* (2011), os agricultores apesar de possuírem capacidade para a inovação, são engajados na questão produtiva rejeitando a liberalização política e a abertura dos mercados. Já as dúvidas levantadas pelos agricultores relacionam-se a forma como será feito o funcionamento da distribuição da água para a irrigação das propriedades rurais, a política de preços da água, as dificuldades de aquisição de crédito agrícola, a comercialização da

produção e a adoção das diretrizes da PAC, o que requer maior comprometimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural na divulgação das normas e procedimentos a serem adotadas pelos agricultores, demonstrando a necessidade de compartilhamento dos conhecimentos de maneira horizontal, o que pode ser encontrado nas redes de atuação entre agricultores e instituições parceiras.

2.3 – A influência das políticas públicas na organização dos territórios rurais

Como forma de alavancar o desenvolvimento em regiões rurais estagnadas com grande envelhecimento da população e êxodo rural que resulta em prejuízo à troca geracional, pontuou-se a importância da governança local como suporte na busca por melhorias na qualidade de vida da população rural e das atividades agropecuárias, em consonância com o poder público por meio da influência das políticas agrícolas na dinamização dos territórios rurais.

Nesse contexto, há que se considerar que o território representa ao mesmo tempo diversos interesses na pauta do desenvolvimento. Brandão (2008), elucida a característica do território em ser múltiplo quando é elo entre as diversas possibilidades que ali se estabelecem. É necessário corrigir as discrepâncias encontradas entre as condições de vida dos cidadãos pela situação geográfica em que vivem e às suas consequências demográficas. O foco é a coesão e a solidariedade em prol do desenvolvimento territorial de maneira sustentável.

“Tratado devidamente como arena e campo catalisador, este pode assumir toda a conflitualidade inexorável e necessária à adequada pactação social pelo desenvolvimento. Assim, o território deve ser tomado como palco de conflitos, pressupondo a necessária construção permanente de canais institucionais, legitimação de interlocutores e de um espaço público de reflexão, mediação, barganha, incentivo ao diálogo e à constituição coletiva de diagnósticos de problemas e meios de seu enfrentamento compartilhado”. (Brandão, 2008, p. 146).

Nesse contexto, as estruturas descentralizadas que surgiram no decorrer da história em pontos diversos do cenário mundial, trouxeram os arranjos institucionais de maneira horizontal como representação dos interesses de segmentos da sociedade marginal. Como exemplos, podem ser citados os movimentos sociais dos Sem Terras no Brasil em prol da aplicação da reforma agrária, bem como os movimentos organizados pelos Grupos de Ação Local encontrados na Europa com ênfase na governança local. A sociabilidade integrada a redes complexas nas esferas regional, estadual, nacional e transnacional, possibilitam o diálogo e a aquisição de conhecimentos em tecnologias adaptadas à produção agroecológica e diversificada. É a lógica do conhecimento técnico compartilhado em redes de ajuda mútua que contribuem para a difusão da capacitação dos agricultores e agricultoras.

A organização democrática da produção agrária, bem como o turismo ecológico e cultural, pode estimular a permanência das famílias no campo (Moreira, 2003). A percepção do campo e do rural na contemporaneidade como uma nova maneira de se obter rendas além do trabalho agrícola e das especulações, materializa o movimento da ressignificação do rural por meio da valorização da natureza e das mercadorias geradas nos ambientes rurais, é a valorização da cultura local e de seus signos herdados ou novos como resgate da percepção da ligação do homem com a natureza (Rua, 2006).

No entanto, o sistema dominante atual e as decisões do mercado externo em conjunto com a nova ordem técnico-científica determinam o uso e ocupação dos solos em conformidade com o modelo globalizado do agronegócio, os espaços agrícolas são reorganizados de maneira a permitir a expansão da ordem econômica mundial (Elias, 2013).

“Organizam-se verdadeiros sistemas técnicos (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações etc.) voltados para o objetivo de dotar o espaço agrícola de fluidez para as empresas hegemônicas do setor”. (Elias, 2013, p.17).

A existência de uma dinâmica própria do agronegócio em que há o estímulo a novos hábitos, “difunde-se um padrão estandardizado de consumo alimentar, violando identidades locais baseadas em saberes e fazeres historicamente construídos” o que resulta em alta dos preços dos alimentos e impactos na saúde dos consumidores. O apoio do Estado é fundamental, muitas das vezes beneficiando o privado “adequando a produção e o território com vistas à reprodução ampliada do capital no setor”. As relações entre os espaços agrícolas e os espaços urbanos são norteadas pela dinâmica do agronegócio globalizado por meio dos sistemas de produção, distribuição e manutenção da agropecuária, tornando cada vez mais complexas essas interações, favorecendo a urbanização nas regiões agrícolas e a expansão do meio técnico-científico-informacional. Novas demandas por produtos e serviços especializados aumentam o consumo da produtividade agrícola e do setor terciário, o que evidencia a gestão urbana do agronegócio globalizado, além de estimular o consumo de massa tanto individualmente como dentro das famílias (Elias, 2013, p.18, 24, 25).

A produção de alimentos tornou-se um grande mercado que visa o lucro em detrimento da segurança alimentar e nutricional dos consumidores, repercutindo em sequelas diretas na saúde dos seres humanos, tanto pela ingestão de alimentos ultraprocessados de altas calorias e baixo valor nutritivo, quanto no manejo da produção pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, além de gerar externalidades negativas impactando o equilíbrio ecossistêmico nos ambientes naturais.

A modernidade dos campos com apoio das políticas agrícolas, tem como principal objetivo, a manutenção do poder sobre os territórios em escala mundial por meio das grandes corporações. Os territórios que não são considerados atrativos para o projeto hegemônico do agronegócio, em geral, são marginalizados não encontrando apoio em políticas públicas específicas que atendam às necessidades dos pequenos agricultores e agricultoras, perpetuando um quadro de miséria e baixo desenvolvimento local.

O estímulo ao desenvolvimento rural sustentável deve respeitar as singularidades nos territórios. As diversas formas de resistência à unificação do urbano-rural na lógica mercantilista têm expressões da re(construção) das identidades territoriais de maneira a respeitar as múltiplas realidades (Rua, 2006).

“Qualquer agente social procura desenvolver condições de controlar pessoas e objetos localizados em seu território, para com isso, efetivar projetos políticos, econômicos ou culturais. O território torna-se um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e/ou o controla manifestando nessas ações as relações de poder e hegemonia que marcam as sociedades atuais”. (Rua, 2006, p. 100).

É nessa lógica de resistência que alguns territórios ficam sem o apoio necessário para o desenvolvimento satisfatório das atividades socioeconômicas, resultando em muitos casos de degradação ambiental, pois a pobreza, repercute em uso indiscriminado dos recursos naturais pela população local, sem a conscientização necessária sobre os desequilíbrios que causam, como por exemplo, o uso da lenha para preparo dos alimentos que além de impactar a flora nativa repercute em sérios danos à saúde das pessoas que aspiram a fumaça dos fogões a lenha ao longo do tempo. Dessa forma, são territórios esquecidos considerados atrasados, com baixa perspectiva de melhoria de vida, envelhecimento populacional sem troca geracional, falta de infraestruturas básicas e de serviços. É imprescindível que haja políticas públicas direcionadas a dinamização desses territórios por meio da valorização da cultura local e do tipo de agricultura praticada, em geral, de pequena escala de base familiar e agroecológica.

O euro, símbolo de proteção sob o qual a União Europeia se agrupa para definir um projeto de território e se expressar como ideia de mundo, excluiu de seu campo de atuação vários territórios europeus, com o intuito de manter a histórica concepção de Europa e assim, construir um Novo Mundo. Portanto, as especificidades de relações da agricultura tradicional e os territórios por ela representados, encontram-se a margem do desenvolvimento e progresso idealizado (Hissa, 2009).

A ciência moderna não integra e dialoga com essas particularidades e diversidades de mundos. O que se reproduz são cenários excludentes com aumentos de desigualdades socioeconômicas, a globalização não incluiu as relações sociais que são vivenciadas nos

diversos territórios do mundo. Há singularidades no cotidiano dos lugares o desenvolvimento não segue uma linha reta com projeções universais a partir dos conhecimentos disponíveis da ciência moderna (Claval, 2012).

Nesse sentido, Hissa (2009) entende que novos desafios são colocados aos agricultores, pois, não são todos que estão aptos a se adaptarem à integração da lógica de mercado, reafirmando polaridades sociais e reproduzindo desigualdades crescentes. A razão humana expressa na racionalidade moderna separa-se da natureza e a inferioriza em uma ideia mercantilizada de mundo, transformando a biodiversidade em recursos naturais para sustentar a moderna ideia de mundo. Ou seja, são os efeitos da globalização que tendem a marginalizar os territórios considerados pouco atrativos para a lógica mercantilista.

Desse modo, é preciso consolidar a percepção da importância do equilíbrio ecossistêmico realizado por meio de práticas agrícolas sustentáveis, como a proteção das matas ciliares aliada ao manejo racional dos solos agrícolas que permitem a manutenção do ciclo hidrológico de forma satisfatória, beneficiando os cidadãos nas áreas rurais e urbanas com a oferta de água potável que só é bem equilibrada quando há conservação e proteção dos mananciais hídricos que se encontram em áreas rurais.

Na União Europeia as questões ambientais influenciaram as reformas da Política Agrícola Comum de modo a colocar em evidência o entendimento dos agricultores franceses quanto à responsabilidade dos mesmos pela gestão dos ambientes naturais e assim, promover o equilíbrio do tecido social e natural que se encontra a agricultura (Abramovay, 2000).

As tomadas de decisões frente à implementação de novas tecnologias nos modos de produção, têm nos países capitalistas ditos mais desenvolvidos seu maior expoente. Desde a Revolução Industrial nos centros urbanos quanto a Revolução Verde nas áreas rurais verifica-se o pioneirismo dessas sociedades mais desenvolvidas em estabelecer novos paradigmas. A exaltação das ideias neoliberais por essas sociedades encontra respaldo na lógica do crescimento econômico como principal modelo a ser seguido, não considerando o que de fato vem a ser o desenvolvimento sustentável promovendo a repetição de pacotes tecnológicos sem observar as reais necessidades dos territórios e de suas populações, o que promove pontos de resistência em diversas escalas, contribuindo para o questionamento dos paradigmas impostos levando o debate para a reflexão da necessidade de modelos alternativos ao desenvolvimento local.

As referências em termos sociais, econômicos e ambientais, promovidas por sociedades ditas mais desenvolvidas, em algum momento serão seguidas pelos demais países promovendo

o debate tanto em termos políticos quanto nos meios acadêmicos, favorecendo a percepção das sociedades quanto à própria realidade (Wanderley, 2000).

A importância das políticas públicas em definir diretrizes e regras que contemplem outras realidades para além da lógica neoliberal nos territórios rurais é a base para que outro paradigma possa emergir.

2.4 – A Política Agrícola Comum da União Europeia

A Política Agrícola Comum (PAC) é a principal política pública responsável pela materialização da União Europeia enquanto mercado comum, teve sua origem na década de 1960 durante o período em que a Europa estava seriamente fragilizada pelas consequências do pós-guerra. Conforme Moyano-Estrada e Ortega (2014), nessa época a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) enquanto potência econômica, permitiu a recuperação dos países europeus por meio de ajudas financeiras o que contribuiu para a criação da Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE), a qual buscou a cooperação entre os países europeus visando acelerar o desenvolvimento, as trocas de bens, serviços e mão de obra, por meio de uma zona de livre comércio com tarifas reduzidas nessas negociações, bem como, a estabilidade monetária, o equilíbrio financeiro e câmbio confiável.

A OCEE atuou entre 1950 e 1957 como principal dinamizadora da liberalização das importações e dos pagamentos multilaterais, o que resultou na criação do Tratado de Roma em 1958 e na criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) que tinha como foco o mercado comum entre os países membros, Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo, que manteve essa configuração até 1972 quando aderiram a CEE, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido. Em 1979 a Grécia e, em 1985 Portugal e Espanha. Em 1995 a Áustria, Finlândia e Suécia passaram a integrar o bloco. Em 2004 foi a vez de Chipre, Lituânia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Malta, Polônia e República Tcheca. Em 2007 ingressaram a Bulgária e a Romênia, e em 2013 a Croácia.

Portanto, o mercado comum é baseado em quatro pilares: a livre circulação de pessoas; de serviços; de mercadorias e de capitais. A Política Agrícola Comum é descrita no artº 30 do Tratado de Roma (Parlamento Europeu, 2017), o qual procurava regular a produtividade agrícola; o aumento do rendimento dos agricultores; a segurança alimentar por meio dos abastecimentos e a estabilização dos mercados. É por meio da PAC formalizada em 1962 que o mercado comum para os produtos agrícolas deveria ser norteado nos Estados-membros.

A Política Agrícola Comum da União Europeia que completou seis décadas em 2022 é um dos símbolos da integração regional desse continente, em sua concepção original pautou-se na manutenção da segurança alimentar durante o período pós-Segunda Guerra Mundial e na paridade de renda do setor agrícola.

De acordo com Carvalho (2016), essa política pública apresenta aspectos positivos como a oferta de alimentos variados em quantidade e qualidade para a população europeia, bem como, a capacidade de favorecer a posição privilegiada do continente em ser o maior exportador líquido de bens alimentares com o uso de alta tecnologia e ganhos em produtividade, embora não empregue mais do que 5% da mão de obra do bloco regional. Aspectos negativos também são verificados como a manutenção de uma renda à classe de agricultores, em especial, de alguns Estados-Membros, sendo de alto custo aos cidadãos do bloco da zona do euro o que traz desequilíbrios bem como o protecionismo nas relações comerciais com o mercado internacional.

“a eficiência da PAC aparenta estar centrada na organização integrada do setor agrícola, cujo nível de renda proporcionado aos produtores rurais – que investem geralmente em um concentrado número de bens cultivados em áreas agrícolas muito extensas – é compatível com outros setores da economia europeia, ainda que a participação da agricultura, nos últimos anos, contemple somente por volta de 2% do produto nacional bruto da UE”. (Carvalho, 2016, p. 7).

Desde a sua criação a PAC priorizou a manutenção da renda dos agricultores e a segurança nos abastecimentos, o apoio dado à produção de alimentos incidiu principalmente, sobre as grandes propriedades rurais capazes de conduzir a agricultura em grande escala. Desse modo, os agricultores das pequenas propriedades rurais geridas pela agricultura familiar foram incentivados a abandonar a atividade. No decorrer do tempo esse cenário provocou um aumento considerável de excedentes iniciado em 1968, como por exemplo, os cereais, leite e seus derivados, além de gerar aumentos crescentes no orçamento da PAC custeado pelos contribuintes para que fossem mantidos os rendimentos dos agricultores.

Conforme Sousa (2016), a reforma da PAC iniciada em 1992 teve por objetivo solucionar a questão dos excedentes e formalizar o Segundo Pilar da PAC que incluiu o escopo do Desenvolvimento Rural como uma de suas diretrizes visando regularizar as discrepâncias na distribuição dos apoios, de modo a dinamizar os territórios que foram considerados inaptos para a agricultura empresarial. No entanto, essa reforma também buscou atender aos interesses da lógica de livre mercado preconizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como consequência, favoreceu diversos setores detentores do capital, como as redes de

supermercados, grandes varejistas e produtores ligados ao agronegócio exercendo poder dominante sobre os territórios rurais.

A atuação da lógica do livre mercado preconizada pela PAC incide sobre territórios rurais externos a União Europeia, como por exemplo, o Vale do São Francisco no Nordeste do Brasil que tem a produção de monoculturas de frutas tropicais, em especial, as mangas para abastecimento do mercado europeu e português controlada pelas grandes redes de supermercados em Portugal. É a monopolização da terra por grupos associados ao comércio de bens alimentícios repercutindo nos resultados do trabalho por meio da produção em *globalgap*, ou seja, sistemas de certificação de marcas que regulam a produção e comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores sob a fiscalização rígida dos aspectos fitossanitários e condições sociais de trabalho (Sousa, 2016).

É nesse cenário que a lógica atual sobre a configuração dos lugares, de acordo com Santos (2006), é feita sob a forma da atuação da verticalização, em que os créditos internacionais são disponibilizados como recursos aos países e regiões estagnadas, favorecendo o estabelecimento das redes que estão ao dispor do capital hegemônico e a modernização dos territórios é feita de forma a causar o reordenamento dos subespaços beneficiando o poder dominante. Não se trata de união vertical dos lugares, mas de unificação imposta por meio de regras restritivas. No entanto, a horizontalidade é efetuada por meio das ações emanadas do poder local tendo por bases a coesão da sociedade civil em prol do interesse coletivo.

Santos (2006), elucida como a especialização dos espaços ocorre por meio da interdependência estabelecida horizontalmente, a informação é direcionada de modo a trazer eficiência ao trabalho resultando em aumento de produtividade tanto nos campos com o setor primário, como nas cidades com os setores secundários e terciários. Esse cenário de cotidianos semelhantes na especialização do trabalho gera eficácia política na qual a informação atua também nas técnicas de mercado além das técnicas de produção.

A solidariedade é ativa expressa em ação política que pode ser orientada aos interesses específicos e particulares da atividade hegemônica local, mas também age nas atividades complementares ou não à lógica dominante, tendo por base seus conflitos que acabam interessando ao conjunto de toda sociedade local. Dessa forma, as reivindicações tornam-se mais amplas englobando as circunstâncias da vida em comum dentro do espaço da horizontalidade. (Santos, 2006).

2.4.1 – As reformas da Política Agrícola Comum ao longo do tempo

Durante a década de 1980 mecanismos agroambientais são inseridos no escopo da PAC, visando adequar a produção de alimentos às exigências das cúpulas ambientais tratadas em âmbito internacional. A partir dos anos 90 a ideologia produtivista da PAC deixa de ser exclusiva e a produção de bens públicos é apoiada.

Na década de 90 a PAC passa por uma reforma em 1992 a qual migra de um apoio aos mercados para apoiar os produtores rurais, de modo a tornar a agricultura europeia mais competitiva. É a partir dessa reforma que os bens públicos são elencados como parte indissociável da multifuncionalidade da agricultura. Atribuindo valor às práticas agrícolas benéficas ao ambiente e as paisagens, o campo deixa de ser visto apenas como local da produção agrícola e passa a ser fonte de produção de bens públicos que beneficia toda sociedade europeia.

De acordo com Silva e Hespanhol (2016), o enfoque ascendente e participativo realizado pelas comunidades locais na governança dos territórios, como por exemplo, a iniciativa criada no ano de 1991 pela governança local das zonas rurais mais desfavorecidas, na Espanha, Grécia e Portugal, conhecida por Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), direcionou-se para além incluindo todos os setores presentes nos territórios, como o social, econômico, cultural e institucional, por meio dos Grupos de Ação Local (GAL) repercutindo nos processos de tomadas de decisão.

A iniciativa LEADER pode ser considerada um exemplo da lógica de atuação em rede descrita por Santos (2006), é a governança local associada ao poder público que permite o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

É nessa perspectiva que outros modelos de gestão territorial foram incentivados tanto pelas comunidades locais que procuraram revitalizar os territórios rurais considerados inaptos para a agricultura comercial, como pela orientação da PAC que passa a priorizar a produção de bens públicos atentando-se para a realidade e potencialidade local nos diversos eixos: social, econômico, cultural e ambiental, associados à preservação do patrimônio material e imaterial das localidades rurais estimulando o convívio turístico.

É a diversidade e a particularidade do mundo rural que podem ser convertidas em um negócio gerido pela população local atribuindo valor a herança e a história daquele lugar que repercute no novo olhar para as zonas rurais. A remuneração aos agricultores vindas da PAC será atrelada no decorrer do tempo aos bens públicos como as reservas ambientais e de lazer. A legitimidade dos interesses sociais tem maior relevância com a nova PAC na qual se torna uma política pública que deixa de ser exclusiva do setor agrário e suas entidades de classes,

contemplando as perspectivas da sociedade europeia em termos mais amplos, como as mudanças climáticas, coesão socioeconômica dos territórios rurais, saúde, segurança alimentar e nutricional, qualidade e estoques de alimentos (Moyano-Estrada e Ortega, 2014).

Na década de 2000 a reforma da PAC conhecida como Agenda 2000 buscou tornar a agricultura do bloco comunitário mais competitiva, adequando-se ao mercado mundial por meio da descentralização da PAC e da ajuda financeira mútua entre os Estados-Membros. É nessa reforma que os instrumentos conhecidos como medidas agroambientais são reforçados na busca pela conciliação da produção agrícola e a conservação da natureza com maior ênfase sobre a qualidade dos alimentos, o bem-estar animal e a proteção das paisagens naturais. Os objetivos e desafios da União Europeia na esfera da produção de alimentos saudáveis, na conservação e proteção dos recursos naturais, e, o desenvolvimento territorial de maneira equilibrada prolongou-se no decorrer de todas as sucessivas reformas da PAC pós-2000.

Na reforma de 2000 inicia-se a adaptação das orientações da PAC para a escala regional de cada Estado-Membro, adequando as necessidades do setor agrícola de cada país aos requisitos da PAC. Em substituição ao pagamento direto iniciou-se o Regime de Pagamento Único que devia ser executado sob condições agronômicas e ambientais específicas, como as medidas agroambientais exigidas aos agricultores para que os mesmos acessassem os auxílios. Por meio do Segundo Pilar da PAC os apoios também eram destinados ao Desenvolvimento Rural associado às medidas agrofloretais, melhoria das estruturas agrícolas e apoio às zonas desfavorecidas (Moyano-Estrada e Ortega, 2014).

Em 2003 a PAC recebeu novas regras a qual estabeleceu alterações na forma de pagamento aos agricultores orientando-os a serem mais competitivos com foco no mercado, em vez de produzirem em função dos subsídios. Ao longo do tempo as novas diretrizes resultaram em modificação da estrutura fundiária, repercutindo na diminuição das propriedades de pequeno porte e aumento da área cultivada pelas propriedades de tamanho médio, mantendo-se essa dinâmica ao longo do tempo inclusive na atualidade.

A reforma de 2003 procurou reforçar as práticas agrícolas benéficas ao ambiente natural iniciadas em 1992, valorizando os produtores rurais quando estes contribuíam para o equilíbrio dos serviços ecossistêmicos por meio da conservação dos recursos naturais e biodiversidade, manutenção das paisagens e do patrimônio rural.

A diminuição progressiva dos valores pagos por propriedade agrícola até o fim de 2013 resultou em mudanças na distribuição dos recursos financeiros. Desse modo, os pagamentos são feitos independente da atividade de produção exercida, a gestão das áreas rurais e da paisagem recebe o mesmo nível de recursos representando alterações políticas, dando ênfase à

atuação dos agricultores na conservação da paisagem desvinculando a distribuição dos subsídios da produtividade (Dos-santos *et al.*, 2011).

A partir da reforma da PAC iniciada em 2013 os pagamentos por unidade produtiva são substituídos por um sistema de pagamentos vinculado a sete níveis: 1) pagamento base; 2) pagamento verde, associado aos bens públicos ambientais (referência a maior adoção de práticas agrícolas benéficas ao ambiente); 3) pagamento suplementar aos jovens agricultores; 4) pagamento redistributivo associado ao reforço no apoio dado aos primeiros hectares de uma atividade agrícola; 5) apoio adicional aos rendimentos de zonas que contenham condicionantes naturais; 6) ajudas associadas à produção; 7) regime simplificado em favor dos pequenos agricultores (Parlamento Europeu, 2022a; Parlamento Europeu, 2022b).

Apenas os agricultores ativos recebem ajudas por hectares além de serem exigidos ajustes em cada Estado-Membro para que fosse atingido até em 2019 um equilíbrio de pagamento mínimo em euros por hectare conhecido por convergência externa. É nessa reforma a partir de 2005 que se consolidam os dois pilares da PAC, o Primeiro Pilar associado ao financiamento das ajudas diretas e as diretrizes do mercado comum sustentado pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), e o Segundo Pilar voltado ao Desenvolvimento Rural, cofinanciado pelos Estados-Membros e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (Parlamento Europeu, 2022a; Parlamento Europeu, 2022b).

Desde 2015 que é possível aos Estados-Membros transferir recursos entre os dois fundos de até 15 % do Primeiro Pilar para o Segundo e de até 25 % do Segundo Pilar para o primeiro em alguns Estados-Membros. A abordagem da PAC volta-se ao desenvolvimento rural de modo seletivo, com o apoio do Segundo Pilar nas questões relacionadas à competitividade, à inovação, à agricultura baseada no conhecimento, na instalação dos jovens agricultores, na gestão sustentável dos recursos naturais buscando o desenvolvimento territorial equilibrado com a criação e manutenção dos empregos, em especial, os chamados empregos verdes.

Outras alterações foram implementadas pela reforma de 2013 como: o FEADER que deixa de configurar como fundo estrutural associado à política de coesão; a redução da taxa de cofinanciamento oriundo do orçamento comunitário; o programa LEADER passa a ter suas regras sob a gestão da política de coesão apesar de seu financiamento ser mantido pelo orçamento agrícola (Parlamento Europeu, 2022a; Parlamento Europeu, 2022b).

Conforme Moyano-Estrada e Ortega (2014), a orientação geral da PAC para o período de 2014-2020 passou de uma prioridade setorial voltada à gestão do aspecto produtivo da agricultura por meio do Primeiro Pilar, com as ajudas diretas aos agricultores e as ações intensas de gestão dos mercados, para o protagonismo territorial com foco na gestão dos territórios rurais

por meio do Desenvolvimento Rural junto ao Segundo Pilar da PAC, tendo como objetivos a multifuncionalidade da agricultura e a produção de bens públicos como as áreas de reserva ambiental e de lazer, constituindo uma mudança de paradigma que irá exigir novas estruturas organizacionais e sistemas de governança rural na União Europeia.

Essa nova abordagem da PAC exige dos governos dos Estados-Membros outra perspectiva na gestão nacional e regional dos territórios rurais, adotando políticas públicas que contemplem áreas ou setores não atendidos até então pela política agrícola do bloco comunitário. É nessa reforma que pela primeira vez os agricultores e agricultoras são beneficiados por produzirem bens públicos relacionados à manutenção dos serviços ecossistêmicos e das paisagens.

A multifuncionalidade da agricultura defendida pelos países desenvolvidos apresenta aspectos relevantes quanto à conciliação da produção de alimentos e conservação ambiental, no entanto, gera conflitos de interesses com os países em desenvolvimento que têm suas economias baseadas nas exportações de produtos agrícolas. O apoio por meio dos subsídios da União Europeia desequilibra a balança comercial internacional, o que contribui para que os países em desenvolvimento não respondam em igualdade com os produtos europeus subsidiados. Em muitos casos os países em desenvolvimento são mais produtivos e podem penetrar no mercado europeu com preços mais competitivos (Oliveira, 2016).

A defesa da liberalização agrícola proposta pela Organização Mundial do Comércio impacta diretamente os interesses dos Estados-Membros que, em geral, buscam manter os mecanismos da PAC de subsídios e protecionismo que favoreçam a economia do bloco europeu. Os consumidores europeus têm posturas críticas quanto ao elevado custo de manutenção da PAC pago pela população comunitária, bem como, os países em desenvolvimento que esbarram com o protecionismo da União Europeia sobre os produtos agrícolas interferindo no volume exportado para o bloco europeu oriundos dessas trocas comerciais.

De acordo com Marques (2013), a coesão das zonas rurais por meio do incentivo ao equilíbrio entre Estados-Membros e agricultores ativos, ou seja, os beneficiários dos pagamentos diretos do Primeiro Pilar da PAC, excetuando-se os grandes produtores considerados latifundiários que não possuem produção agrícola de fato, e as sociedades agrícolas que detêm grandes áreas de campos sem atividades fundamentalmente agrícolas, são os pontos mais recentes no escopo das mudanças ocorridas na PAC pós-2013.

Os pagamentos diretos, portanto, são associados a atividades que contribuam com a manutenção dos serviços ecossistêmicos e socioeconômicos. A inovação tecnológica que assegure melhor eficiência no uso dos recursos naturais com geração de emprego e renda e

valorização do bem-estar social, deve ser foco das políticas públicas nos Estados-Membros para complementar as ações previstas na PAC pós-2013. O conceito de *greening* como componente ambiental obrigatório a ser cumprido pelos agricultores na gestão das propriedades rurais é o instrumento da PAC que estimula a ecocondicionalidade que incide sobre os pagamentos diretos em apoio às boas práticas agrícolas para o clima e o ambiente em todos os hectares, como por exemplo, a diversificação das culturas, a manutenção das pastagens permanentes e a detenção de uma superfície de interesse ecológico. (Marques, 2013; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2013; Oliveira, 2016; IFAP, 2022).

Conforme Marques (2013), os sistemas extensivos especializados na criação de bovinos, caprinos e ovinos, tendem a receber maiores quantias do pagamento feito pela União Europeia no âmbito do Primeiro Pilar da PAC. As áreas cultivadas com espécies temporárias estão progressivamente dando lugar às pastagens permanentes e naturais, essa realidade tem duas vertentes em que sistemas com capacidade produtiva maior tendem a se manter com o equilíbrio das pastagens e forragens, enquanto áreas marginais de baixa produtividade e intensificação podem não responder da mesma maneira, o que pode aumentar o abandono das atividades agropecuárias.

Conforme Carvalho (2016), a falta de gestão participativa da sociedade nas decisões que abrangem a PAC influencia a vida de milhares de cidadãos europeus, pois uma quantia substancial dos fundos destinados à PAC foi e ainda é usada para beneficiar uma pequena parcela da sociedade da União Europeia. A PAC apesar das reformas não modificou a sua base original por conta de interesses de alguns Estados-Membros e de grupos políticos que representam os produtores rurais donos de propriedades com alta produtividade e extensão de terras, ligados aos conglomerados industriais agroalimentares formando lobbies. O efeito econômico assimétrico dentro dos Estados-Membros favoreceu principalmente, a França e a Alemanha, impulsionando dessa forma, vários movimentos *think thanks* representativos da opinião pública que tendem a questionar essa forma de atuação da política agrícola.

A sociedade europeia valoriza as atividades rurais por meio de argumentos socioculturais históricos, aliados ao fato de os produtores rurais encontrarem desde o século XIX um alto padrão de proteção ao setor agrícola, o que gera fortes oposições às mudanças na estrutura da PAC (Carvalho, 2016). A meta de equilíbrio da renda dos produtores rurais foi e é a maior prioridade, já em suas últimas reformas a PAC voltou-se ao estímulo à conservação da biodiversidade, no fomento à agricultura sustentável e na disciplina do meio ambiente.

É nessa perspectiva que a atual reforma da PAC para o período entre 2021-2027 estabeleceu que os Estados-Membros deveriam elaborar planos estratégicos que atendessem as

especificidades nacionais como forma de utilização dos fundos agrícolas e que estivessem alinhados aos objetivos da União Europeia, como resposta aos atuais desafios do setor da produção de alimentos e ambiente. A reconfiguração dos sistemas alimentares por meio da valorização de agroecossistemas sustentáveis visando mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas e a restauração da natureza é o grande foco.

A orientação para a proteção ambiental e as ações necessárias ao combate das alterações climáticas responde aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que são prioritários nessa atual reforma da PAC 21/27 a qual estabeleceu nove objetivos: aumentar a competitividade e a orientação para o mercado; assegurar um rendimento justo aos agricultores com melhoria na posição dos mesmos na cadeia de valor; combater as alterações climáticas; promover a utilização sustentável dos recursos naturais; proteger a biodiversidade; apoiar a renovação geracional; fomentar o emprego e o crescimento; garantir a qualidade dos alimentos e da saúde (Conselho Europeu, 2022a; Conselho Europeu, 2022b; Conselho Europeu, 2022c).

As regras e normas da PAC para o período de 2021/2027 têm priorizado a sustentabilidade na agricultura, legislando sobre o uso intensivo de produtos sintéticos, químicos e tóxicos nas atividades agropecuárias de forma a diminuir o uso destes insumos, priorizando técnicas e práticas mais benéficas ao ambiente e à saúde humana.

As iniciativas emergentes associadas ao comércio, bioeconomia, energia de fontes renováveis, economia circular e economia digital serão priorizadas como ações importantes ao fortalecimento do tecido econômico e social das zonas rurais na União Europeia.

Os planos estratégicos europeus devem orientar as atividades agropecuárias nos Estados-Membros com foco na melhor distribuição dos apoios aos rendimentos. Desse modo, a redução e o nivelamento dos pagamentos às grandes propriedades deverão abranger com mais equidade as pequenas propriedades agrícolas (Conselho Europeu, 2022a; Conselho Europeu, 2022b; Conselho Europeu, 2022c).

2.4.2 – O Pacto Ecológico Europeu

A partir da Conferência de Estocolmo em 1972, as discussões sobre clima e ambiente efetuadas pelos países signatários durante as cúpulas ambientais que ocorreram ao longo do tempo, influenciaram na atualidade a orientação da União Europeia no estabelecimento do *European Green Deal* ou Pacto Ecológico Europeu, como a principal estratégia para o desenvolvimento do bloco comunitário visando o crescimento da economia de modo

sustentável. A conscientização da sociedade europeia sobre os impactos negativos das alterações climáticas, acabou repercutindo na necessidade de mudanças nas cadeias produtivas que contribuem diretamente para a emissão dos gases de efeito estufa. O *Green Deal* visa a transição para modelos econômicos e produtivos com baixa liberação de carbono para a atmosfera de modo a alcançar a neutralidade carbônica até 2050.

Entre os diversos objetivos do *Green Deal* há o objetivo 55, definido como um conjunto de propostas que visa transformar em leis as metas estabelecidas no Acordo de Paris⁶, referente ao clima, energia e transportes. Desse modo, os Estados-Membros da União Europeia devem alinhar suas legislações aos objetivos de redução dos níveis de carbono na atmosfera, implementando a redução líquida de emissões dos gases de efeito estufa do bloco em no mínimo 55 % até 2030 comparado aos valores de 1990. A Lei Europeia do Clima foi sancionada pelo Parlamento Europeu em 24 de junho de 2021.

As medidas previstas na estratégia da União Europeia para alcançar a adaptação às mudanças climáticas incluem: eficiência na coleta e compartilhamento de dados para melhorar o acesso e o intercâmbio de conhecimentos sobre os impactos climáticos; soluções baseadas na natureza, reforçando a resiliência às alterações do clima com proteção aos ecossistemas e integração da adaptação, nas políticas macro orçamentais (Comissão Europeia, 2021d; Conselho Europeu, 2022b; Parlamento Europeu, 2023)

Nesse contexto, um conjunto de 50 iniciativas distribuídas em 10 pilares formam o escopo do Pacto Ecológico Europeu com foco na mitigação dos efeitos negativos das alterações climáticas, priorizando o crescimento e o desenvolvimento sustentável (Enterprise Europe Network, 2022).

Logo, a estratégia para o ambiente e clima no bloco comunitário está dividida da seguinte maneira:

Pilar 1: Ambição climática

1. Introdução de uma Lei Climática Europeia para que a União Europeia consiga alcançar a neutralidade climática em 2050 - previsto para março de 2020;
2. Apresentação das metas para a redução em 50% ou 55% das emissões de CO² até 2030;
3. Revisão de todas as medidas legislativas destinadas a combater as alterações climáticas;
4. Revisão da diretiva para a taxa da energia;
5. Apresentação da proposta para um Mecanismo de Ajustamento de Carbono nas Fronteiras;

⁶ O Acordo de Paris é um tratado global, adotado em dezembro de 2015 pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, acrônimo em inglês), durante a 21ª Conferência das Partes (COP21). Esse acordo rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020, e tem por objetivos fortalecer a resposta à ameaça da mudança do clima e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos gerados por essa mudança (Acordo de Paris — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (www.gov.br))

6. Nova estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas.

Pilar 2: Energia limpa, acessível e segura

1. Avaliação dos Planos Nacionais de Energia e do Clima dos Estados-membros;
2. Revisão das diretivas de Eficiência Energética e Energias Renováveis;
3. Iniciativa para duplicar a taxa de renovação energética de edifícios públicos e privados;
4. Iniciativa para promover a energia eólica *offshore*;
5. Atualização dos Planos Nacionais de Energia e do Clima para refletir as novas ambições da UE.

Pilar 3: Estratégia industrial para uma economia circular

1. Apresentação da nova estratégia industrial europeia;
2. Plano de Ação da Economia Circular, focada nos setores intensivos como têxteis, construção, produtos eletrônicos e plásticos;
3. Definição de novas políticas para fabricação de produtos mais sustentáveis, através do recurso a materiais reutilizáveis e/ou recicláveis;
4. Apresentação de plano para a transição para as emissões zero na produção de aço em 2030;
5. Nova legislação sobre baterias;
6. Proposta de reforma da legislação sobre resíduos.

Pilar 4: Poluição Zero

1. Estratégia de químicos sustentáveis;
2. Plano de Ação para a poluição do ar, da água e do solo;
3. Revisão das medidas de combate à poluição originada pelas grandes instalações industriais.

Pilar 5: Prevenção e proteção dos Ecossistemas e biodiversidade

1. Nova estratégia europeia para a Biodiversidade em 2030;
2. Divulgação de medidas para mitigar a perda de biodiversidade;
3. Nova estratégia florestal da UE, para plantar mais árvores, incluindo nas cidades, e restaurar áreas florestais degradadas.

Pilar 6: Agricultura Verde – Política agrícola

1. Apresentação da nova Estratégia “*Farm to Fork*”;
2. Divulgação do plano de ação para reduzir a utilização de pesticidas químicos, fertilizantes e antibióticos na produção agrícola e pecuária.

Pilar 7: Mobilidade sustentável

1. Divulgação da estratégia para a mobilidade inteligente e sustentável;
2. Instalação de um milhão de pontos públicos de carregamento de automóveis elétricos até 2025;
3. Propostas para a promoção das energias alternativas no abastecimento de transportes, incluindo aviões;
4. Revisão da diretiva dos Transportes Combinados;
5. Iniciativas para aumentar a capacidade do tráfego ferroviário e fluvial;
6. Revisão da legislação dos *standards* de emissões em automóveis para chegar a zero numa década.

Pilar 8: Mecanismo de Transição Justa (Integração da sustentabilidade em todas as políticas da UE)

Sobre este pilar, a Comissão Europeia defende que o combate às alterações climáticas e à degradação ambiental é um esforço comum, mas que nem todas as regiões e Estados-Membros começam do mesmo ponto. Um Mecanismo de Transição Justa apoiará as regiões que dependem fortemente de atividades que exigem muito carbono.

1. Apresentação da proposta para um novo mecanismo para a Transição justa, com o objetivo de mobilizar 100 mil milhões de euros entre verbas da União e recursos privados;
2. Lançamento de um novo Plano de Investimento para uma Europa Sustentável;
3. Nova estratégia para o Financiamento Sustentável;
4. Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Semestre Europeu⁷;
5. Revisão e flexibilização das regras de Ajudas de Estado para o ambiente e energia.

Pilar 9: Investigação e inovação – “Working together”

1. Lançamento do Pacto Europeu para o Clima – previsto para março de 2020;
2. Alinhamento de todas as medidas da Comissão Europeia com os objetivos do *Green Deal* e a promoção de inovação;
3. Apresentação da proposta para o 8.º Programa de Ação Ambiental.

Pilar 10: UE na vanguarda mundial

1. UE na liderança das negociações internacionais do clima e da biodiversidade;
2. Divulgação de uma Agenda Verde para os países dos Balcãs Ocidentais;
3. Fortalecimento da Diplomacia Verde em cooperação com os Estados-membros;
4. Construção de Alianças Verdes com os países da América Latina e Caraíbas, e Ásia e Pacífico.

A estratégia *Farm to Fork* prevista no escopo do Pacto Ecológico Europeu está contemplada no Pilar 6: Agricultura Verde – Política Agrícola e foi inserida na atual reforma da PAC, essa estratégia engloba metas e ações que estimulam a sustentabilidade na cadeia de produção agroalimentar, desde a criação de animais, o plantio, colheita, transporte, comercialização, consumo dos alimentos e gestão dos resíduos alimentares.

As metas a serem alcançadas preveem a redução do uso em 50% de pesticidas químicos, 20% em fertilizantes, 50% em antibióticos usados na criação de bovinos e aquicultura. O incentivo a diminuição da produção e consumo de carne foi omitido na estratégia, o que poderia alterar de modo substancial os impactos ambientais gerados pela atividade pecuária. Até 2030 são previstos a destinação de 25% da área agrícola da União Europeia com a produção biológica (orgânica), o que denota um passo importante na quebra de paradigma do modelo químico-mecânico atual.

⁷ “O Semestre Europeu é um exercício anual de coordenação das políticas económicas, orçamentais, sociais e de emprego da União Europeia. O Semestre Europeu faz parte do quadro de governação económica da União Europeia. Durante o Semestre Europeu, os Estados-Membros procedem ao alinhamento das políticas orçamentais e económicas nacionais pelas regras fixadas a nível da UE” (O Ciclo do Semestre Europeu, em síntese - Consilium (europa.eu)).

O Pacto Ecológico Europeu apresenta iniciativas que visam alcançar a transição ecológica da União Europeia por meio da neutralidade climática até 2050 e a estratégia *Farm to Fork* está no cerne dessa proposta de mudança sendo necessário o redesenho dos sistemas agroalimentares, uma vez que são responsáveis por um terço das emissões de gases de efeito estufa e consomem grandes quantidades de recursos naturais resultando em perdas consideráveis da biodiversidade, impactam a saúde tanto pela sub como a super nutrição e não trazem retornos econômicos justos, em especial, aos produtores primários repercutindo diretamente na capacidade de subsistência dos mesmos.

Outra estratégia inserida no Pilar 5: Prevenção e proteção dos Ecossistemas e biodiversidade prevista no escopo do Pacto Ecológico Europeu, é a da Biodiversidade que pretende restaurar a natureza da União Europeia. A preservação de 10% de áreas naturais dentro das propriedades agrícolas indiscutivelmente trará benefícios aos agricultores e ambiente, no entanto, não há consenso sobre o tema, do mesmo modo, as metas de redução no uso de pesticidas foram rejeitadas pelas empresas produtoras dos agroquímicos.

A intenção de tornar os sistemas alimentares mais justos, saudáveis e ecológicos tem na busca pela resiliência seu maior objetivo. O foco é diminuir os impactos negativos da agricultura vinculada ao modelo químico-mecânico valorizando a agricultura de base agroecológica, o que irá permitir um aumento na qualidade dos alimentos, da saúde das pessoas, do bem-estar animal, da biodiversidade, gerando emprego e renda, com metas ousadas de descarbonização da economia na União Europeia.

Os mecanismos estabelecidos como regimes ecológicos durante as reformas anteriores da PAC que têm por objetivo a melhoria da qualidade ambiental, como por exemplo, as medidas agroambientais e a ecocondicionalidade, foram reforçados e atuam como orientações aos agricultores para que os mesmos executem práticas agrícolas mais sustentáveis e que possam convergir para a neutralidade carbônica até 2050 (Parlamento Europeu, 2023).

Desse modo, o apoio financeiro dado aos agricultores é condicionado às boas práticas agrícolas que beneficiam o ambiente e o clima. Outro ponto é o compromisso que os Estados-Membros devem apresentar em relação aos direitos sociais e laborais dos agricultores, devendo os órgãos reguladores de cada país encarregados de efetuar os pagamentos agrícolas, impor sanções aos empregadores que não cumprirem as regras (Conselho Europeu, 2022a, Conselho Europeu, 2022b, Conselho Europeu, 2022c).

Entre 2021 e 2022 o período foi de transição com a aplicação de grande parte das regras anteriores e de preparação para a nova conjuntura. A partir de 2023 iniciou-se o período de aplicação da nova política agrícola comum e das novas diretrizes.

2.5 – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

Os sistemas de produção de alimentos em escala global apresentam ecossistemas, espécies e recursos genéticos cada vez menos diversificados com perdas progressivas da biodiversidade associada à alimentação, impactando diretamente a segurança alimentar e nutricional da população mundial. Os processos ecológicos vinculados à produção de alimentos são complexos e em geral, pouco compreendidos, operam em múltiplas escalas com variações locais a globais, atravessando as fronteiras dos agroecossistemas (FAO, 2019).

Incluir nas agendas políticas globais a biodiversidade associada à alimentação e ao desenvolvimento sustentável das zonas rurais e costeiras, tem suporte na Comissão de Recursos Genéticos para Alimentos e Agricultura na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a qual avalia a biodiversidade relevante à alimentação e à agricultura.

Nesse contexto, em 1992, adotou-se a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), como estrutura legal internacional para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, incluindo espécies domesticadas e não domesticadas para uso alimentar e na agricultura, observando a repartição justa dos benefícios adquiridos pelo uso dos recursos genéticos (FAO, 2019).

Os desafios associados à alimentação e a agricultura em escala global passam pela conexão dos mesmos resultando, portanto, na necessidade de abordagens políticas integradas em vários níveis, local, regional, nacional e internacional, com especificidade dos mecanismos de governança, dos sistemas regulatórios, de monitoramento e de prestação de contas. A Agenda 2030 relacionada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, requer em âmbito mundial que haja maior comprometimento dos países e suas populações por meio de múltiplas ações com demandas técnicas, políticas, de arranjos institucionais e de governança, enfatizando as trocas de experiências entre os atores, não devendo ser marginalizados os pobres que por possuírem baixa influência política estão fora do processo de tomada de decisão e por consequência, são os mais expostos à crise ambiental e da alimentação (FAO, 2017).

A agricultura familiar possui um caráter multifuncional que permite a atuação dos agricultores em múltiplos aspectos do desenvolvimento sustentável como a produção de alimentos que abastece, principalmente, a mesa da população urbana e rural menos favorecida, compartilham conhecimentos tradicionais sobre o manejo dos ambientes naturais de modo a conservar a biodiversidade, os recursos naturais e os serviços ecossistêmicos, além de estimular o crescimento econômico inclusivo local. (FAO y IFAD. 2019).

2.6 – Novas abordagens na gestão dos territórios rurais

Os padrões de consumo alimentar em escala global estão se alterando, os consumidores dos países mais desenvolvidos têm buscado por alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável com menos impactos ao ambiente, valorização do bem-estar animal e que assegurem os direitos dos trabalhadores do setor primário. Os conhecimentos transdisciplinares e as tecnologias de inovação embasam a mudança de paradigma e propõe novas formas de planejamento e manejo dos agroecossistemas.

Nesse sentido, Polita e Madureira (2022) estudaram na região do Rio Douro no Norte de Portugal, práticas agrícolas de base agroecológica aplicadas por agricultores especializados na produção de uvas e vinhos que possibilitaram redesenhar os campos de cultivo e promover o rearranjo dos sistemas sociotécnicos por meio das “Infraestruturas Ecológicas”, as quais tinham por objetivo conciliar a produção na zona vitivinícola com a sustentabilidade ambiental, em especial, pelo menor uso de herbicidas químicos para o controle das plantas espontâneas que concorrem com a cultura de interesse, estimulando à biodiversidade de inimigos naturais das pragas agrícolas, a proteção dos solos e incentivo ao aprendizado agroecológico adaptado às condições sociais de cada agricultor.

As Infraestruturas Ecológicas são linhas de vegetação espontânea ou semeadas nas entrelinhas das videiras que resultam em aumento dos serviços ecossistêmicos do agroecossistema. As propriedades participantes da iniciativa eram tanto de base familiar como do contexto empresarial e comercial revelando que a agroecologia é uma alternativa viável às exigências do mercado consumidor.

Além da Perspectiva Multinível foi introduzido o Sistema de Inovação e Conhecimento *Agricultural Knowledge and Innovation Systems* – (AKIS) que engloba a análise das trocas de experiências, de aprendizado e conhecimento entre os agricultores e as instituições parceiras. Esse sistema AKIS está contemplado na atual reforma da PAC como ferramenta para auxiliar a tomada de decisão das partes interessadas na busca pela sustentabilidade das práticas agrícolas (Polita e Madureira, 2022).

A nova PAC 21/27 incentiva à inovação tecnológica como meio de modernização das áreas rurais, e a digitalização da agricultura é um dos objetivos a serem alcançados pela União Europeia como forma de melhorar a eficiência no uso dos recursos naturais, com aumento da produtividade e competitividade além de estimular o desenvolvimento rural sustentável. Nesse contexto, a 4ª Revolução Industrial (4IR) é uma série de desenvolvimentos tecnológicos que se caracterizam por alavancar o poder generalizado da digitalização e tecnologia da informação e

pela integração de sistemas físicos, tecnológicos e biológicos. Dados e o fluxo de conhecimentos são a matéria-prima da época juntamente com uma aceleração do ciclo de desenvolvimento. O setor industrial modificou o processo produtivo, tornando-o mais autônomo, rápido, flexível e eficiente com o uso intensivo da robotização das tarefas.

O uso das novas tecnologias em ambientes rurais foi descrito por Cowie *et al.* (2020), tendo por referência um artigo intitulado “Comunidade rurais e novas tecnologias, publicado em 1984 por Howard Newby, em um seminário sobre questões futuras em desenvolvimento rural. O artigo trouxe algumas considerações como a de que a conectividade de banda larga nas áreas rurais não foi realizada, sendo indiscutivelmente em função das técnicas e das barreiras socioeconômicas. As áreas rurais permanecem distantes, física e tecnologicamente dos centros urbanos, em razão da falta de massa crítica de consumidores nas áreas rurais, de logística e os desafios com a infraestrutura resultante do afastamento e topografia impediram uma cobertura abrangente.

As áreas rurais remotas estão significativamente atrasadas em termos de velocidade de conectividade em relação ao urbano. A disponibilidade de banda larga universal de alta velocidade em áreas rurais não foi resolvida de forma adequada na maioria dos países, exceções da Coreia do Sul e alguns países nórdicos. Para os autores é preciso compreender tanto os efeitos das tecnologias na integração dos sistemas sociais, como o papel que as tecnologias desempenham na mediação dos sistemas sociotécnicos que cria (Cowie *et al.*, 2020).

Desse modo, Cowie *et al.* (2020), trabalharam o conceito de Pesquisa e Inovação Responsáveis (ou RRI = *Responsible Research and Innovation*), em que o design de novas tecnologias cria desequilíbrios de poder, benefícios e desvantagens desiguais em diferentes grupos de partes interessadas, o que levou os autores ao seguinte questionamento: o que essas tecnologias devem servir, e para quem? Muitas novas tecnologias são enquadradas dentro de uma abordagem urbana e particularmente neoliberal para o desenvolvimento, principalmente, devido à estrutura de RRI que pode indiscutivelmente marginalizar ainda mais as áreas rurais.

Nesse contexto, Cowie *et al.* (2020) apresentaram outro conceito o da Pesquisa e Inovação Rural Responsável (denominado RRRI = *Responsible Rural Research and Innovation*, como subcampo do RRI). Essa abordagem se relaciona com os problemas estruturais enfrentados pelas comunidades rurais e considera como as tecnologias podem ser capazes de lidar com isso. Dessa forma, o conceito de 4IR de cidades inteligentes e digitalização são então relacionados ao desenvolvimento rural usando três tecnologias, como os veículos conectados e autônomos (CAV = *connected and autonomous vehicles*); a Internet das Coisas (IoT) e as redes inteligentes (*Smart Grids*).

Esta velocidade de desenvolvimento causa problemas para reguladores, políticos e planejadores que muitas vezes lutam para adaptar as estruturas institucionais e legais que levam anos, senão décadas para mudar. Também causa problemas significativos para a sociedade e as comunidades afetadas por essa mudança perturbadora. Cowie *et al.* (2020), elucidam como o trabalho de Newby trouxe clareza no entendimento sobre a disseminação das inovações tecnológicas em áreas rurais, afirmando que tanto o ambiente social e o contexto cultural influenciam o ritmo e a direção das mudanças no qual a inovação tecnológica surge a partir de mera invenção e disponibilidade, o que pode ser correlacionado ao trabalho de Polita e Madureira (2020) sobre a Perspectiva Multinível (*Multi Level Perspective*).

Cowie, Townsend e Saleminck (2020), concluem que criar uma ponte entre modelos endógenos e exógenos de desenvolvimento rural aliado ao conhecimento técnico vai além da abordagem do desenvolvimento econômico, para incluir redes de regulação e governança que decidem quais recursos são mobilizados pelas identidades fixas e as relações de poder consolidadas. Uma abordagem em rede para pesquisa em 4IR, portanto, precisa prestar atenção tanto ao aspecto físico das redes de tecnologias, mas também aos aspectos sociais e culturais de espaço e lugar, para que a digitalização não crie novos sistemas sociotécnicos que podem marginalizar ainda mais os territórios rurais.

De uma maneira geral, o desenvolvimento rural possui várias facetas que passam pela criação de novos produtos e serviços, buscando a redução dos custos e a constante ampliação para novos mercados e tecnologias inovadoras na hora de produzir. As escalas do desenvolvimento rural podem incluir em âmbito global as sociedades humanas e os tipos de agriculturas praticadas, pode atender as necessidades de regulação por meio dos serviços ecossistêmicos em escala local, regional e individual (Kageyama, 2004). Portanto, o desenvolvimento rural pode ser associado as várias atividades que garantam a segurança alimentar e nutricional, além da geração de renda.

A multifuncionalidade da agricultura está interligada à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, às práticas agrícolas mais sustentáveis, a valorização do conhecimento tradicional, do lazer e oferta de serviços contemplados no turismo e das interações entre o meio rural e o urbano.

CAPÍTULO 3 – AGRICULTURA BIOLÓGICA EM PORTUGAL

3.1 - A estratégia nacional da agricultura biológica

Em Portugal a Agricultura Biológica⁸ foi contemplada como política pública a partir de 2017, por meio da Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, que estabeleceu a Estratégia Nacional da Agricultura Biológica e o Plano de Ação para a promoção dos alimentos biológicos (Portugal, 2017). Uma das etapas do Plano de Ação foi a construção de uma plataforma responsável por reunir as informações sobre a agricultura biológica em Portugal. Desse modo, o Observatório Nacional da Produção Biológica é uma base de dados idealizada para coletar, tratar e divulgar informações sobre a produção, transformação, comercialização e consumo de alimentos biológicos, e dos mercados existentes.

A atual reforma da PAC 21/27 por meio da estratégia *Farm to Fork*, pretende, aumentar a agricultura biológica em 25% das terras agrícolas da União Europeia até 2030, desse modo, buscou-se levantar informações sobre a agricultura biológica em Portugal, e nas sub-regiões em estudo, no site do Observatório Nacional da Produção Biológica que pudessem descrever a realidade do setor na atualidade. Os seguintes indicadores foram analisados:

- Operadores de produção biológica;
- Distribuição da produção biológica por município e tipologia da atividade;
- Programa de Desenvolvimento Rural;
- Formações e credenciamento em produção biológica;
- Evolução das metas estratégicas para a Agricultura Biológica em Portugal.

3.1.1 – Operadores de produção biológica

Os operadores de produção biológica estão divididos nas categorias: produtores, processadores/transformadores, importadores, exportadores, produtores/aquicultura e outros (Tabela 9). A partir de 2017 o governo português iniciou a coleta de dados de diversos indicadores os quais possibilitam a tomada de decisões e a aplicação das políticas públicas nacionais e da PAC como forma de alcançar os objetivos propostos no âmbito da agricultura biológica.

⁸ A Agricultura Biológica é um modo de produção que visa produzir alimentos e fibras têxteis de elevada qualidade, saudáveis, ao mesmo tempo que promove práticas sustentáveis e de impacto positivo no ecossistema agrícola (<https://agrobio.pt/o-que-e-a-agricultura-biologica/>).

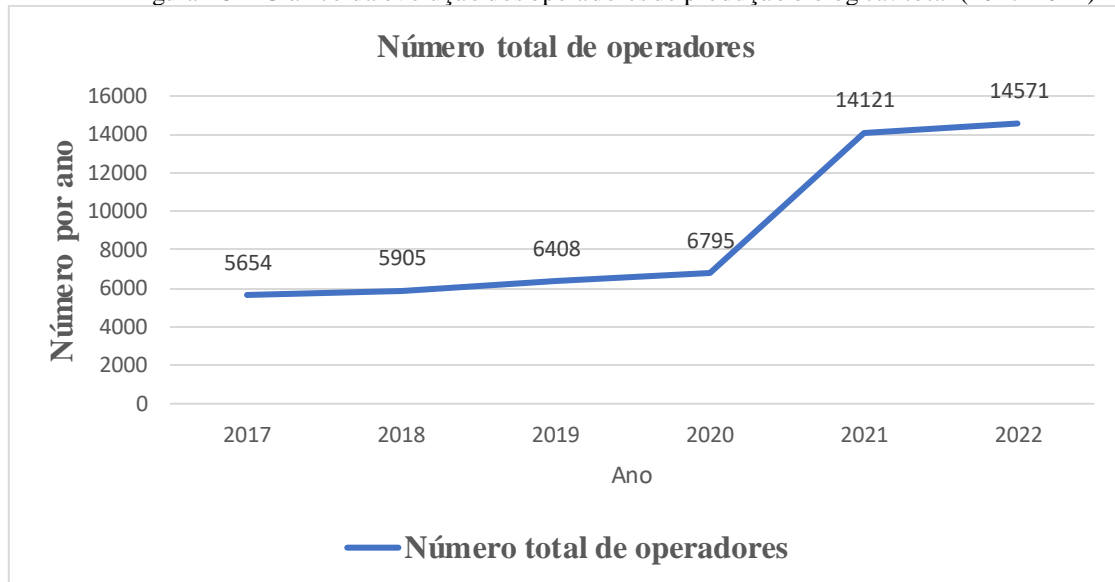
Tabela 9 – Operadores de produção biológica (2017-2022)

Ano	Operadores de Produção Biológica						
	Total	Produtores	Processadores/transformadores	Importadores	Exportadores	Produtores/aquicultura	Outros
2017	5654	4674	760	22	1	2	195
2018	5905	5213	788	33	23	11	218
2019	6408	5637	933	41	34	5	279
2020	6795	5945	1036	47	36	8	318
2021	14121	13263	1296	66	31	6	433
2022	14571	13573	1358	66	36	8	510

Fonte: Produção (producaobiologica.pt), 2023. Org.: a autora, 2024.

A (Figura 15) ilustra a evolução dos operadores de produção biológica em Portugal entre os anos de 2017 a 2022 a partir da implementação da Estratégia Nacional da Agricultura Biológica enquanto política pública.

Figura 15 – Gráfico da evolução dos operadores de produção biológica: total (2017-2022)



Fonte: Produção (producaobiologica.pt), 2023. Org.: a autora, 2024.

De acordo com os dados da (Tabela 9), e a (Figura 15), observou-se que o número de operadores de produção biológica cresceu progressivamente com destaque para 2021, que registrou um aumento de mais de 200% em relação a 2020, e manteve o crescimento em 2022, porém, de forma moderada.

Em territórios mais fragilizados com crescente êxodo rural, o investimento em estratégias territoriais que favoreçam o desenvolvimento sustentável poderá contribuir para a revitalização das áreas rurais. Essa dinâmica se deve ao fato de que muitos jovens agricultores com maior capacitação técnica e disponibilidade de usar inovação tecnológica, poderão migrar para os campos e iniciar uma atividade produtiva que tenha apoio e financiamento por parte do Estado via políticas públicas de fomento ao setor.

3.1.2 - Distribuição da produção biológica por município e tipologia da atividade

Nesse tópico foi abordada a distribuição da produção biológica por município e por tipologia da atividade. Desse modo, a (Tabela 10) indica como está a distribuição da agricultura biológica, nos municípios da sub-região do Alto Tâmega e da sub-região do Tâmega e Sousa.

Tabela 10 – Distribuição da produção biológica por município e tipologia

Municípios	Distribuição da produção biológica				Total
	Produção Animal	Tipologia Produção Vegetal	Preparação	Especificação da atividade *	
Boticas	1	4	3	(a)	(3)
Chaves	3	29	7	(a); (b); (c)	(5); (1); (1)
Montalegre	8	19	9	(a); (d)	(8); (1)
Ribeira de Pena	0	3	1	(a)	(1)
Valpaços	0	35	12	(a); (b); (c); (e)	(3); (7); (2); (5)
Vila Pouca de Aguiar	4	12	5	(a); (b); (d)	(2); (2); (1)
Amarante	1	19	5	(a); (b); (c); (f)	(1); (3); (1); (1)
Baião	2	27	5	(b); (c); (e)	(3); (2); (1)
Castelo de Paiva	0	7	2	(b); (g)	(1); (1)
Celorico de Basto	1	18	4	(a); (b); (c); (d); (3)	(3); (3); (1); (1); (1)
Cinfães	0	9	0	-	-
Felgueiras	0	3	0	-	-
Lousada	0	3	0	-	-
Marco de Canaveses	2	17	0	-	-
Paços de Aguiar	0	0	1	(f)	(1)
Penafiel	3	18	8	(a); (b); (c); (d); (e)	(4); (3); (1); (1); (1)
Resende	0	56	1	(b)	(1)

Fonte: Produção (producaobiologica.pt), 2023. Org.: a autora, 2024.

* Especificação da atividade:

- (a) Fabricação de outros produtos alimentares;
- (b) Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas;
- (c) indústria do vinho;
- (d) Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne;
- (e) Produção de óleos e gorduras animais e vegetais;
- (f) Indústria das bebidas;
- (g) Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amido, féculas e produtos a fins.

De acordo com os dados da (Tabela 10) a produção biológica na sub-região do Alto Tâmega é representada majoritariamente pela produção vegetal, dentro da categoria fabricação de outros produtos alimentares, Valpaços seguido de Chaves, são os principais municípios produtores. A tipologia dos preparadores foi a segunda mais expressiva indicando que a agroindústria tem forte presença, sendo Valpaços o município de maior relevância. A produção animal tem destaque em Montalegre e Vila Pouca de Aguiar onde estão as agroindústrias do abate, preparação e conservação da carne e seus produtos. Em Valpaços e Ribeira de Pena não há produção animal em modo biológico.

A produção vegetal é a atividade em modo biológico de maior destaque, seguida da preparação (agroindústrias) e em menor escala a produção animal. A Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas foi a categoria mais expressiva, demonstrando que as agroindústrias localizadas nos municípios mais ruralizados têm grande importância na geração

de emprego e renda, devido ao valor agregado que é conferido aos produtos após serem preparados, embalados e conservados para que possam abastecer os mercados consumidores mais exigentes, tanto no Norte e Centro da Europa como na Área Metropolitana do Porto e demais destinos a depender do tipo de produto biológico comercializado.

3.1.3 – Programa de Desenvolvimento Rural

O Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal – Continente, visa apoiar as atividades agrícolas e de produção de bens transacionáveis, direcionadas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais, baseadas na gestão sustentável dos recursos (PDR, 2020). De acordo com os dados do ONPB a distribuição dos investimentos associada à Valorização da Produção Agrícola, junto ao Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal – Continente, indicou que os recursos financeiros para a agricultura biológica oriundos das políticas agrícolas nacional e da União Europeia, na sub-região do Alto Tâmega e na sub-região do Tâmega e Sousa, ainda são baixos, levando-se em consideração a superfície total aprovada. A (Tabela 11), ilustra a distribuição dos investimentos associada à valorização da produção agrícola na Região Norte.

Tabela 11 – Distribuição dos investimentos na Região Norte de Portugal (2022)

NUT III	Nº Projetos	Distribuição dos investimentos – Valorização da Produção Agrícola			Superfície total aprovada (ha)
		Investimento total proposto (€)	Investimento elegível aprovado (€)	Apoio investimento (€)	
Alto Minho	72	12.032.543	7.951.692	4.193.028	194
Alto Tâmega	20	3.800.062	2.753.492	1.404.936	162
AMP*	20	1.908.146	1.281.174	690.730	23
Ave	29	4.571.617	2.928.062	1.569.086	51
Cávado	28	3.636.349	2.524.603	1.376.273	47
Douro	85	14.891.262	10.763.909	5.313.380	1.526
Tâmega e Sousa	71	11.299.092	7.674.256	4.109.595	225
Terras de Trás-os-Montes	134	25.849.820	19.668.635	9.539.036	2.830
Total	459	77.988.892	55.545.822	28.196.064	5.059

Fonte: Produção (producaobiologica.pt), 2023. Org.: a autora, 2024.

*AMP – Área Metropolitana do Porto

De acordo com os dados da (Tabela 11) a sub-região do Alto Tâmega aprovou a sexta maior superfície total com 162 hectares e recebeu o montante total de €2.753.492 (dois milhões setecentos e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e dois euros) e o apoio aos investimentos foi de €1.404.936 (1 milhão quatrocentos e quatro mil novecentos e trinta e seis euros). Enquanto que a sub-região do Tâmega e Sousa aprovou 225 hectares e recebeu o montante total de €7.674.256 (sete milhões seiscentos e setenta e quatro mil duzentos e cinquenta e seis euros) e o apoio aos investimentos foi de €4.109.595 (quatro milhões cento e nove mil quinhentos e noventa e cinco euros).

A diferença entre as superfícies aprovadas no Alto Tâmega e no Tâmega e Sousa foi de apenas 63 hectares e a distribuição dos recursos financeiros direcionados à melhoria das propriedades, das plantações, das benfeitorias, na compra de máquinas, e demais investimentos, apresentou uma diferença de €2.704.659 (dois milhões setecentos e quatro mil seiscentos e cinquenta e nove euros), entre as sub-regiões em estudo. Esses resultados demonstram que a educação e formação técnica dos agricultores e agricultoras são importantes para que os mesmos possam acessar os subsídios da PAC. Adequar a produção agrícola aos moldes da agricultura biológica requer capacitação e investimentos e ambos podem ser alcançados por meio de iniciativas como a das bio-regiões, pois esse modelo de gestão territorial visa a participação comunitária nas tomadas de decisões quanto à produção de alimentos e conservação dos recursos naturais.

Como forma de conhecer a realidade da produção biológica nas sub-regiões em estudo, a (Tabela 12) ilustra a distribuição dos investimentos por município.

Tabela 12 – Distribuição dos investimentos por município (2019)

Distrito/ Sub-região	Municípios	Distribuição dos investimentos por município				
		Investimento total proposto (€)	Investimento elegível aprovado (€)	Apoio investimento (€)	Superfície total aprovada (ha)	Setor principal*
Vila Real/Alto Tâmega	Boticas	212.161	167.783	78.300	1	(a)
Vila Real/Alto Tâmega	Chaves	743.979	520.521	258.242	17	(a); (b); (c); (d)
Vila Real/Alto Tâmega	Montalegre	308.465	198.153	99.077	4	(e); (f)
Vila Real/Alto Tâmega	Ribeira de Pena	1.273.785	861.356	503.314	16	(a); (d)
Vila Real/Alto Tâmega	Valpaços	1.261.671	1.005.678	466.003	124	(a); (c); (g)
Vila Real/Alto Tâmega	Vila Pouca de Aguiar	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Porto/ Tâmega e Sousa	Amarante	1.265.282	779.329	434.604	11	(d); (f)
Porto/ Tâmega e Sousa	Baião	3.223.278	2.179.332	1.129.653	92	(c); (d); (f); (h)
Aveiro/ Tâmega e Sousa	Castelo de Paiva	280.555	217.138	101.452	13	(d); (f)
Braga/ Tâmega e Sousa	Celorico de Basto	989.307	685.586	378.066	18	(b); (d); (f); (g); (j);
Viseu/Tâmega e Sousa	Cinfães	1.234.606	815.836	437.680	24	(d); (f); (j); (k)
Porto/ Tâmega e Sousa	Felgueiras	120.359	74.864	37.432	1	(f)
Porto/ Tâmega e Sousa	Lousada	478.909	326.636	177.478	4	(d); (i)
Porto/ Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	1.633.762	1.117.182	634.202	21	(b); (c); (e); (f)
Porto/ Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Porto/ Tâmega e Sousa	Penafiel	1.032.772	726.516	403.109	19	(b); (d); (f); (h)
Viseu/ Tâmega e Sousa	Resende	1.040.261	751.836	375.918	22	(f); (h); (j)

Fonte: Produção (producaobiologica.pt), 2023. Org.: a autora, 2024.

* (a) Apicultura; (b) Cultura de especiarias, plantas aromáticas, medicinais; (c) cultura de frutos de casca dura/frutos secos; (d) cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos; (e) Cultura de frutos tropicais e sub-tropicais; (f) Cultura de pequenos frutos de baga; (g) Viticultura; (h) Cultura de outros frutos em árvores e arbustos; (i) Outras culturas permanentes; (j) Cultura de pomóideas e prunóideas; (k) Cultura de citrinos

Conforme os dados da (Tabela 12) a agricultura biológica nos municípios da sub-região do Alto Tâmega apresentou como destaque, a produção vegetal de frutos de casca dura e secos, os frutos de baga, os frutos tropicais, subtropicais e as uvas. A produção de plantas hortícolas, aromáticas e medicinais também se configuraram como culturas importantes. A produção animal biológica em Boticas foi representada pela apicultura. Em Chaves, Ribeira de Pena e Valpaços a apicultura também se destacou.

A sub-região do Tâmega e Sousa apresentou uma maior variedade de culturas agrícolas em modo de produção biológico, com destaque para os pequenos frutos de baga, como os mirtilos e morangos que têm como principal destino o abastecimento dos mercados consumidores do Norte e Centro da Europa. As culturas hortícolas também se destacaram.

As espécies frutíferas de modo geral, são as principais culturas em modo de produção biológico nas duas sub-regiões em estudo, seguido das hortícolas, da apicultura e das plantas aromáticas e medicinais.

As maiores áreas aprovadas em modo de produção biológico entre os municípios da sub-região do Alto Tâmega e da sub-região do Tâmega e Sousa foi em Valpaços com 124 hectares e em Baião com 92 hectares, respectivamente, contempladas com subsídios das políticas agrícolas nacional e da PAC. O que permite inferir que ao longo do tempo as sub-regiões em estudo poderão ser beneficiadas com as novas regras da PAC 21/27, devido ao modelo inovador das bio-regiões e do SIPAM, e principalmente, pelas diretrizes dessa política pública que além da valorização da Agroecologia, pretende converter 25% das terras agricultáveis da União Europeia com Agricultura Biológica.

3.1.4 – Formações e credenciamento em produção biológica

A Agricultura Biológica é baseada em uma matriz de conhecimentos técnico-científicos que visa a produção de alimentos e fibras têxteis de alta qualidade, por meio de práticas agrícolas de baixo impacto ambiental. Nesse contexto, é imprescindível a capacitação dos agricultores e dos profissionais de assistência técnica sobre o manejo dos agroecossistemas em modo de produção biológico, para que os processos produtivos possam ser certificados, permitindo a comercialização dos produtos em mercados mais exigentes.

Apesar dos custos com a certificação dos processos produtivos serem elevados para a maioria dos agricultores e agricultoras, eles precisam atender as exigências solicitadas para que possam ser beneficiários dos subsídios dessa política pública. Desse modo, a oferta de cursos de formação e capacitação dos produtores rurais e técnicos é uma estratégia importante do governo português no âmbito da Estratégia Nacional da Agricultura Biológica.

A (Tabela 13) ilustra o total das ações de formação, os certificados emitidos e o número de técnicos credenciados em modo de produção biológico, entre 2011 a 2022, nos municípios das duas sub-regiões em estudo segundo o Observatório Nacional da Produção Biológica.

Tabela 13 – Formações e credenciamento em produção biológica

Municípios	Ações de Formação	Certificados Formação	Técnicos Credenciados
	2011 a 2022	2011 a 2022	2011 a 2022
Anos			
Boticas	2	32	2
Chaves	8	120	6
Montalegre	2	16	3
Ribeira de Pena	1	0	0
Valpaços	39	591	8
Vila Pouca de Aguiar	4	60	1
Amarante	0	0	5
Baião	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Castelo de Paiva	0	0	1
Celorico de Basto	0	0	4
Cinfães	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Felgueiras	0	0	1
Lousada	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Marco de Canaveses	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Paços de Ferreira	0	0	2
Penafiel	0	0	3
Resende	7	133	3

Fonte: Produção (producaobiologica.pt), 2023. Org.: a autora, 2024.

Conforme os dados da (Tabela 13) os cursos de formação para agricultores e técnicos em modo de produção biológico na sub-região do Alto Tâmega, apresentou o município de Valpaços como principal local de capacitação, seguido do município de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Boticas e Montalegre. Em Ribeira de Pena apesar de ter sido ofertada uma ação de formação, não foram registrados certificados nem a presença de técnicos credenciados.

De um modo geral, ao longo do período de análise foi verificado que na sub-região do Alto Tâmega a agricultura biológica é uma atividade que despertou o interesse de um número considerável de agricultores e agricultoras nos 56 cursos de formação ofertados, com um total de 819 certificados emitidos e 25 técnicos credenciados. Lembrando que são territórios de baixa densidade demográfica, envelhecidos e com forte presença da agricultura como base das atividades econômicas.

A sub-região do Tâmega e Sousa apresentou dinâmica diferente quanto aos cursos de formação em modo de produção biológico ao longo do período de análise, apenas o município de Resende ofereceu 7 ações de formação, emitiu 133 certificados e credenciou 3 técnicos para trabalhar com a agricultura biológica. A presença de assistência técnica foi registrada nos demais municípios, com exceção de Baião, Cinfães, Marco de Canaveses e Lousada que não dispunham de informações na base de dados pesquisada. Os municípios mais ruralizados, possuem alto índice de envelhecimento populacional, o que afeta diretamente a propensão aos riscos e a inovação.

Fazer parte da Rede Internacional das Bio-regiões poderá trazer outra perspectiva quanto a gestão dos territórios rurais, elencando a agricultura biológica como principal atividade econômica nos municípios que têm a economia baseada na agricultura e dessa forma,

atrair mais pessoas interessadas nesse modelo de produção sustentável de alimentos, especialmente os jovens.

3.1.5 – Metas da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica em Portugal

O governo português estabeleceu um período de dez anos, entre 2017 a 2027, para que o setor da agricultura biológica no país alcançasse maior expressividade em termos de áreas cultivadas com produtos competitivos, alta rentabilidade comercial, tanto no mercado interno quanto para exportação (Portugal, 2017).

Foram estabelecidas dez metas estratégicas:

- Duplicar a área de Agricultura Biológica em 12% na superfície agrícola utilizada do país;
- Triplicar as áreas de hortifrutis, leguminosas, oleaginosas, cereais, frutos secos e demais culturas vegetais destinadas ao consumo direto ou agroindústria;
- Duplicar a produção pecuária e aquicultura em modo de produção biológico, em especial, os suínos, aves caipiras coelhos e apicultura;
- Aumentar o consumo de produtos biológicos em 50%;
- Triplicar a disponibilidade de produtos biológicos nacionais no mercado.

As metas vinculadas à Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica em Portugal, apresentaram evolução em alguns tópicos ao longo do período de análise, conforme os dados da (Tabela 14).

Tabela 14 – Metas da Estratégia Nacional (2017-2027)

Evolução das metas estratégicas para a Agricultura Biológica em Portugal				
Metas	Tipo de estratégia	2017 (início)	2022	2027 (fim)
Duplicar a área de agricultura biológica	Operadores de PB	239864	759977	479728
Triplicar as áreas de culturas vegetais destinadas ao consumo	Operadores de PB	47020	337606	141060
Duplicar a produção pecuária e aquícola	Operadores de PB	328749	216259	657498
Duplicar a capacidade interna de transformação	Operadores de PB	819	1358	1638
Duplicar o número de técnicos credenciados	Formação em PB	512	720	1024
Aumentar em 20% a capacidade de oferta formativa	Formação em PB	87	891	104

Fonte: Produção (producaobiologica.pt), 2023. Org.: a autora, 2024.

Os dados da (Tabela 14) indicam que as metas estabelecidas no Plano de Ação do governo português junto a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica, têm evoluído de maneiras distintas. As estratégias de aumento do número de operadores de produção biológica, duplicar a área de agricultura biológica e triplicar as áreas de culturas vegetais destinadas ao consumo, ultrapassaram em 2022 os valores estabelecidos para 2027, o que demonstra a ação

do governo português no apoio das metas em questão. A meta de duplicar a produção pecuária e aquícola, tem resultados aquém do objetivo final indicando que há necessidade de maiores investimentos nesses setores. A meta de duplicar a capacidade interna de transformação apresenta evolução crescente quase próxima ao valor estabelecido para 2027.

A meta de duplicar o número de técnicos credenciados tem por objetivo certificar 1024 profissionais até 2027. Em 2022 foram certificados 720 profissionais e desse total, 20 técnicos foram certificados na sub-região do Alto Tâmega e 14 técnicos na sub-região do Tâmega e Sousa.

E por fim, a meta de aumentar em 20% a capacidade de oferta formativa, alcançou em 2022, o total de 891 cursos de formação valor bem superior ao estabelecido para 2027 que é de 104 ações de formação, o que demonstra a importância da disseminação dos conhecimentos técnicos e do apoio de políticas públicas para que os objetivos da União Europeia em atingir 25% das terras agricultáveis com Agricultura Biológica seja alcançado.

3.1.6 – A Agricultura Biológica em Portugal segundo o último Censo Agrícola

Na atualidade os principais fatores associados à competitividade da agricultura portuguesa e sua inserção nas Cadeias de Valor Global (CVG) são os custos do trabalho, do capital e da energia. De acordo com Domingues e Alves (2020), a inserção do capital estrangeiro no setor primário fortemente influenciado pela liberalização do comércio internacional resultou na integração das atividades agrícolas e florestais às CVG, gerando ganhos de eficiência no uso dos recursos e das vantagens relativas às economias dos países. A agricultura portuguesa apresenta forte dependência externa das atividades que se configuram como serviços. A *decommodification* ou diferenciação dos produtos agrícolas impulsionou a criação de novos fatores de competitividade como a mecanização e a robotização do processo produtivo. O aumento na qualidade das mercadorias e das informações quanto aos aspectos produtivos, criação de marcas, aspectos ambientais e na diferenciação, gera maior reconhecimento dos serviços no valor agregado da produção. É a especialização das tarefas em vez de produtos que caracteriza a CVG, como processo que resulta em bens prontos para o consumo final contribuindo para o crescimento econômico do país, mais do que o valor total dos fluxos comercializados.

Analisando-se os dados do último Recenseamento Agrícola de Portugal (RA) realizado em 2019, observou-se que o país possui cadeias produtivas altamente especializadas, a exemplo do olival, das amêndoas, do vinho, e atualmente, dos pequenos frutos de baga, como os mirtilos,

framboesas e amoras que abastecem o mercado consumidor no Norte da Europa. A tendência do setor primário português em direcionar-se ao mercado de exportação é uma realidade também no setor da Agricultura Biológica, em que a produção de carne oriunda da pecuária biológica aumentou progressivamente ao longo da última década. As pastagens permanentes e os campos cultivados com forragens para alimentação animal ocuparam lugar de destaque dentro do setor biológico no país. A produção de carne biológica portuguesa visa atender, principalmente, os mercados do Reino Unido, Alemanha e França.

Os indicadores analisados segundo o último Censo Agrícola de 2019 foram:

- Propriedades em modo de produção biológico por região agrária;
- Culturas temporárias;
- Pecuária biológica;
- Dimensão média das propriedades rurais em modo de produção biológico;

Os dados do RA (2019) demonstraram que a agricultura biológica portuguesa registrou o número de 4 mil propriedades agrícolas certificadas, contabilizando um aumento de 214% entre 2009 a 2019, ou seja, as propriedades agrícolas certificadas triplicaram na última década. Consumidores mais conscientes e a redução de atravessadores, contribuíram para esse aumento no número de produtores que aderiram a sistemas biológicos. Ao todo são 210 mil hectares, 5,3% da superfície agrícola total utilizada em Portugal destinada à agricultura biológica. De acordo com a (Tabela 15), as áreas destinadas a pastagens permanentes ocupam 70% do total da superfície utilizada para a produção em modo biológico, e os prados temporários e culturas forrageiras, destinadas à produção da pecuária biológica ocupam 9,2%.

Tabela 15 – Propriedades em modo de produção biológico por região agrária

Região Agrária	Propriedades agrícolas certificadas para produção biológica			SAU de produção biológico			
	Propr. (n.º)	Importância Regional (%)	Varição 2009 -2019 (%)	(ha)	Importância Regional (%)	Importância no total de SAU (%)	Varição 2009 -2019 (%)
Portugal	3 950	100,0	214,0	209 924	100,0	5,3	112,2
Continente	3 728	94,4	219,2	209 104	99,6	5,4	112,0
Entre Douro e Minho	412	10,4	428,2	1 370	0,7	0,6	111,2
Trás-os-Montes	1162	29,4	222,8	17 958	8,6	4,0	145,3
Beira Litoral	223	5,6	457,5	713	0,3	0,5	137,9
Beira Interior	713	18,1	137,7	44 236	21,1	11,3	72,4
Ribatejo e Oeste	302	7,6	319,4	12 823	6,1	3,1	132,5
Alentejo	840	21,3	186,7	131 234	62,5	6,1	124,7
Algarve	76	1,9	204,0	772	0,4	0,8	-1,8
Açores	81	2,1	350,0	670	0,3	0,6	304,7
Madeira	141	3,6	95,8	150	0,1	3,3	28,9

Fonte: Recenseamento Agrícola de Portugal, 2019. Org.: a autora, 2024.

Nas Terras de Trás-os-Montes na Região Norte registraram-se 1.162 propriedades agrícolas em modo de produção biológico distribuídas em 17.958 hectares, o que corresponde a 8,6% da superfície agrícola utilizada com agricultura biológica, foi a Região Agrária com maior expressividade, alcançando 29,4% em termos de importância regional, em seguida a

Região do Alentejo, com 840 propriedades agrícolas representando 21,3% de importância regional, e, em termos de área cultivada a região mais representativa, concentrando dois terços do total. A variação da atividade na última década apresentou resultados que confirmam a tendência de aumento do cultivo orgânico nas terras agrícolas europeias.

As regiões agrárias de Entre Douro e Minho e da Beira Litoral, apresentaram valores quanto a importância no total da superfície agrícola utilizada, de 0,6% e 0,5%, respectivamente, valores bem abaixo da média nacional que foi de 5,4% para o continente. Em relação ao último levantamento de 2009, a evolução da agricultura biológica nessas regiões agrárias, resultou em aumentos de 428,2% e 457,5%, respectivamente, são regiões caracterizadas pela presença dos minifúndios, ou seja, propriedades com tamanhos médios de 3 hectares, portanto, são propriedades pequenas da agricultura familiar inseridas próximas às áreas mais urbanizadas de Portugal. Apenas a região agrária do Algarve apresentou retração de 1,8% na superfície agrícola utilizada, as demais regiões evoluíram positivamente na última década.

A Região Agrária do Alentejo no Sul de Portugal, possui 840 propriedades rurais distribuídas em 131.234 hectares que correspondem a 62,5 % da área total destinada ao modo de produção biológico. A concentração de terras na região agrária do Alentejo é uma realidade identificada desde o século XIX, como visto anteriormente na época da implantação da política da “Campanha do Trigo”. O que se verificou ao longo do tempo foram as mudanças no uso do solo adaptadas as novas conjunturas globais, na atualidade, a especialização das atividades produtivas permitiu que Portugal se inserisse no mercado comum da União Europeia e de países parceiros, especialmente, com a exportação de produtos atrelados à *decommodification*, ou seja, à diferenciação dos produtos agrícolas que possibilita um maior ganho na balança comercial do país.

De acordo com a (Tabela 15) a região da Beira Interior ocupou o terceiro lugar com 713 propriedades rurais distribuídas em 44.236 hectares, demonstrando que essa região apresenta expansão das fronteiras agrícolas além de registrar o maior índice de importância no total da SAU com 11,3%, o que demonstra a possibilidade de crescimento do setor. Na região do Ribatejo e Oeste foram contabilizadas 302 propriedades rurais distribuídas em 12.823 hectares, e com 6,1% da importância no total da SAU em modo de produção biológico, foi o segundo maior índice, o que permitiu inferir sobre a importância da proximidade da Área Metropolitana de Lisboa na dinâmica dessa região agrária que apresentou uma variação positiva de 319,4% em relação a última década.

Do mesmo modo, as regiões da Beira Litoral e de Entre Douro e Minho registraram as maiores variações, 457,5% e 428,2%, respectivamente, o que denota a importância da

proximidade dos mercados consumidores presentes nas áreas mais urbanizadas do país como a Área Metropolitana do Porto e de Aveiro, respectivamente.

3.1.7 - Culturas temporárias

No segmento das culturas temporárias as forragens e os cereais para grão foram as que mais se destacaram, confirmando a tendência da pecuária biológica como o setor mais expressivo. Enquanto que no segmento das culturas permanentes, o olival registrou 20,9 mil ha, os frutos de casca dura 10,5 mil ha, a vinha 4 mil ha, os frutos frescos com 1,8 mil ha e deste, os frutos pequenos de baga, como os mirtilos e framboesas, foi o setor de melhor representatividade, registrando 12,4% o maior crescimento entre todas as culturas permanentes em modo de produção biológico. Esse aumento se deve à grande demanda dos mercados consumidores em países mais ricos do Norte da Europa, o que estimula a especialização e aumento das áreas produtivas inseridas na lógica da *decommodification*.

Nesse sentido, a (Tabela 16) ilustra os dados referentes aos tipos de culturas temporárias e permanentes em Agricultura Biológica em Portugal por região agrária.

Tabela 16 - Tipos de cultivos temporários e permanentes por região agrária

Região Agrária	Culturas temporárias em produção biológica					Culturas permanentes em produção biológica				
	Prop. (n.º)	(ha)	Importância Regional (%)	Importância na SAU em modo biológico (%)	Varição 2009 – 2019 (%)	Prop. (n.º)	(ha)	Importância Regional (%)	Importância na SAU em modo biológico (%)	Varição 2009 - 2019 (%)
Portugal	1 318	25 951	100,0	12,4	78,8	2 920	38 873	100,0	18,5	134,9
Continente	1 206	25 842	99,6	12,4	78,4	2 751	38 720	99,6	18,5	134,7
Entre Douro e Minho	164	259	1,0	18,9	256,7	241	727	1,9	53,1	-10,4
Trás-os-Montes	78	396	1,5	2,2	30,9	1 073	15 831	40,7	88,2	-82,7
Beira Litoral	75	216	0,8	30,2	47,2	172	426	1,1	59,7	25,8
Beira Interior	264	4 966	19,1	11,2	16,3	510	6 652	17,1	15,0	-86,9
Ribatejo e Oeste	181	1 874	7,2	14,6	26,6	190	1 238	3,2	9,7	-74,7
Alentejo	410	17 876	68,9	13,6	122,6	512	13 355	34,4	10,2	-89,8
Algarve	34	256	1,0	33,1	40,1	53	491	1,3	63,6	-77,6
Açores	44	77	0,3	11,5	1139,0	41	48	0,1	7,1	747,1
Madeira	68	32	0,1	21,2	35,4	128	106	0,3	70,4	160,5

Fonte: Recenseamento Agrícola de Portugal, 2019. Org.: a autora, 2024.

Em Portugal as culturas temporárias em modo de produção biológico representam 12,4% da importância na superfície agrícola utilizada (SAU), as regiões do Algarve e da Beira Litoral registraram mais de 30% de importância na SAU, seguido da Região Autónoma da Madeira com 21,2% o que demonstra o direcionamento do uso do solo para culturas altamente especializadas inseridas na lógica das cadeias produtivas de alto valor agregado.

Enquanto que a região de Trás-os-Montes registrou 2,2% de importância na SAU em culturas temporárias, valor abaixo dos 10%, o que demonstra o uso do solo preferencialmente para culturas permanentes que necessitem de baixa aração dos solos de forma constante.

A região de Entre Douro e Minho registrou 18,9% de importância na SAU e uma variação de 256,7% em relação à última década 2009 a 2019, a proximidade com mercado consumidor da Área Metropolitana do Porto e de canais de escoamento da produção como portos e aeroportos favorecem a exportação para outros Estados-Membros, o que pode justificar o aumento da produção biológica nessa região agrária.

De acordo com a (Tabela 16) as culturas permanentes em modo de produção biológico em termos de importância regional estão majoritariamente representadas pelas regiões agrárias de Trás-os-Montes e Alentejo, com 40,7% e 34,4%, respectivamente. A região da Beira Interior registrou 17,1%, e as demais regiões agrárias não ultrapassaram os 5%.

Em relação a importância na SAU em Portugal as culturas permanentes em modo de produção biológico ocuparam 18,5%, no entanto, a região de Trás-os-Montes apresentou a maior expressividade com 88,2%, seguida da Região Autónoma da Madeira com 70,4%, o Algarve com 63,6%, a Beira Litoral com 59,7% e Entre Douro e Minho 53,1%. As demais regiões não ultrapassaram os 20%, são regiões que apresentam o uso do solo com atividades ligadas à pecuária biológica.

3.1.8 – Pecuária Biológica

Considerando o histórico de uso e ocupação dos solos durante a “Campanha do Trigo” citada em outro tópico dessa pesquisa, é possível identificar que na região do Alentejo mantêm-se os padrões de concentração de terras distribuídas em poucas propriedades rurais, e que na atualidade são orientadas para a produção de commodities para exportação.

As terras aráveis classificadas como solos constantemente revolvidos destinados ao cultivo de plantas anuais como cereais, leguminosas, batatas, hortaliças, são também destinadas ao cultivo de plantas forrageiras para alimentação animal. O setor da pecuária biológica⁹ em Portugal foi o mais representativo e demonstra a orientação do segmento da agricultura biológica para a produção de carne de alto valor agregado.

⁹ A Pecuária Biológica é uma forma de produção de animais, devidamente regulamentada por normas europeias, designadamente o Regulamento (UE) n.º 2018/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho, na sua versão consolidada (http://www.vetbiblios.pt/PECUARIA_BIOLOGICA/Pecuaria_Biologica.htm)

O sistema agro-silvo-pastoril que utilizava o gado pra fertilizar os solos foi rompido no passado para dar lugar ao uso do modelo químico-mecânico, na atualidade retorna no segmento da agricultura biológica.

Os dados apresentados na (Tabela 17) indicam a distribuição da pecuária bovina em modo de produção biológico nas regiões agrárias de Portugal.

Tabela 17 – Distribuição da pecuária em modo de produção biológico (continua)

Região Agrária	Pastagens permanentes em produção biológica					Bovinos em produção biológica			
	Propri. (n.º)	(ha)	Importância Regional (%)	Importância na SAU em modo biológico (%)	Variação 2009 -2019 (%)	Propri. (n.º)	Nº de cabeças	Importância Regional (%)	Variação 2009 - 2019 (%)
Portugal	1 038	145 100	100,0	69,1	113,8	613	73 068	100,0	127,4
Continente	1 001	144 542	99,6	69,1	113,6	596	72 537	99,3	127,3
Entre Douro e Minho	88	383	0,3	28,0	25,0	81	3 956	5,4	474,2
Trás-os-Montes	74	1 731	1,2	9,6	109,3	25	819	1,1	153,6
Beira Litoral	13	72	0,0	10,0	334,5	3	23	0,0	-72,6
Beira Interior	326	32 617	22,5	73,7	86,5	172	13 304	18,2	87,6
Ribatejo e Oeste	19	9 711	6,7	75,7	195,6	7	4 266	5,8	217,2
Alentejo	479	100 003	68,9	76,2	120,5	306	50 157	68,6	124,4
Algarve	2	25	0,0	3,2	-93,2	2	12	0,0	-60,0
Açores	31	545	0,4	81,4	253,0	16	521	0,7	150,5
Madeira	6	13	0,0	8,4	-71,3	1	10	0,0	-37,5

Fonte: Recenseamento Agrícola de Portugal, 2019. Org.: a autora, 2024.

Os dados da (Tabela 17) indicam que Portugal possui 1038 propriedades rurais distribuídas em 145.100 hectares que se dedicam ao cultivo de pastagens permanentes. Um aumento de 113,8% entre 2009 a 2019. A região agrária do Alentejo apresentou 479 propriedades agrícolas que ocupam 100.003 hectares de pastagens permanentes com 68,9% de importância regional e com 76,2% de importância na SAU em modo de produção biológico, seguido da região da Beira Interior com 326 propriedades distribuídas em 32.617 hectares e com 73,7% de importância na SAU. As demais regiões apresentaram valores abaixo dos 10 mil hectares, no entanto, têm sua importância no conjunto da produção nacional e regional.

A pecuária bovina em modo biológico em Portugal aumentou na última década 127% e contabilizou 73.068 cabeças de animais distribuídas em 613 propriedades rurais. No Alentejo foram identificadas 306 propriedades que somam 50.157 cabeças de gado com 68,6% de importância regional. É possível identificar a concentração de terras distribuída em poucas propriedades rurais, divergindo substancialmente das demais regiões, tanto em termos de áreas de pastagens permanentes quanto ao número de cabeças de gado que compõem o rebanho total.

Esses dados indicam o direcionamento da agricultura biológica em Portugal para o setor da pecuária, essa constatação pode ser justificada por alguns indícios como a histórica concentração de terras na região por parte das elites agrárias, tanto em sua forma singular como na figura das sociedades agrícolas, também pode ser pelas condições edafoclimáticas e

topografia mais suave quando comparadas ao Norte do país, pode ser pelas regras da PAC que de modo geral, sempre beneficiou as maiores áreas para pagamento dos subsídios e, por fim a inserção da carne biológica portuguesa em mercados consumidores mais exigentes e de alto poder aquisitivo no Reino Unido, França e Alemanha.

A Região da Beira Interior com 326 propriedades rurais distribuídas em 32.617 hectares, segue uma clara expansão das fronteiras agrícolas. A pecuária bovina é encontrada nessa região em 172 propriedades rurais que somam 13.304 cabeças de gado. As demais regiões apresentaram dados relativos às pastagens permanentes e de cabeças de gado, bem abaixo das regiões do Alentejo e Beira Interior.

De um modo geral a variação entre 2009 a 2019 foi positiva em todas as regiões para o segmento das pastagens permanentes, com exceção da região do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. Os dados relativos às cabeças de gado bovino apresentaram evolução positiva na última década em todas as regiões agrárias, com exceção da Beira Litoral e da Região Autónoma da Madeira.

Os rebanhos de gado ovino e de suínos foram identificados na (Tabela 18), o que permitiu a análise da produção biológica em Portugal, essas atividades tendem ao longo do tempo apresentar alto valor agregado como forma de inserção em mercados consumidores mais exigentes.

Tabela 18 – Pecuária suína e ovina em modo de produção biológico

Região Agrária	Propriedade. (n.º)	Suínos em produção biológica			Ovinos em produção biológica			
		Nº cabeças	Importância Regional (%)	Varição 2009 - 2019 (%)	Propriedade de. (n.º)	Nº cabeças	Importância Regional (%)	Varição 2009 - 2019 (%)
Portugal	41	4 386	100,0	-24,2	278	78 557	100,0	22,0
Continente	37	4 328	98,7	-25,1	272	78 518	100,0	21,9
Entre Douro e Minho	2	72	1,6	323,5	8,0	203,0	0,3	-24,8
Trás-os-Montes	4	173	3,9	174,6	20,0	2 561,0	3,3	-25,0
Beira Litoral	2	28	0,6	133,3	4,0	155,0	0,2	192,5
Beira Interior	2	370	8,4	1581,8	72,0	20 162,0	25,7	-9,6
Ribatejo e Oeste	0	0	0,0	-100,0	5,0	806,0	1,0	83,2
Alentejo	27	3 685	84,0	-5,0	160,0	53 552,0	68,2	47,6
Algarve	0	0	0,0	0,0	3,0	1 079,0	1,4	-35,0
Açores	3	28	0,6	250,0	2,0	13,0	0,0	333,3
Madeira	1	30	0,7	//	4,0	26,0	0,0	//

Fonte: Recenseamento Agrícola de Portugal, 2019. Org.: a autora, 2024.

Em Portugal o rebanho de suínos em modo biológico registrou 4.386 cabeças, distribuídas em 41 propriedades rurais, sendo que a maior concentração foi na região agrária do Alentejo que apresentou 27 propriedades, totalizando 3.685 animais, ou seja, são 84% da suinocultura biológica concentrada nessa região.

Nos últimos 10 anos houve queda no setor em 24%, como possível resposta para esse decréscimo pode ser atribuído as maiores exigências para ganhar a certificação da atividade, o que afeta diretamente os produtores menos capitalizados além de consumidores que exigem práticas de bem-estar animal. Produtores menos capitalizados que não conseguiram adequar-se as exigências previstas nas regras de produção e comercialização da PAC podem ter abandonado a atividade, o que pode responder, portanto, a esse resultado de decréscimo na suinocultura biológica portuguesa.

Em relação ao rebanho de ovinos houve aumento de 22% entre 2009 a 2019, foram registrados 78.557 cabeças distribuídas em 278 propriedades, das quais 160 estão localizadas na região do Alentejo com um rebanho de 53.552 cabeças de animais. A Beira Interior registrou 20.162 cabeças distribuídas em 72 propriedades rurais. A região do Alentejo apresentou 68,2% de importância regional seguida da Beira Interior com 25,7%. As demais regiões apresentaram dados de importância regional abaixo dos 5%. Pode-se notar a estruturação da cadeia produtiva da agricultura biológica de forma intensiva na região do Alentejo, desde a produção da alimentação animal, aos rebanhos, assistência técnica e certificações que direcionam a produção a exportação.

3.1.9 - Dimensão média das propriedades rurais em modo de produção biológico

Comparando-se os dados da (Tabela 19) foi possível identificar a evolução da dimensão média das propriedades rurais com agricultura biológica em Portugal, entre 2009 a 2019. A média nacional ficou por volta dos 53 hectares, um valor bem acima da média das propriedades voltadas à agricultura convencional que segundo o RA de 2019 foi de 13 hectares.

No entanto, a variação entre as regiões agrárias demonstra que existe o direcionamento do uso do solo para a pecuária bovina com a região do Alentejo apresentando em média 156 hectares/propriedade agrícola, seguido da Beira Interior com 62 hectares, valores acima da média nacional e em forte contraste com as regiões de Entre Douro e Minho e Beira Litoral que apresentaram 3 hectares cada. O histórico de manutenção da estrutura fundiária em grandes latifúndios na região agrária do Alentejo, demonstra que o modelo dominante de maximização do ganho em escala por meio da concentração de terras e aumento da produtividade é encontrado também no setor da Agricultura Biológica portuguesa.

Em contrapartida, as regiões da Beira Litoral e de Entre Douro e Minho apresentaram os valores mais baixos de áreas médias no continente, são regiões com forte urbanização, devido

ao movimento de litoralização da população portuguesa, além da topografia que pode explicar o tamanho pequeno das propriedades rurais consideradas como minifúndios.

A (Tabela 19) ilustra a dimensão média das propriedades rurais em modo de produção biológico com base nos dados do RA (2019). É possível verificar os valores atribuídos às áreas médias em hectares, entre as regiões agrárias portuguesas e a discrepância em comparação com o valor da área média para o país.

Tabela 19 – Área total, nº de produtores e área média das propriedades (2019)

Regiões Agrárias	Área ha	Produtores nº	Área média ha
Portugal	209 924	3 950	53
Continente	209 104	3 728	56
Entre Douro e Minho	1 370	412	3
Trás-os-Montes	17 958	1 162	15
Beira Litoral	713	223	3
Beira Interior	44 236	713	62
Ribatejo e Oeste	12 823	302	42
Alentejo	131 234	840	156
Algarve	772	76	10
Açores	670	81	8
Madeira	150	141	1

Fonte: Recenseamento Agrícola de Portugal, 2019. Org.: a autora, 2024

Nesse contexto, é possível compreender como a categoria dos prados temporários e as forragens configuram como as culturas temporárias de maior predomínio dentro do segmento da Agricultura Biológica, isso porque são à base da alimentação da pecuária em modo biológico. As áreas que podem ser aradas tiveram o seu direcionamento na última década, principalmente, para o cultivo de forragens e leguminosas para alimentação animal, é a especialização do uso da terra como forma estratégica de adentrar nos mercados consumidores mais exigentes da União Europeia, sendo a carne um produto que apresenta alto valor agregado permite margens de lucros consideráveis aos produtores rurais.

Os cereais para grão ocuparam o segundo lugar com 3 mil hectares, seguido das hortaliças com 1,8 mil hectares e as leguminosas secas para grãos com 1,1 mil hectares. Esses dados também refletem o uso das terras aráveis para produtos que subsidiam a alimentação animal na pecuária biológica. As hortaliças apresentaram o uso do solo em termos de área cultivada inferior aos cereais e leguminosas para grãos. Esse resultado demonstra que o consumo dos produtos *in natura* pela população em Portugal ainda é baixo, provavelmente, devido aos preços dos alimentos biológicos que são altos para o padrão salarial da maior parte da população.

3.2 - O Plano Estratégico de Portugal para a Agricultura Biológica

No âmbito da nova Política Agrícola Comum 2021/2027 a agricultura biológica está definida no Plano Estratégico de Portugal, disponibilizado pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP Eixo A, 2022) como uma das intervenções do eixo A no subitem A.3, referente ao domínio da Sustentabilidade, ligada aos ecorregimes que também é composto por outras intervenções descritas a seguir:

- Eixo A – Rendimento e Sustentabilidade Domínio A.3 – Sustentabilidade
- A.3.1 – Agricultura Biológica – Conversão e Manutenção;
- A.3.2 – Produção Integrada – Culturas Agrícolas;
- A.3.3.1 – Gestão do solo – Manejo de Pastagens;
- A.3.3.2 – Gestão do solo – Promoção da fertilização orgânica;
- A.3.4 – Melhorar a eficiência alimentar animal;
- A.3.5 – Bem-estar animal e Uso Racional de Antimicrobianos;
- A.3.6 – Práticas promotoras da biodiversidade.

Os valores associados aos subsídios para a intervenção da Agricultura Biológica deverão englobar tanto a conversão dos sistemas convencionais para o modo de produção biológico quanto à manutenção dos sistemas já implantados. O montante referente às despesas públicas em milhões de euros e a percentagem diante do valor total do Plano Estratégico português para o setor da Agricultura Biológica foi de €391,0 milhões de euros e 5,8%, respectivamente (GPP Eixo A, 2022).

3.2.1 - Agricultura Biológica – Conversão e Manutenção

De acordo com o Plano Estratégico português (GPP Eixo A, 2022), as intervenções referentes ao Domínio da Sustentabilidade estão descritas no artigo 31º do Regulamento (UE) 2021/2015. O objetivo da intervenção referente à Agricultura Biológica é apoiar a conversão dos sistemas agrícolas convencionais para o modo de produção biológico, tanto a agricultura como a pecuária, ou a manutenção dos sistemas biológicos já implantados.

Nesse sentido, essa intervenção contribuirá com 12 metas do Plano Estratégico português descritas a seguir:

- R.4 – Articular o apoio ao rendimento com as normas e boas práticas;
- R.6 - Redistribuição a explorações agrícolas de menor dimensão;

- R.7 - Melhoria do apoio prestado às explorações agrícolas em zonas com necessidades específicas;
- R.14 - Armazenamento de carbono nos solos e biomassa;
- R.19 – Melhorar e proteger os solos;
- R.21 - Proteger a qualidade da água;
- R.24 - Utilização sustentável e reduzida de pesticidas;
- R.29 - Desenvolvimento da agricultura biológica;
- R.31 – Preservar os habitats e as espécies;
- R.33 - Melhorar a gestão da rede Natura 2000;
- R.43 - Limitar a utilização de antimicrobianos;
- R.44 - Promover o bem-estar dos animais.

Essas metas têm como principal foco de atuação o Continente português, excetuando-se as áreas insulares que têm intervenções próprias.

Os agricultores aptos a receberem os pagamentos para auxiliar na conversão dos sistemas convencionais em modo de produção biológico ou os que irão efetuar a manutenção dos sistemas já implantados, devem preencher alguns requisitos para terem acesso aos benefícios. Nesse sentido, os benefícios abrangem tanto a pessoa singular como as de caráter coletivo, público ou privado que devem ter a atividade agrícola como principal fonte de renda, portanto, os agricultores ativos.

Além disso, devem ter submetido a área e/ou os animais candidatos ao regime de controle da produção biológica, à análise de um organismo de controle e certificação oficial, com georreferenciamento da área e os animais identificados no Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA). A área mínima de superfície agrícola candidata aos benefícios da intervenção no setor da produção biológica é de 0,5 hectares, com exceção das culturas aromáticas, condimentares e medicinais, que têm como área mínima 0,3 hectares. (GPP Eixo A, 2022). As culturas permanentes devem seguir as orientações de densidades mínimas por parcelas descritas no (Tabela 20) abaixo:

Tabela 20 – Distribuição das culturas permanentes plantas/hectare

Culturas	Nº de plantas/hectare
Pomoideas, Citrinos e prunoideas, exceto cerejeira	200
Pequenos frutos, exceto sabugueiro e medronheiro	1000
Actínídeas e medronheiro	400
Outros frutos frescos, cerejeiras, sabugueiro, araçá e goiaba	80
Frutos secos e olival, excluindo pinhão	60
Physalis e Pitaya	2000
Vinha	2000
Vinha conduzida em pérgula ou de áreas situadas na região demarcada dos vinhos verdes	1000

Fonte: Guia_PEPAC_090922_EixoA_V12.pdf (gpp.pt), 2022. Org.: a autora, 2024.

Nesse contexto, também é necessário que os candidatos possuam em 2023 formação específica homologada em Agricultura Biológica, ou apresentar como alternativa, o contrato de assistência técnica com profissional inscrito na Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, vigente durante todo o período de compromisso assumido enquanto beneficiário. A partir de 2024 será necessário ter formação específica homologada em Agricultura Biológica (GPP Eixo A, 2022).

Os compromissos que os agricultores devem cumprir e os níveis de apoio são descritos a seguir:

- Manter a área e animais candidatos no regime de controle da produção biológica;
- Guardar o registro atualizado das operações culturais efetuadas nas parcelas agrícolas e de manejo nas espécies pecuárias abrangidas pelo modo de produção biológico, de acordo com conteúdo normalizado em formato eletrônico, incluindo as operações realizadas de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes autorizados, bem como, os resultados das análises efetuadas conservando para o efeito os comprovantes;
- Registrar em plataforma eletrônica os dados relevantes, designadamente os relativos à matéria orgânica do solo, para digitalização e partilha;
- Manter a área de superfície agrícola e os animais sob compromisso em Agricultura Biológica, de acordo com as práticas e métodos estabelecidos no Regulamento (UE) 2018/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, sem prejuízo do disposto quanto à ocorrência de circunstâncias excepcionais;
- Manter, durante todo o período de retenção, a exploração com um nível de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos, identificados no SNIRA, e, caso existam na exploração e estejam registrados nos Livros Genealógicos, de suínos e equídeos, em pastoreio do próprio ou de outrem, expressos em Cabeças Normais (CN) por hectare (ha), igual ou inferior a: 3 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações com dimensão igual ou inferior a 2 hectares de superfície agrícola;
- 2 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações em zona de montanha com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola;
- 2 CN / ha superfície forrageira, no caso de explorações nas restantes zonas desfavorecidas e nas zonas não desfavorecidas e com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola.
- No caso das culturas permanentes, manter as densidades mínimas por parcela.

Os níveis de apoio anual à conversão e manutenção para Agricultura Biológica são

atribuídos por hectares e Cabeças Normais em conversão ou manutenção e dependerá do estatuto oferecido pelo Organismo de Certificação no momento da candidatura.

- O apoio será diferenciado em função do tipo de atividade e modulado por escalões de área de grupo de culturas e por escalões de efetivo pecuário;
- As áreas forrageiras e os animais são pagos se verificar um encabeçamento mínimo superior a 0,2 CN de bovinos, ovinos e caprinos identificados no SNIRA, e, caso existam na exploração e estejam registrados nos Livros Genealógicos, de suínos e equídeos, do próprio, em pastoreio, por hectare de superfície forrageira. Quando se verificarem situações de seca extrema ou severa reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes, este valor passa para um mínimo de 0,1 CN por hectare de superfície forrageira.

Os níveis de apoio indicativos para Agricultura Biológica – Conversão é ilustrado no (Tabela 21) a seguir:

Tabela 21 – Montantes e limites de apoio a conversão em agricultura biológica

Grupos de Culturas		Montantes de Apoio €/ha; €/CN	Unid.	Escalões de Área/Efetivo para efeito de modulação do Apoio (ha/CN) ⁴			
				1º escalão	2º escalão	3º escalão	4º escalão
Culturas permanentes	Frutos Frescos Irrigados	975	€/ha	<=5	<=10	<=25	>25
	Frutos Frescos de Sequeiro	910	€/ha	<=5	<=10	<=25	>25
	Olival e Frutos Irrigado	656	€/ha	<=10	<=20	<=50	>50
	Frescos de Sequeiro	320	€/ha	<=20	<=40	<=100	>100
	Vinha	630	€/ha	<=5	<=10	<=25	>25
Arroz		684	€/ha	<=20	<=40	<=100	>100
Culturas temporárias irrigadas ¹		475	€/ha	<=20	<=40	<=100	>100
Culturas temporárias de sequeiro		98	€/ha	<=30	<=60	<=150	>150
Horticultura ²		640	€/ha	<=5	<=10	<=25	>25
Pastagem permanente ³		102	€/ha	<=20	<=40	<=100	>100

Fonte: Guia_PEPAC_090922_EixoA_V12.pdf (gpp.pt), 2022. Org.: a autora, 2024.

Notas:

1. Culturas irrigadas, com exceção do arroz e das culturas que se inserem na classificação “Horticultura”
2. Para além das culturas hortícolas e horto-industriais realizadas ao ar livre e em estufa, inclui ainda as culturas aromáticas, condimentares e medicinais.
3. Este grupo de culturas para pagamento não inclui prados e pastagens permanentes com predominância de vegetação arbustiva. As superfícies forrageiras em solo coberto de sobreiro para produção de cortiça utilizadas para pastoreio são consideradas para efeito de pagamentos neste grupo de culturas.
4. Até ao 1º escalão recebe 100%; até ao 2º recebe 80%; até ao 3º recebe 50% e no 4º recebe 20%.

Os níveis de apoio indicativos para Agricultura Biológica – Manutenção é ilustrado no (Tabela 22) a seguir:

Tabela 22 - Montantes e limites de Apoio Manutenção em Agricultura Biológica

Grupos de Culturas		Montantes de Apoio €/ha; €/CN	Unid.	Escalões de Área/Efetivo para efeito de modulação do Apoio (ha/CN) ⁴				
				1º escalão	2º escalão	3º escalão	4º escalão	
Culturas permanentes	Frutos Frescos Irrigados		927	€/ha	<=5	<=10	<=25	>25
	Frutos Frescos de Sequeiro		825	€/ha	<=5	<=10	<=25	>25
	Olival e Frutos Frescos	Irrigado	600	€/ha	<=10	<=20	<=50	>50
		Sequeiro	290	€/ha	<=20	<=40	<=100	>100

	Vinha	570	€/ha	<=5	<=10	<=25	>25
Arroz		649	€/ha	<=20	<=40	<=100	>100
Culturas temporárias irrigadas ¹		430	€/ha	<=20	<=40	<=100	>100
Culturas temporárias de sequeiro		89	€/ha	<=30	<=60	<=150	>150
Horticultura ²		610	€/ha	<=5	<=10	<=25	>25
Pastagem Permanente ³		97	€/ha	<=20	<=40	<=100	>100
Animais em modo de produção biológico		48	€/CN	<=20	<=40	<=100	>100

Fonte: Guia_PEPAC_090922_EixoA_V12.pdf (gpp.pt), 2022. Org.: a autora, 2024. (Notas: Idem ao quadro 3)

O pagamento de subsídios de acordo com as (Tabelas 21 e 22), demonstram que o direcionamento dos subsídios tem como prioridade o repasse dos valores financeiros destinados de forma inversa, ou seja, quanto menor a área das propriedades rurais mais dinheiro é disponibilizado, um claro reordenamento das orientações nessa atual reforma da PAC.

O nível de apoio é aumentado se o beneficiário possuir formação específica homologada em Agricultura Biológica, e, recorrer à assistência técnica prestada por profissionais inscritos na Lista de Técnicos com formação regulamentada em Agricultura Biológica, junto a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, por meio de contrato a ser submetido no âmbito do Pedido Único, sendo o montante total do apoio acrescido em 15%, não podendo o valor do acréscimo ser superior a €\$1750 euros. A candidatura anual é feita por meio do Pedido Único. (GPP Eixo A, 2022).

Diversas críticas foram feitas ao Plano Estratégico português por organizações não governamentais que trabalham com a área ambiental. A abordagem do ecorregime proposto pela Comissão Europeia foi adaptado ao contexto português priorizando as pastagens e a pecuária bovina. Nesse sentido, as organizações não governamentais vinculadas à defesa do patrimônio cultural e ambiental na região do Algarve – (Almargem, 2021), concluíram que a certificação para bovinos e eficiência alimentar não é clara quanto ao processo, se é ligada ao ecorregime ou se posteriormente os produtores devem adquirir a certificação o que pode não atender aos produtores menos capitalizados. O apoio associado à pecuária e agroindústria intensiva não condizem com a sustentabilidade ambiental. As atividades de gestão sustentável do solo são mais adequadas como apoio ao desenvolvimento rural e não relacionadas ao ecorregime.

O conceito de agricultura familiar junto à reforma da PAC traz relevância em termos de justiça social, é necessário enquadrar a atividade em cumprir os critérios ambientais. A melhoria no desempenho ambiental deve ser privilegiada no escopo da “produção agrícola sustentável” incentivando agrossistemas de alto valor natural, agricultura extensiva ou silvopastoril. O sistema de produção de frutas e hortícolas não configura melhorias em termos de conservação da biodiversidade associada aos agroecossistemas. As características climáticas de Portugal são favoráveis ao cultivo extensivo de sequeiro e policultivos que são ambientalmente mais

sustentáveis em relação à gestão da água, energia e biodiversidade (Almargem, 2021).

A transição tecnológica enquanto mudança no uso de insumos tóxicos e sintéticos como pesticidas e fertilizantes e o uso excessivo da água podem não ser suficientes para equilibrar os critérios ambientais, pois em geral, o aumento das áreas de cultivos tende a usar em excesso a água em forma de irrigação, com crescentes aumentos de defensivos químicos e fertilizantes, comprometendo a saúde ambiental e humana. Portugal continental em grande parte possui áreas que estão sujeitas às condicionantes naturais, sem adequada definição, mudanças ambientais positivas na agricultura podem não ser implementadas configurando apenas uma transferência de rendimentos sem atender os critérios ambientais (Almargem, 2021).

O (Quadro 2) ilustra os requisitos obrigatórios aplicáveis a intervenção “Agricultura Biológica” associada ao ecorregime A.3 do Plano Estratégico de Portugal.

Quadro 2 – Requisitos obrigatórios aplicáveis ao ecorregime A.3

Intervenção	Diploma Legal	Título e requisito
A.3.1 Agricultura Biológica	Decreto-Lei n.º 256/2009 de 24 de setembro	Estabelece os princípios e orientações para a prática da proteção integrada e produção integrada, bem como o regime das normas técnicas aplicáveis à proteção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, e cria, igualmente, um regime de reconhecimento de técnicos em proteção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, no âmbito da produção agrícola primária. Constitui requisito obrigatório nacional artigo 10.º
	Decreto-Lei n.º 142/2006 de 27 de julho	Estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas de funcionamento do sistema de recolha de cadáveres na exploração (SIRCA). Constituem requisitos obrigatórios nacionais os seguintes artigos e respetivos pontos identificados: - Artigo 3.º (1) (2); - Artigo 5.º; - Anexos I, II e III

Fonte: Guia_PEPAC_090922_EixoA_V12.pdf (gpp.pt), 2022. Org.: a autora, 2024.

Todas as intervenções apresentadas que integram o Domínio da Sustentabilidade ligadas aos ecorregimes, contribuem com mudanças nas práticas agrícolas que irão beneficiar os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade. A agricultura biológica tem suas diretrizes específicas dentro do Plano Estratégico português, porém, as demais intervenções são importantes na construção efetiva de uma mudança gradativa no modelo de produção de alimentos.

CAPÍTULO 4 – AGRICULTURA CONVENCIONAL

4.1 - Agricultura convencional na Região Norte de Portugal

Pretendeu-se nesse tópico, avaliar o contexto das atividades agrícolas convencionais na Região Norte de Portugal. Por meio de indicadores que constam na base estatística do site Pordata (2023), buscou-se compreender se após a adesão de Portugal ao bloco comunitário, a PAC ao longo do tempo, possibilitou o desenvolvimento rural das áreas em estudo.

Para esse tópico da pesquisa, fez-se a análise dos seguintes indicadores:

- a) Explorações agrícolas e superfície;
- b) Superfície e produção agrícola;
- c) Emprego.

4.1.1 - Explorações Agrícolas e superfícies

Esse indicador é dividido em nove itens:

- d) explorações agrícolas – dimensão média;
- e) explorações agrícolas – por forma de exploração;
- f) explorações agrícolas – por principais formas jurídicas;
- g) explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada – por dimensão;
- h) superfície – com culturas temporárias sucessivas (%);
- i) superfície - por tipo de utilização;
- j) Superfície agrícola utilizada – irrigável e regada (%);
- k) Superfície agrícola utilizada – no total do país (%);
- l) Superfície agrícola utilizada – por composição

4.1.2 – Explorações agrícolas – dimensão média

A dimensão média das propriedades agrícolas é definida em quantos hectares, em média, cada unidade agrícola ocupa. A SAU em Portugal apresentou crescimento progressivo após a entrada do país na União Europeia, as propriedades rurais passaram de uma dimensão média de 6,7 hectares em 1989, para 13,9 hectares em 2019. Essa dinâmica de uso do solo agrícola pode ser correlacionada à influência da PAC e das políticas públicas portuguesas que regulam o primeiro setor. O apoio da PAC ao modelo de agricultura empresarial com claros interesses no ganho em escala, produtividade e geração de lucro, impactou os pequenos

agricultores que não respondiam a essas expectativas, sendo sumariamente incentivados ao abandono das atividades agrícolas.

A baixa produtividade e capacidade de competir no mercado favoreceu a incorporação das terras abandonadas pelos proprietários de médio porte. O aumento na dimensão superficial das propriedades de médio porte constituiu o principal fator de reconfiguração das propriedades rurais entre 2009 a 2019, essa mudança não resultou na concentração de terras que é característica das grandes unidades produtivas, pois não houve alterações significativas em número ou, na SAU desse segmento. Porém, as propriedades acima de 500 hectares controlam mais de 1/4 da SAU e constituem aproximadamente 1,1 mil unidades produtivas, são compostas por alguns baldios, terras comunitárias e na sua maioria por pastagens administradas sob a responsabilidade de comissões ou compartes com direito de uso (Portugal, 1993; Portugal, 2014; Recenseamento Agrícola de Portugal, 2019).

De acordo com os dados da Tabela 23, a dimensão média das propriedades agrícolas no continente passou de 7,1 hectares em 1989 para 14,6 hectares em 2019. Enquanto que na Região Norte a dimensão média passou de 4,1 hectares em 1989 para 6,1 hectares em 2019. A sub-região do Alto Tâmega registrou crescimento positivo acima da média da Região Norte, passando de 5,2 hectares em 1989 para 7,9 hectares em 2019.

A sub-região do Tâmega e Sousa registrou crescimento da dimensão média das propriedades rurais abaixo da média da Região Norte, em 1989 era de 2,2 hectares passando para 3,3 hectares em 2019. Apenas em Amarante registrou-se crescimento superior a 4 hectares em 2019, os demais municípios apresentaram aumento da área média inferiores à média da Região Norte.

A (Tabela 23) ilustra a evolução da dimensão média das propriedades entre 1989 a 2019.

Tabela 23 – Dimensão média das propriedades agrícolas segundo os Censos (1989-2019)

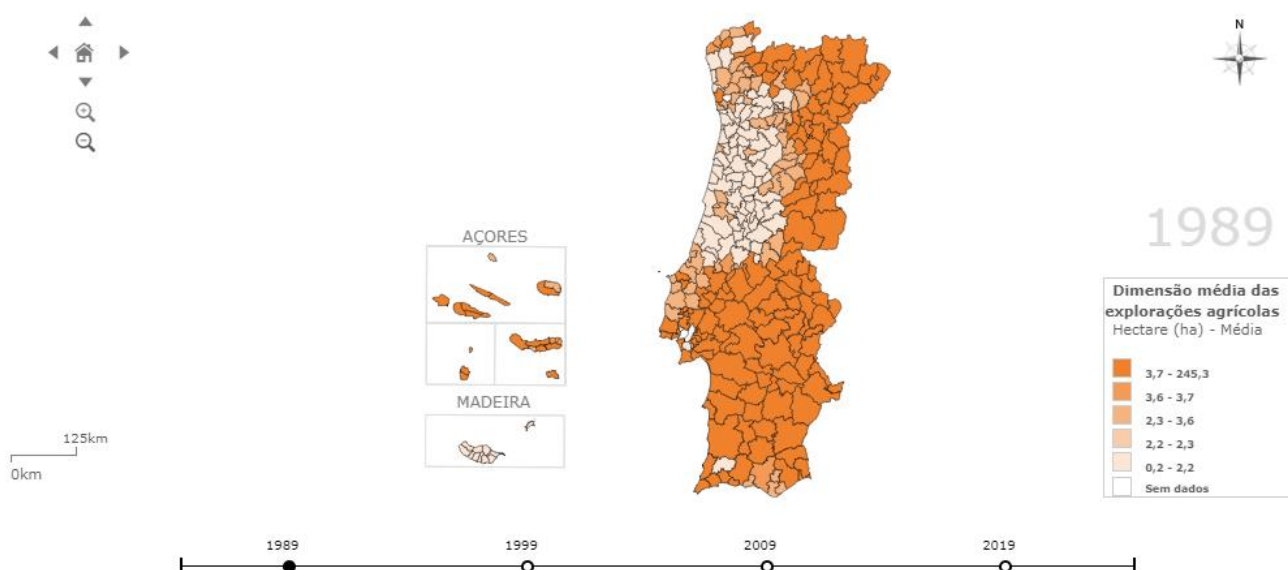
Territórios	Dimensão média das propriedades agrícolas			
	Hectare (ha) - média			
Anos	1989	1999	2009	2019
Portugal	6,7	9,4	12,1	13,9
Continente	7,1	9,9	12,8	14,6
Norte	4,1	4,9	5,8	6,1
Alto Tâmega	5,2	6,6	8,9	7,9
Boticas	5,1	8,3	11,8	13,2
Chaves	5,0	4,8	4,7	4,9
Montalegre	6,0	13,9	22,8	13,1
Ribeira de Pena	2,7	3,7	11,4	10,5
Valpaços	6,4	5,4	4,9	5,2
Vila Pouca de Aguiar	3,9	5,8	7,2	9,8
Tâmega e Sousa	2,2	2,4	3,1	3,3
Amarante	2,2	2,6	4,9	4,5
Baião	1,8	2,1	3,7	3,5
Castelo de Paiva	1,7	1,6	2,0	2,3
Celorico de Basto	1,9	2,1	2,2	3,0

Cinfães	2,5	2,7	3,3	3,7
Felgueiras	2,1	2,5	2,8	2,7
Lousada	2,5	3,0	2,5	3,3
Marco de Canaveses	1,9	2,3	2,2	3,0
Paços de Ferreira	1,8	2,3	2,5	3,1
Penafiel	1,9	2,1	2,2	2,9
Resende	3,1	3,5	3,5	3,1

Fonte: Censos de 1989, 1999, 2009 e 2019 (PORDATA). Org.: a autora, 2024.

As (Figuras 16 e 17) ilustram a evolução da dimensão média das propriedades agrícolas em 1989 e 2019.

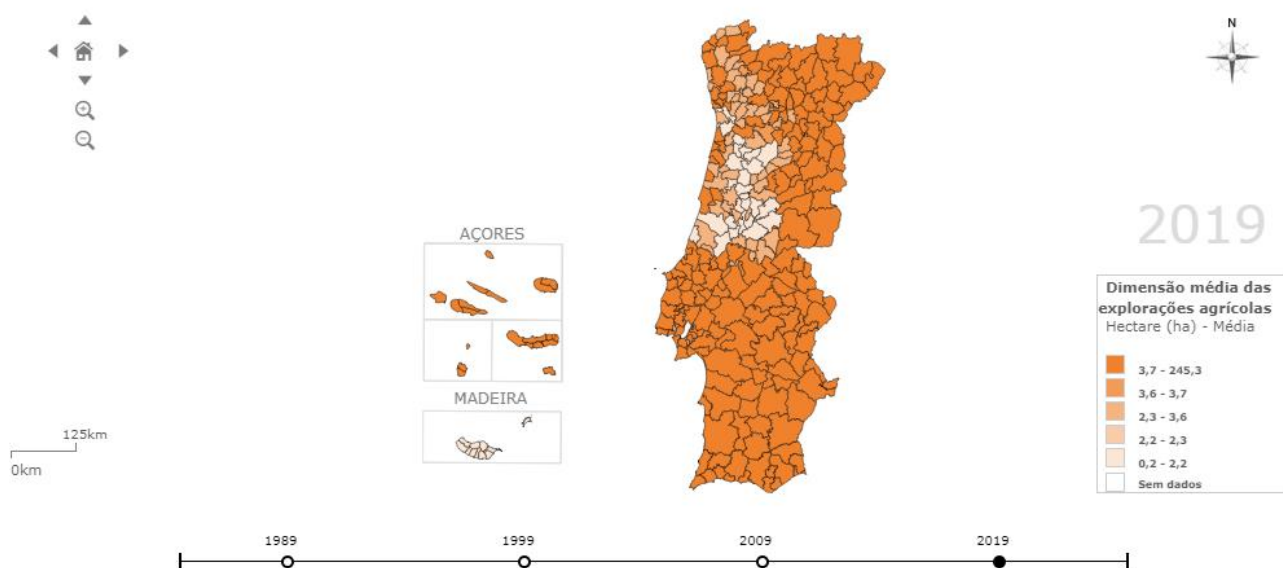
Figura 16 – Mapa da dimensão média das propriedades agrícolas segundo os Censos (1989)



Fonte: Municípios: Dimensão média das explorações agrícolas segundo os Censos | Pordata

O litoral das Regiões Centro e Norte de Portugal em 1989 era caracterizado pela presença dos minifúndios, propriedades rurais com até 3 hectares.

Figura 17 – Mapa da dimensão média das propriedades agrícolas segundo os Censos (2019)



Fonte: Municípios: Dimensão média das explorações agrícolas segundo os Censos | Pordata

Após a adesão de Portugal ao bloco comunitário em 1986, a estrutura fundiária do país muda ao longo do tempo, as propriedades rurais de médio porte entre 20 ha a 50 ha incorporaram as terras abandonadas das propriedades entre 1 a 3 hectares, os minifúndios, persistindo ao longo do tempo essa dinâmica.

4.1.3 – Propriedades agrícolas: total e por dimensão segundo os Censos

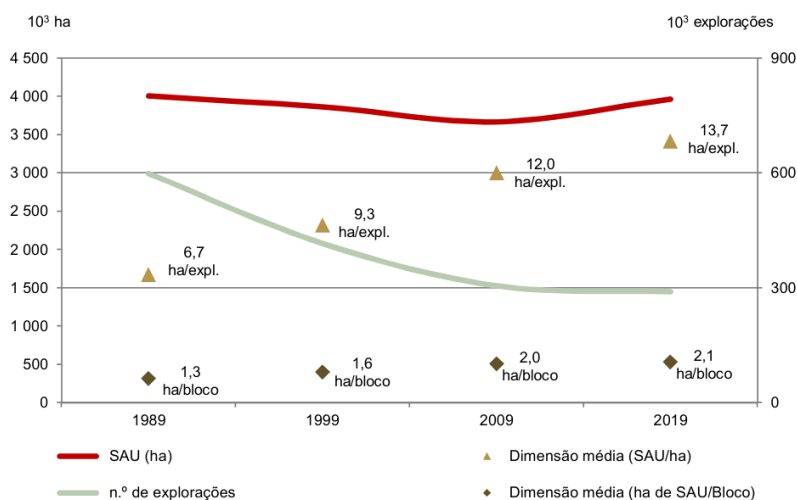
A mudança no uso do solo pode ser identificada pela distribuição das propriedades agrícolas em relação ao número e tamanho das mesmas. Os territórios que não são adaptados à dinâmica da agricultura intensiva, tendem a apresentar forte êxodo rural com dinâmicas pouco atrativas em termos de trabalho, renda e infraestruturas, tornando a troca geracional menos eficiente.

A (Figura 18) ilustra a evolução da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em Portugal após adesão do país à CEE, em 1986. O número total de propriedades agrícolas caiu pela metade em três décadas, passando de 3000 estabelecimentos em 1989, para 1500 em 2009, com manutenção desse valor em 2019. Em contrapartida, o tamanho da dimensão média da SAU/ha passou de 6,7 ha/propriedade em 1989 para 13,7 ha/propriedade em 2019.

Inicia-se um movimento de aumento da SAU (ha) a partir de 2009, mantendo constante essa subida até 2019. No mesmo período o número de propriedades rurais decresce até 2009 e

depois mantem-se constante, indicando que o aumento da área média agrícola não foi acompanhado pelo aumento no número de propriedades.

Figura 18 – Gráfico do número de propriedades agrícolas e a superfície agrícola utilizada da (1989-2019)



Fonte: Recenseamento Agrícola (2019)

O Empreendimento para Fins Múltiplos do Alqueva localizado no Sul de Portugal é uma barragem construída para atender a demanda regional por água e energia, foi inaugurada em 2004, e o nível de água no reservatório atingiu a cota máxima em 2010. Essa barragem é o maior lago artificial da Europa Ocidental, e certamente pode ser correlacionada ao aumento da dimensão média da SAU na Região do Alentejo que é a principal zona agrícola do país.

De acordo com os dados da Tabela 24, a Região Norte registrou crescimento da SAU entre 1989 a 1999 na categoria 20 < 50 ha, retraindo em 2009 e voltando a crescer em 2019, seguindo o movimento de expansão no país. Esse crescimento da área agrícola concentrou-se na categoria > = 50 hectares, reforçando a dinâmica identificada anteriormente do abandono das atividades agrícolas pelos pequenos produtores e a incorporação dessas terras pelos produtores de médio porte mais capitalizados e com maiores técnicas de gestão agrícola.

Na sub-região do Alto Tâmega que apresenta municípios com características mais rurais, o aumento da concentração de terras na categoria > = 50 hectares, pode ser correlacionado ao aumento das pastagens permanentes, o que demonstra a aptidão para a especialização da pecuária, em especial, aos produtos com denominação de origem protegida (DOP) e indicação geográfica protegida (IGP), como as carnes e produtos de origem animal produzidos no Sistema agro-silvo-pastoril do Barroso.

De modo geral, os municípios da sub-região do Alto Tâmega apresentaram expansão e retração da SAU, em diversos momentos do período de análise, no entanto, pode-se dizer que

a categoria $5 < 20$ hectares, apresentou queda generalizada em todos os municípios. O aumento da dimensão das propriedades na categoria ≥ 50 hectares seguiu a mesma dinâmica apresentada no restante do país. Dessa forma, é possível identificar o aumento progressivo da especialização das atividades agrícolas que requerem maior capacitação técnica, capital e área, para que a agricultura portuguesa possa ser competitiva e ser inserida no mercado europeu.

Na sub-região do Tâmega e Sousa, de modo semelhante ao cenário encontrado na sub-região do Alto Tâmega, com a entrada de Portugal no bloco comunitário, as classes de tamanho abrangidas pelos intervalos entre < 1 hectares a < 20 hectares, registraram diminuição no número de propriedades rurais de maneira generalizada, e a partir da classe $20 < 50$ hectares, a ≥ 50 hectares, os dados apresentaram crescimento do número de propriedades agrícolas.

Nesse contexto, os dados da (Tabela 24), demonstram que as atividades agrícolas desenvolvidas nas sub-regiões em estudo, são majoritariamente concentradas nas classes de tamanho que reproduzem a agricultura de base familiar consideradas como minifúndios, essas propriedades são encontradas nas classes < 1 a < 5 ha.

O envelhecimento da população rural, a migração dos jovens, a falta de infraestruturas básicas, os baixos salários e a dificuldade de se adequarem às regras da PAC, que prioriza a produtividade em escala, resultou no abandono das atividades agrícolas por muitos produtores e, por consequência essas propriedades foram incorporadas, principalmente, pelos produtores de médio porte ≥ 50 ha.

Tabela 24 – Superfície agrícola utilizada segundo os Censos: totale por dimensão (1989-2019)

	Superfície agrícola utilizada - hectares (ha)																							
	Total				< 1 ha		1 < 5 ha		5 < 20 ha				20 < 50 ha				=> 50 ha							
	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019
Territórios	Anos																							
Portugal	4.005.	3.863.	3.668.	3.963.	91.	58.	35.	28.	665.	474.	361.	337.	761.	611.	492.	488.	407.	396.	357.	405.	2.079.	2.322.	2.420.	2.704.
Continente	573	094	145	945	883	412	047	369	961	456	980	197	309	181	467	479	193	254	894	041	228	791	757	858
Norte	3.879.	3.736.	3.542.	3.838.	82.	51.	29.	23.	649.	462.	353.	329.	714.	571.	461.	461.	376.	356.	316.	361.	2.057.	2.294.	2.382.	2.662.
Alto Tâmega	579	140	305	708	213	242	334	685	245	549	007	606	378	613	345	342	425	645	160	778	316	091	459	297
Boticas	778.	673.	644.	663.	25.	16.	10.	8.875	242.	176.	151.	146.	296.	241.	207.	207.	107.	111.	93.	108.	106.	128.	180.	191.
Chaves	953	555	027	341	235	522	168		978	695	828	953	380	230	978	464	477	041	915	741	882	068	138	308
Montalegre	105.	112.	129.	114.	988	674	490	536	28.	24.	22.	22.	63.	53.	40.	34.	10.	15.	11.	11.	2.025	18.	54.	45.
Ribeira de Pena	485	303	229	546					722	530	427	891	099	292	194	903	651	353	318	017	454	800	199	
Valpaços	8.239	11.	13.	14.	44	12	3	17	2.319	2.091	1.816	1.636	5.307	4.584	3.502	3.071	461	1.179	987	718	107	3.166	7.539	8.653
Vila Pouca de Aguiar	32.	26.	19.	19.	317	330	180	129	9.688	8.177	6.799	6.669	19.	14.	9.722	7.677	2.959	2.566	2.212	2.465	175	489	568	2.300
Tâmega e Sousa	371	256	480	239									232	695										
Amarante	18.	34.	55.	33.	65	20	19	48	4.062	2.732	3.041	3.337	11.	12.	10.	9.161	2.361	6.916	4.535	3.506	167	12.	37.	17.
Baião	080	417	066	089									426	091	131						658	341	037	
Castelo de Paiva	3.828	3.215	7.735	6.250	180	65	28	36	2.098	1.345	1.044	941	1.432	1.482	1.356	1.070	117	256	224	69	0	67	4.683	4.135
Celorico de Basto	33.	26.	21.	24.	234	214	205	232	6.642	7.220	7.125	7.379	20.	14.	11.	11.	4.111	3.023	2.170	3.377	1.461	920	865	2.279
Cinfães	326	201	962	292									878	825	596	024								
Felgueiras	9.641	11.	11.	17.	147	35	56	73	3.913	2.965	2.602	2.930	4.824	5.615	3.887	2.900	642	1.413	1.189	883	115	1.153	3.804	10.
Lousada	56.	39.	38.	36.	4.312	2.791	1.513	1.434	34.	20.	17.	14.	15.	12.	10.	10.	1.671	2.019	2.083	3.181	364	1.579	6.660	7.353
Marco de Canaveses	640	581	869	780					294	570	649	684	999	621	964	128								
Paços de Ferreira	7.978	5.787	8.748	7.450	574	377	209	256	5.298	2.935	2.566	2.037	1.825	1.741	1.720	1.447	169	281	330	425	112	453	3.921	3.285
Penafiel	5.255	3.930	4.850	4.112	630	355	145	158	3.490	2.260	1.950	1.481	772	981	807	716	363	333	353	338	0	0	1.593	1.419
Resende	1.915	1.197	1.346	1.227	180	121	94	66	1.320	900	836	688	415	176	365	397	0	0	0	76	0	0	50	0
	5.126	3.653	3.231	3.985	382	301	199	204	3.654	2.236	2.082	1.744	1.038	857	800	725	52	208	150	392	0	51	0	921
	7.646	4.746	4.455	4.475	397	202	91	75	4.641	2.535	2.244	1.936	2.486	1.936	1.540	1.154	121	73	203	396	0	0	377	914
	4.662	3.687	2.914	2.857	373	287	206	202	2.660	1.817	1.332	1.190	1.490	1.384	1.161	1.144	140	198	158	233	0	0	57	89
	3.462	2.849	2.392	2.074	285	169	54	82	1.511	1.151	955	827	1.427	1.112	950	744	184	264	218	308	55	152	216	113
	5.405	4.170	3.215	2.687	408	245	104	73	3.736	2.387	1.785	1.254	1.146	1.268	1.053	1.051	115	205	202	256	0	65	71	52
	2.146	1.367	1.029	901	231	102	42	26	1.369	730	557	415	523	449	325	301	23	20	105	158	0	67	0	0
	6.231	3.920	3.283	3.169	599	405	289	164	3.515	2.092	1.792	1.300	1.718	997	788	859	292	297	189	286	106	129	226	561
	6.814	4.274	3.407	3.842	251	226	80	127	3.099	1.527	1.550	1.813	3.159	1.719	1.454	1.588	212	139	175	314	91	663	149	0

Fonte: Censos de 1989, 1999, 2009 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

4.1.4 – Propriedades Agrícolas segundo os Censos: total e por forma de gestão

A gestão por conta própria foi a categoria que apresentou quebra na dinâmica de abandono das atividades agrícolas na última década. Ao mesmo tempo a categoria de arrendamento mostrou-se em constante processo de retração no decorrer dos anos, o que demonstra o pouco interesse das novas gerações em trabalhar no setor agrícola.

Na categoria outras formas de gestão houve retração na maioria dos municípios da sub-região do Alto Tâmega, com exceção de Boticas e Montalegre. Na Sub-região do Tâmega e Sousa, Amarante Celorico de Basto e Paços de Ferreira foram os únicos a não terem crescimento nessa categoria, portanto, mantiveram a forma de gestão tradicional.

Conforme os dados da (Tabela 25) em todos os municípios da sub-região do Alto Tâmega foram contabilizados no resultado total dos Censos, mais de 1000 propriedades rurais com exceção do município de Ribeira de Pena. Na sub-região do Tâmega e Sousa os municípios de Castelo de Paiva, Lousada, Marco de Canaveses e Paços de Ferreira não possuíam mais de 1000 propriedades agrícolas devido ao maior grau de industrialização na base de suas economias, portanto, menor expansão das atividades agrícolas ao longo do tempo.

Tabela 25 – Propriedades agrícolas segundo os Censos: totale por forma de gestão (1989-2019)

Territórios	Tipo de Gestão da Propriedade															
	Total	Conta própria				Arrendamento				Outras formas						
		Ano				Ano				Ano						
	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019
Portugal	594.418	412.612	303.867	286.191	540.817	387.661	287.010	273.245	130.909	58.108	33.953	18.041	61.645	42.152	23.817	22.318
Continente	546.658	378.880	276.776	262.114	499.408	357.015	262.468	250.753	117.653	49.295	27.706	13.170	52.951	38.504	20.901	21.046
Norte	191.798	137.192	110.578	108.610	168.864	127.144	104.681	104.820	46.596	18.296	11.015	3.650	27.401	16.979	7.812	8.107
Alto	20.226	16.899	14.449	14.563	19.637	16.682	14.229	14.406	5.141	2.470	905	204	2.000	1.044	1.041	537
Tâmega																
Boticas	1.613	1.336	1.177	1.065	1.577	1.327	1.175	1.040	439	136	39	3	161	15	6	37
Chaves	6.485	5.469	4.147	3.914	6.349	5.402	4.068	3.833	1.802	916	376	81	502	468	371	159
Montalegre	3.001	2.472	2.410	2.517	2.911	2.453	2.376	2.491	1.069	515	147	54	90	126	214	92
Ribeira de Pena	1.423	873	642	597	1.253	815	585	571	142	75	66	4	299	128	138	74
Valpaços	5.226	4.832	4.474	4.682	5.144	4.810	4.446	4.667	916	434	111	25	474	171	155	66
Vila pouca de Aguiar	2.478	1.917	1.599	1.788	2.203	1.875	1.579	1.754	773	394	166	37	474	136	157	109
Tâmega e Sousa	26.300	16.367	12.396	11.048	16.711	12.290	10.236	9.886	8.022	2.821	2.333	625	11.007	5.115	1.313	1.480
Amarante	3.590	2.210	1.782	1.647	2.164	1.680	1.463	1.481	1.585	308	243	68	1.638	713	237	186
Baião	2.874	1.910	1.326	1.160	2.026	1.558	1.183	1.065	488	211	176	57	1.113	488	71	130
Castelo de Paiva	1.119	751	662	529	668	539	546	458	250	146	125	33	444	144	84	97
Celorico de Basto	2.705	1.779	1.438	1.341	1.869	1.349	1.253	1.236	920	180	98	46	678	534	245	138
Cinfães	3.055	1.773	1.333	1.219	1.890	1.273	1.099	1.109	314	155	373	71	1.506	697	86	193
Felgueiras	2.173	1.467	1.136	1.049	1.330	1.115	943	904	846	315	234	49	993	400	94	189
Lousada	1.402	954	674	620	903	680	523	528	671	308	221	77	612	324	26	73
Marco de Canaveses	2.775	1.783	1.156	884	1.515	1.252	863	763	862	418	303	60	1.376	632	115	116
Paços de Ferreira	1.203	605	414	290	916	473	349	254	526	191	103	47	191	116	137	79
Penafiel	3.228	1.900	1.489	1.083	1.989	1.390	1.170	927	1.472	534	305	101	1.542	700	182	190
Resende	2.176	1.235	986	1.226	1.441	981	844	1.161	88	55	152	16	914	367	36	89

Fonte: Censos de 1989, 1999, 2009 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

4.1.5 – Propriedades agrícolas: total por principais formas jurídicas

Ao longo do período de análise os levantamentos estatísticos de 1989 a 2019, demonstraram que a agricultura portuguesa passou por um processo de transformação da gestão jurídica das mesmas. A participação das sociedades agrícolas aumentou gradativamente alcançando em 2019 a gestão de 1/3 das superfícies agrícolas utilizadas e mais da metade dos rebanhos de gado (Recenseamento Agrícola, 2019).

A gestão das propriedades agrícolas em Portugal, pode ser identificada na (Tabela 26), onde estão disponibilizados os dados dos Censos de 1989 a 2019.

Tabela 26 – Propriedades agrícolas: total por principais formas jurídicas

Anos	Forma jurídica	
	Produtores singulares	Sociedades agrícolas
1989	593.590	3.964
1999	409.308	5.503
2009	297.381	6.776
2019	274.248	14.604

Fonte: Censos de 1989, 1999, 2009 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Conforme a (Tabela 26) em 1989 três anos após a adesão de Portugal ao bloco comunitário haviam 593.590 produtores singulares, trinta anos depois o número de produtores singulares chegou em 274.248 uma diferença de 41%, o que demonstra que a PAC priorizou a agricultura de maior escala baseada no modelo químico-mecânico e não conseguiu melhorar as condições da agricultura para os pequenos produtores da agricultura familiar,

A maioria das propriedades agrícolas é gerida por produtores singulares (98,35%) e a participação das sociedades agrícolas aumentou de forma significativa entre 2009 e 2019. Na última década o aumento das sociedades agrícolas chegou a 5%. Conforme a Tabela 26 as sociedades agrícolas aumentaram progressivamente, passando de 3.964 estabelecimentos em 1989 para 14.604 em 2019. Essa dinâmica reflete o aumento da especialização da agricultura portuguesa, sendo atividades exercidas, principalmente, por produtores e/ou gestores mais capitalizados e com maior conhecimento técnico.

4.1.6 – Superfície agrícola utilizada segundo os Censos: total e por tipo de composição

A distribuição das atividades agrícolas nas sub-regiões em estudo pode ser verificada na Tabela 27, onde os tipos de cultivos foram classificados em total de superfície agrícola utilizada em hectares e as categorias de composição: terras aráveis, horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

A totalidade da superfície agrícola utilizada em Portugal apresentou aumento nas escalas nacional, continental e regional (Norte). Na sub-região do Alto Tâmega de modo geral, esse indicador apresentou crescimento positivo nos Censos de 1989 a 2009, mas, retração em 2019. Os municípios de Boticas e Vila Pouca de Aguiar tiveram crescimento da área agrícola em todos os Censos, os demais alternaram expansão com retração ao longo do período e Montalegre possui a maior área agrícola.

A sub-região do Tâmega e Sousa apresentou retração da área agrícola em todos os Censos. No entanto, em Celorico de Basto, Cinfães e Resende, houve expansão da área agrícola identificada no Censo de 2019, esses municípios são caracterizados pela forte influência do setor primário na base de suas economias. As Terras aráveis apresentaram queda em ambas sub-regiões de modo generalizado.

Na sub-região do Alto Tâmega a categoria das hortas familiares apresentou aumento no Censo de 2009, no entanto, em 2019 houve retração da atividade, com exceção do município de Chaves que apresentou expansão em 2019. A Sub-região do Tâmega e Sousa apresentou expansão da categoria em 2009, com Cinfães e Lousada mantendo o ritmo de crescimento em 2019, nos demais municípios houve retração das hortas familiares em 2019.

A categoria das culturas permanentes apresentou expansão ao longo do tempo em todos os municípios da sub-região do Alto Tâmega, com exceção de Boticas e Ribeira de Pena, que apresentam queda em 2019. Na sub-região do Tâmega e Sousa houve expansão em todos os municípios, com exceção de Paços de Ferreira que apresentou retração da atividade em 2019.

De acordo com a (Tabela 27) a categoria pastagens permanentes apresentou expansão ao longo do tempo em todos os municípios da sub-região do Alto Tâmega, com exceção de Montalegre e Ribeira de Pena e na sub-região do Tâmega e Sousa em Amarante e Baião.

Tabela 27 – Superfície agrícola utilizada: total e por tipo de composição

Territórios	Composição da superfície agrícola utilizada hectare (ha)																			
	Total				Terras aráveis				Horta familiar				Culturas permanentes				Pastagens permanentes			
	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019	1989	1999	2009	2019
Portugal	4.005.573	3.863.094	3.668.145	3.963.945	2.345.656	1.740.016	1.173.127	1.036.682	32.488	21.606	19.695	16.152	789.415	711.628	690.725	860.663	838.015	1.389.844	1.784.598	2.050.448
Continente	3.879.579	3.736.140	3.542.305	3.838.708	2.330.327	1.725.887	1.158.805	1.007.264	31.765	20.965	18.991	15.719	780.966	705.232	686.221	855.767	736.521	1.284.056	1.678.288	1.959.958
Norte	778.953	673.555	644.027	663.341	398.660	259.440	187.375	157.984	11.828	8.100	8.211	7.394	223.736	228.323	218.545	255.954	144.729	177.692	229.897	242.009
Alto Tâmega	105.485	112.303	129.229	114.546	54.150	38.074	23.713	17.209	1.505	1.069	1.005	887	21.537	22.592	21.263	25.031	28.293	50.568	83.247	71.418
Boticas	8.239	11.031	13.847	14.095	4.477	3.041	2.056	1.499	88	94	51	45	279	421	314	297	3.394	7.475	11.426	12.253
Chaves	32.371	26.256	19.480	19.239	19.185	14.805	10.010	7.546	565	364	279	324	5.771	5.151	4.373	4.597	6.849	5.936	4.819	6.772
Montalegre	18.080	34.417	55.066	33.089	9.133	6.904	4.414	3.611	211	163	105	54	149	425	329	403	8.587	26.925	50.219	29.020
Ribeira de Pena	3.828	3.215	7.335	6.250	2.046	1.375	893	468	33	26	75	33	690	544	286	269	1.058	1.270	6.082	5.481
Valpaços	33.326	26.201	21.962	24.292	14.230	7.780	4.069	2.583	495	344	416	372	13.615	14.892	15.071	18.002	4.986	3.185	2.406	3.335
Vila pouca de Aguiar	9.641	11.181	11.538	17.580	5.078	4.168	2.272	1.502	112	77	80	58	1.033	1.159	891	1.462	3.418	5.777	8.296	14.558
Tâmega e Sousa	56.640	39.581	38.869	36.780	35.026	19.304	14.941	10.393	745	546	1.013	750	15.464	13.947	11.801	14.262	5.405	5.784	11.114	11.375
Amarante	7.978	5.787	8.748	7.450	5.134	2.699	2.408	1.568	98	105	146	89	2.525	2.340	1.892	2.127	221	642	4.301	3.666
Baião	5.255	3.930	4.850	4.112	3.087	1.959	1.406	789	70	90	153	100	1.879	1.700	1.310	1.392	220	181	1.981	1.831
Castelo de Paiva	1.915	1.197	1.346	1.227	1.386	788	692	441	16	42	95	42	482	347	486	664	31	20	72	80
Celorico de Basto	5.126	3.653	3.231	3.985	3.534	2.123	1.800	1.193	128	44	118	86	1.347	1.430	1.143	1.554	117	56	171	1.153
Cinfães	7.646	4.746	4.455	4.475	3.707	1.577	1.034	784	87	55	80	129	1.264	689	529	674	2.588	2.426	2.811	2.888
Felgueiras	4.662	3.687	2.914	2.857	3.041	2.080	1.522	1.091	59	37	78	57	1.537	1.557	1.258	1.621	25	13	55	88
Lousada	3.462	2.489	2.392	2.074	2.382	1.800	1.457	1.058	57	22	42	45	1.013	1.004	832	880	10	23	61	91
Marco de Canaveses	5.405	4.170	3.215	2.687	3.661	2.124	1.457	909	95	55	108	63	1.549	1.517	1.106	1.243	101	474	544	471
Paços de Ferreira	2.146	1.367	1.029	901	1.627	1.107	871	682	38	19	23	19	366	182	99	94	114	60	36	106
Penafiel	6.231	3.920	3.283	3.169	4.395	2.281	1.717	1.281	45	27	90	57	1.760	1.559	1.381	1.718	32	53	95	113
Resende	6.814	4.274	3.407	3.842	3.073	768	577	598	52	50	79	64	1.743	1.621	1.765	2.294	1.946	1.836	986	887

Fonte: Censos de 1989, 1999, 2009 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Conforme Luz (2017), as pastagens permanentes nas áreas de baldio do Parque da Peneda-Gêres localizado em territórios da sub-região do Alto Tâmega, foram incentivadas pelas políticas agrícolas nacionais visando o acesso aos subsídios da PAC.

4.2 - Superfície e Produção Agrícola

A abordagem desse indicador centrou-se na análise das culturas agrícolas produzidas em Portugal nas escalas continental, regional (Norte) e em alguns tópicos nas sub-regiões do Alto Tâmega e do Tâmega e Sousa, por meio dos dados obtidos nos Censos Agrícolas após a adesão de Portugal à CEE em 1986. Nesse contexto, foram descritas a evolução das seguintes produções agrícolas: árvores de fruto e oliveiras, azeite, culturas agrícolas e vinho.

O padrão de produção dessas culturas agrícolas possibilitou compreender como o uso do solo foi direcionado ao longo do tempo, considerando-se a influência das políticas públicas nacional e a PAC.

Os indicadores analisados nesse tópico foram:

- Superfície das principais árvores de frutos e oliveiras;
- Lagares de azeite;
- Produção de azeitona;
- Produção de azeite;
- Produção das principais culturas agrícolas;
- Produção de vinho por cor.

4.2.1 – Superfície das principais árvores de frutos e oliveiras

Nesse tópico abordou-se a evolução da produção de espécies agrícolas considerando os hectares ocupados pelos cultivos de amendoeiras, castanheiros, cerejeiras, laranjeiras, macieiras, oliveiras, pereiras e pessegueiros.

De acordo com os dados da (Tabela 28) a partir de 2019 houve expansão progressiva da área agrícola com amendoeiras, sendo registrado 63.884 hectares em 2022. Nesse mesmo ano foram registrados 26.770 hectares na Região Norte o que demonstra a forte presença dessa cultura nos municípios dessa região do país. O Alentejo no Sul de Portugal possui a segunda maior área agrícola com cultivo de amêndoas, foram registrados 26.698 hectares em 2022.

O cultivo de peras e pêsegos registrou leve expansão entre 2019 e 2020 e retração entre 2021 a 2022. Essas espécies têm perdido espaço entre as culturas frutíferas de interesse, de modo geral, apresentaram as menores áreas entre as espécies analisadas. Em 2022 foram cultivados 10.822 ha de pereiras no continente e na Região Norte 435 ha. Já os pessegueiros em 2022 ocuparam 3.825 ha no continente e 390 ha na Região Norte.

A área plantada com cerejeiras no continente em 2019 aumentou para 6.356 ha com retração nos anos seguintes. Na Região Norte em 2022 foram 2.960 ha. É uma cultura típica de zonas frias devido ao período de dormência das plantas. O município de Resende na sub-região do Tâmega e Sousa é um importante produtor de cerejas.

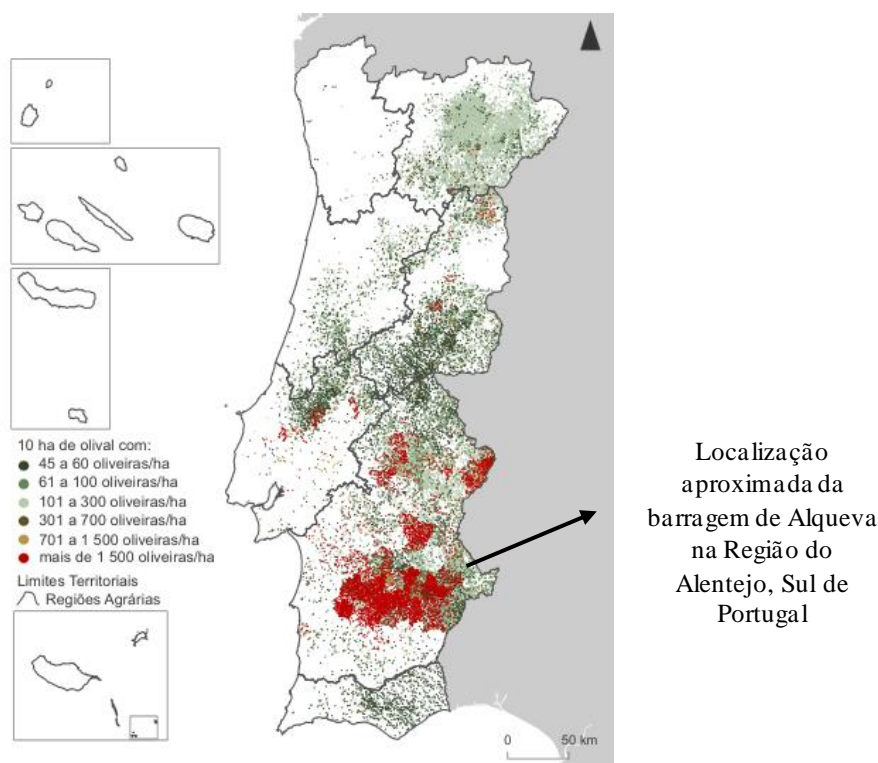
O cultivo de laranjeiras no continente apresentou expansão até 2021, em 2022 na Região Norte foram cultivados 737 ha. A Região do Algarve é a principal produtora de citrinos no país.

A área com cultivo de maçãs em 2019 chegou a 14.311 hectares, mas essa expansão não se manteve ao longo dos anos posteriores, sendo registrado em 2022 no continente 13.549 hectares e na Região Norte 5.851 hectares.

O cultivo de castanhas em Portugal apresentou expansão da área de forma progressiva até 2020 a partir de 2021 houve retração mantendo-se em queda até 2022, sendo registrado no continente 49.744 hectares e na Região Norte 43.700 hectares. Em termos de área ocupada com árvores de fruto os castanheiros estão em terceiro lugar, atrás das amêndoas e das oliveiras.

A (Figura 19) ilustra a distribuição dos olivais em Portugal em 2019, verifica-se a concentração da monocultura de olivais típica da agricultura intensiva próxima a barragem de Alqueva na Região do Alentejo, Sul de Portugal.

Figura 19 – Mapa da distribuição dos olivais em Portugal (2019)



Fonte: Recenseamento Agrícola, 2019

O cultivo das oliveiras possui grande impacto na balança comercial de Portugal. Segundo os dados da (Tabela 28) a área plantada no país com oliveiras chegou em 2022 a 379.365 hectares, o que representa monoculturas altamente especializadas concentradas, especialmente, na Região do Alentejo que em média apresenta 1500 plantas por hectare. Na Região Norte as oliveiras são conduzidas em modo tradicional variando entre 101 a 300 plantas por hectare. As oliveiras ocuparam a maior área cultivada entre as espécies analisadas. Os olivais fazem parte da especialização da agricultura portuguesa, com expansão progressiva de monoculturas na Região do Alentejo que em 2022 ocupou 209.014 hectares. No Norte do país o cultivo é considerado mais tradicional, em 2022 na escala regional (Norte) foram registrados 82.469 hectares configurando a segunda maior região produtiva.

Tabela 28 – Superfície das principais espécies frutíferas e oliveiras

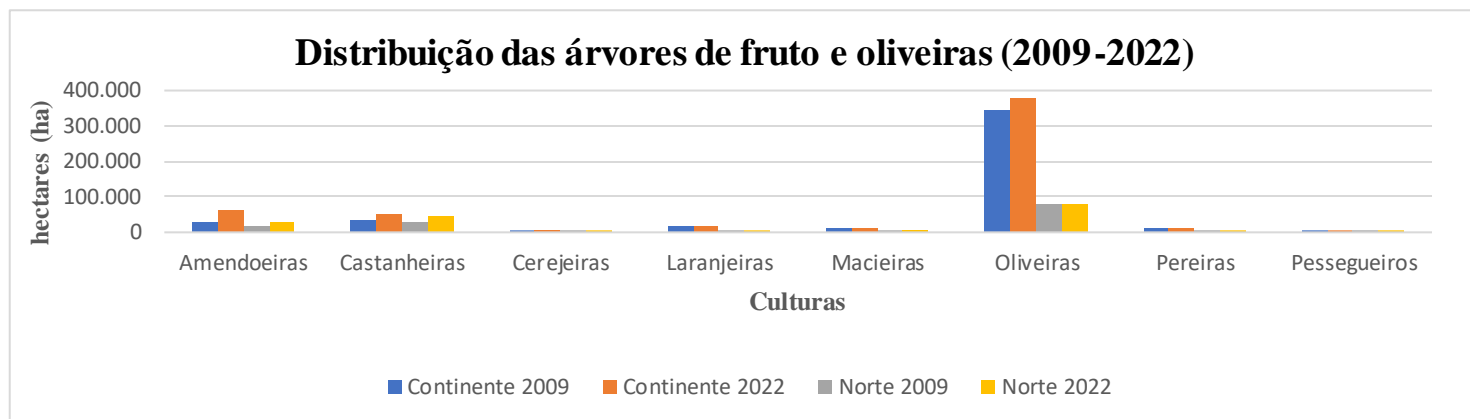
Culturas Territórios	Principais árvores de fruto e oliveiras															
	Amendoieiras		Castanheiros		Cerejeiras		Laranjeiras		Macieiras		Oliveiras		Pereiras		Pessegueiros	
	C	N	C	N	C	N	C	N	C	N	C	N	C	N	C	N
2009	26.839	17.310	34.431	30.386	5.550	3.137	15.838	776	12.406	5.066	344.199	79.657	10.991	449	3.645	371
2019	49.345	25.673	51.489	45.342	6.356	3.099	16.843	774	14.131	6.471	378.364	82.797	11.302	616	3.775	506
2020	52.344	25.612	51.496	45.348	6.278	3.099	16.931	776	14.134	6.470	380.852	82.767	11.302	617	3.791	508
2021	58.404	26.245	50.173	44.024	6.278	2.993	16.965	768	13.739	6.068	380.412	82.590	11.138	499	3.754	439
2022	63.884	26.770	49.744	43.700	6.248	2.960	16.923	737	13.549	5.851	379.365	82.469	10.822	435	3.825	390

Fonte: Censos de 2009, 2019, 2020, 2021 e 2022 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

C = Continente; N = Norte

Em 2020 e 2021 coincidiu com o período da pandemia de Covid-19 e em 2022 com a guerra entre Ucrânia e Rússia, ambas situações contribuíram com o cenário de retração, apenas o setor de amêndoas registrou aumento constante. A (Figura 20) ilustra a distribuição das árvores de fruto e oliveiras em hectares.

Figura 20 – Gráfico da distribuição das árvores de fruto e oliveiras segundo os Censos (2009-2022)



Fonte: Fonte: Censos de 2009, 2019, 2020, 2021 e 2022 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Na última década a fruticultura com culturas permanentes foi a grande aposta dos produtores rurais portugueses. Na Região Norte o investimento foi para os frutos frescos temperados que contribuíram para a economia regional (Recenseamento Agrícola, 2019).

4.2.2– Lagares de azeite

O cultivo de oliveiras ao longo do tempo ocupou as maiores áreas agrícolas dentro do setor das culturas permanentes em Portugal. A (Tabela 29) apresenta o total de lagares de azeite levantados nos últimos 33 anos. O número de lagares de azeite decresceu ao longo dos anos contabilizando em 2022 o total de 455 estabelecimentos.

Os lagares de azeite registrados em Portugal são classificados por tipo, assim, do total em 1995 haviam 86 lagares do tipo particular, 156 cooperativos e 883 industriais. Em 2022 a ordem foi de 46 particulares, 95 cooperativos e 314 industriais.

Tabela 29 – Distribuição total dos lagares de azeite (1989-2022)

Lagares de azeite							
Territórios	1989	1995	2009	2019	2020	2021	2022
Portugal	1.421	1.125	562	491	461	492	455
Norte	x	279	139	124	125	121	115
Alto Tâmega	x	25	15	13	12	14	11
Boticas	x	0	0	0	0	0	0
Chaves	x	3	1	1	1	1	1
Montalegre	x	0	0	0	0	0	0
Ribeira de Pena	x	0	0	0	0	0	0
Valpaços	x	20	14	12	11	13	10
Vila Pouca de Aguiar	x	2	0	0	0	0	0
Tâmega e Sousa	x	12	7	4	3	4	4
Amarante	x	0	1	0	0	0	0
Baião	x	4	0	0	0	0	0
Castelo de Paiva	x	1	2	1	0	1	1
Celorico de Basto	x	2	1	1	1	1	2
Cinfães	x	0	1	1	1	1	0
Felgueiras	x	0	0	0	0	0	0
Lousada	x	0	0	0	0	0	0
Marco de Canaveses	x	1	0	0	0	0	0
Paços de Ferreira	x	0	0	0	0	0	0
Penafiel	x	0	0	0	0	0	0
Resende	x	4	2	1	1	1	1

Fonte: Censos de 1989, 1995, 2009, 2019, 2020, 2021 e 2022 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Embora os olivais representem a cultura de maior expressão agrícola em termos de área plantada, como visto anteriormente na (Tabela 29) os lagares de azeite apresentaram retração ao longo do tempo.

4.2.3 – Produção de azeitonas

De acordo com a (Tabela 30) a produção de azeitonas para azeite apresentou aumento entre 1989 a 2022 com as maiores produtividades nos anos de 2020 e 2021 tanto na escala nacional como na região Norte, mas no ano seguinte em 2022 registrou forte queda.

A produção de azeitonas na sub-região do Alto Tâmega apresentou variação ao longo do período de análise, com maiores produtividades também nos anos de 2020 e 2021 e queda generalizada em 2022 em todos os municípios. Valpaços é o principal produtor de azeitonas da sub-região do Alto Tâmega. Na sub-região do Tâmega e Sousa os municípios de Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende foram os mais produtivos e coincidem com as economias de base agrícola.

Tabela 30 – Produção de azeitonas (1989-2022)

Territórios	Produção de azeitona – tonelada (t)						
	1989	1995	2009	2019	2020	2021	2022
Portugal	309.795	311.257	414.687	916.725	715.176	1.350.238	774.743
Norte	x	84.418	68.469	77.889	113.477	117.702	50.345
Alto Tâmega	x	7.769	7.098	6.375	10.188	10.931	5.500
Boticas	x	4	200	9	13	15	5
Chaves	x	414	282	165	348	423	148
Montalegre	x	10	0	1	1	*	0
Ribeira de Pena	x	49	20	22	10	21	0
Valpaços	x	7.211	6.486	6.150	9.750	10.403	5.331
Vila Pouca de Aguiar	x	81	109	28	66	69	17
Tâmega e Sousa	x	659	1.421	1.431	298	1.325	357
Amarante	x	75	125	29	12	25	6
Baião	x	182	208	385	79	356	111
Castelo de Paiva	x	1	56	65	*	35	19
Celorico de Basto	x	149	209	121	44	133	3
Cinfães	x	25	301	279	51	295	51
Felgueiras	x	0	0	3	0	1	0
Lousada	x	8	0	0	5	0	0
Marco de Canaveses	x	22	31	66	12	41	22
Paços de Ferreira	x	0	0	0	0	0	0
Penafiel	x	0	212	26	6	2	10
Resende	x	197	278	458	88	437	137
Alto Tâmega	x	7.769	7.098	6.375	10.188	10.931	5.500
Boticas	x	4	200	9	13	15	5
Chaves	x	414	282	165	348	423	148
Montalegre	x	10	0	1	1	*	0
Ribeira de Pena	x	49	20	22	10	21	0
Valpaços	x	7.211	6.486	6.150	9.750	10.403	5.331
Vila Pouca de Aguiar	x	81	109	28	66	69	17
Tâmega e Sousa	x	659	1.421	1.431	298	1.325	357
Amarante	x	75	125	29	12	25	6
Baião	x	182	208	385	79	356	111
Castelo de Paiva	x	1	56	65	*	35	19
Celorico de Basto	x	149	209	121	44	133	3
Cinfães	x	25	301	279	51	295	51
Felgueiras	x	0	0	3	0	1	0
Lousada	x	8	0	0	5	0	0
Marco de Canaveses	x	22	31	66	12	41	22
Paços de Ferreira	x	0	0	0	0	0	0
Penafiel	x	0	212	26	6	2	10
Resende	x	197	278	458	88	437	137

Fonte: Censos de 1989, 1995, 2009, 2019, 2020, 2021 e 2022 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

* Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada

De maneira geral, em 2022 houve queda da produção de azeitonas em Portugal correlacionada por motivos climáticos como a seca generalizada no país, fitossanitários e de escassez de mão de obra, mas, também pelos custos dos fatores de produção como energia, combustível e fertilizantes que aumentaram devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Essa queda na produção pode ser verificada no mercado consumidor brasileiro com aumentos consideráveis no preço dos azeites.

As condições climáticas desfavoráveis como a seca que se instalou em 2022 afetaram as plantações de sequeiro na região de Trás-os-Montes onde encontram-se os olivais tradicionais. Na região do Alentejo a barragem de Alqueva provavelmente auxiliou os produtores no enfrentamento das adversidades, mas ainda assim a produção foi comprometida quando comparada a outros períodos.

Esse cenário demonstra a necessidade de políticas e de infraestruturas públicas no planejamento dos territórios rurais para que os mesmos possam ser desenvolvidos de forma sustentável, em especial, na valorização de cultivos adaptados às condições edafoclimáticas do país, pois, a desertificação é uma possibilidade latente em Portugal, devido às alterações climáticas em curso.

4.2.4 – Produção de azeite

A escala de análise para esse tópico centrou-se na produção total em Portugal e na Região Norte do país. Os dados da (Tabela 31) demonstram que ao longo do período de análise a produção de azeite apresentou crescimento progressivo com exceção dos anos de 2020 e 2022 que podem ser considerados como pontos de inflexão, em que situações específicas alteraram a dinâmica da produção no país.

Considerando a produção de azeite em Portugal os dados da (Tabela 31) descrevem a evolução da produtividade no país.

Tabela 31 – Produção de azeite em Portugal (1995-2022)

Azeite produzido – hectolitro (hl)						
Territórios						
Anos	Portugal				Norte	%
	Total	Particular	Cooperativo	Industrial	Total	
1995	477.728	33.361	124.039	320.328	147.671	30,9
2009	681.850	32.575	247.143	402.133	116.546	17,09
2019	1.540.630	90.925	240.415	1.209.290	118.970	7,72
2020	1.070.620	41.259	169.738	859.623	179.216	16,73
2021	2.289.549	69.192	378.743	1.841.615	206.597	9,02
2022	1.377.529	40.132	216.575	1.120.821	80.361	5,83

Fonte: Censos de 1995, 2009, 2019, 2020, 2021 e 2022 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Os dados da (Tabela 31) demonstram que a participação da produção do Norte vem retraindo ao longo do tempo apesar da produção total ter aumentado.

4.2.5 – Produção das principais culturas agrícolas

Conhecer a produção das principais culturas agrícolas de Portugal após a regulação de seu setor primário pela PAC permitiu compreender a dinâmica que se estabeleceu nos territórios rurais ao longo do tempo. Ao observar a dinâmica da produção agrícola no continente e na Região Norte de Portugal, pode-se considerar que as novas regras da PAC 21/27 aplicadas nas sub-regiões em estudo, podem contribuir com o desenvolvimento dos territórios rurais devido ao apoio que essa política pública direciona à agricultura biológica.

Considerando os dados da (Tabela 32) na Região Norte a segunda cultura agrícola com maior produção ao longo do período analisado foi a vinha registrando em 2019 334.135 toneladas, seguida dos frutos frescos com 210.542 toneladas também em 2019. Os cereais para grão, as batatas e o olival também apresentaram relevância entre as culturas analisadas (Figura 21).

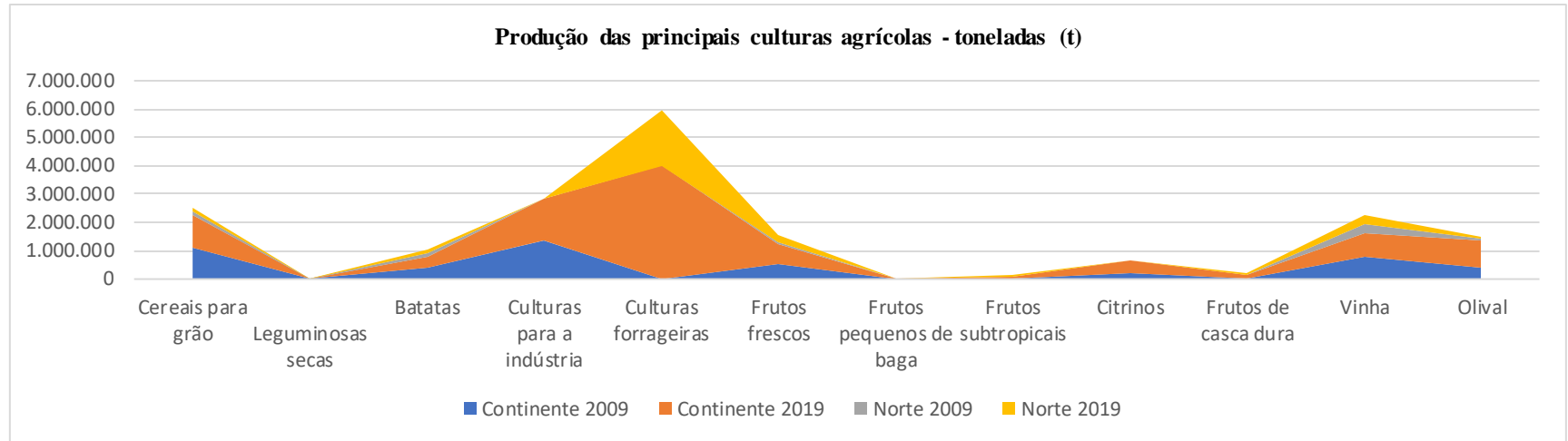
Tabela 32 – Produção das principais culturas agrícolas (2009-2022)

Territórios	Produção das principais culturas agrícolas – toneladas (t)									
	Continente					Norte				
Anos	2009	2019	2020	2021	2022	2009	2019	2020	2021	2022
Cereais para grão	1.117.235	1.151.132	1.043.823	1.117.409	1.011.978	123.619	124.166	125.177	129.165	111.543
Principais leguminosas secas	2.541	4.425	5.399	6.460	6.876	841	788	753	786	732
Batata	408.284	381.668	368.691	374.655	284.952	123.446	110.703	110.639	115.551	82.445
Principais culturas para a indústria	1.359.581	1.450.836	1.265.439	1.601.304	1.290.946	29	18	15	21	8
Principais culturas forrageiras	*	4.012.243	3.803.909	3.900.968	3.513.000	*	1.944.772	1.961.508	1.961.063	1.996.515
Principais frutos frescos	547.343	682.453	505.503	709.240	524.241	95.803	210.542	150.862	203.302	162.784
Frutos pequenos de baga	*	43.741	43.779	*	*	*	5.341	5.493	*	*
Principais frutos subtropicais	26.762	56.967	61.812	75.046	78.213	20.764	36.520	36.943	45.646	43.367
Citrinos	225.475	407.528	417.329	430.324	447.504	7.022	7.276	8.557	8.812	8.945
Principais frutos de casca rija	42.281	82.204	78.839	86.683	75.978	34.660	55.274	48.215	47.114	30.015
Vinha	777.407	858.489	847.855	972.273	898.359	293.954	334.135	278.616	332.636	318.673
Olival	422.978	939.066	735.347	1.375.753	791.658	71.985	83.164	117.343	122.489	52.830

Fonte: Censos de 2009, 2019, 2020, 2021 e 2022 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

*valor não disponível

Figura 21 – Gráfico da produção das principais culturas agrícolas segundo os Censos (2009-2019)



Fonte: Censos de 2009 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

As forrageiras destacaram-se entre as principais culturas no Continente e na Região Norte, demonstrando a orientação desse cultivo para alimentação do gado, em especial, o bovino.

4.2.6 – Produção de vinho por cor

A produção de vinho em Portugal pode ser contemplada pela (Tabela 33), onde estão descritos os tipos de vinhos produzidos por cor em hectolitros (hl) durante os anos de 2009 a 2022. Em 2021 registrou-se 7.314.469 hl o maior volume dentro do período de análise. Na Região Norte a produção de vinho apresentou dinâmica semelhante com um total de 2.563.994 hl registrados em 2022, o que representa quase 38% da produção nacional colocando a Região como grande produtora de vinhos em Portugal.

Analisando os vinhos por tipo a produção de vinho branco no continente cresceu progressivamente ao longo do período de análise, registrando em 2022 o total de 2.375.601 hl, e a Região Norte produziu 1.253.306 hl no mesmo ano, o que equivale a quase 53% da produção nacional. A produção de vinho tinto e rosado no continente variou ao longo do período registrando o maior volume em 2021 com 5.017.681 hl. A Região Norte em 2022 registrou 1.310.688 hl um volume menor do que em 2009 que foi de 1.398.192 hl indicando que os impactos do clima e dos custos de produção modificaram a dinâmica nos vinhedos e repercutiram na produção nacional.

A sub-região do Alto Tâmega apresentou queda progressiva na produção ao longo do período. Em todos os municípios houve queda na produção, com exceção de Montalegre que passou a registrar a partir de 2021 um crescimento mais expressivo na sub-região, partindo de 13 hl em 2021 para 2.003 hl em 2022, um aumento de 15%. Valpaços mantém a primeira posição apesar de ter registrado queda no volume de produção ao longo dos anos, saindo de 30.896 hl em 2009, para 11.740 hl em 2022, uma perda de quase 38%.

A produção de vinho branco na sub-região do Alto Tâmega apresentou queda ao longo do período. O município de Montalegre registrou 513 hl em 2022, considerando que nos outros anos o volume total foi de 0 (zero) hl. Esse novo cenário no município pode ser correlacionado aos incentivos previstos nas novas regras da PAC 21/27 que irão atender o setor da vitivinicultura associado ao Eixo B do Plano estratégico de Portugal.

A produção de vinho tinto e rosado na Sub-região do Alto Tâmega apresentou queda ao longo do período de análise. Montalegre inicia registros de produção a partir de 2021 com 13 hl, com crescimento para 1.490 hl em 2022. Boticas produz essa variedade de vinho desde 2009, registrando nesse ano 71 hl, e ao longo do tempo diminui o volume, registrando em 2022, 49 hl, é o município com o menor volume de produção. Valpaços é o principal produtor de vinho tinto e rosado, seguido de Chaves.

A sub-região do Tâmega e Sousa apresentou dinâmica diferente, a produção de vinho total cresceu ao longo do período de análise. Felgueiras foi o município com a melhor performance registrando o maior volume produzido em 2022, com 147.772 hl. De maneira geral, todos os municípios da sub-região do Tâmega e Sousa apresentam volumes totais de vinho bem superiores aos da sub-região do Alto Tâmega, com exceção do município de Paços de Ferreira que registrou a menor produção ao longo do período.

A produção de vinho branco na sub-região do Tâmega e Sousa apresentou crescimento progressivo ao longo do período. Felgueiras foi o maior produtor registrando em 2022, 125,622 hl. Paços de Ferreira registrou em 2022 o menor volume de vinho produzido com 271 hl.

Dos municípios mais ruralizados da sub-região do Tâmega e Sousa Celorico de Basto é o que possui maior expressividade, registrou em 2022 61.236 hl de vinho branco. Baião registrou 20.514 hl em 2022, seguido de Cinfães com 1.560 hl e Resende com 1.006 hl o município com menor produtividade entre os mais ruralizados.

A produção de vinho tinto e rosado na sub-região do Tâmega e Sousa registrou variação no volume produzido alcançando o maior resultado em 2021 com 80.410 hl. O município de Felgueiras registrou crescimento progressivo ao longo do período de análise configurando como o maior produtor da sub-região.

A produção de vinho por cor nos territórios analisados indica que o vinho tinto e rosado é o mais produzido tanto no continente quanto na Região Norte. Enquanto que na sub-região do Alto Tâmega a produção de vinho tinto e rosado superou a produção de vinho branco.

A sub-região do Tâmega e Sousa produz ambos os vinhos, mas os volumes do vinho branco superam a produção de vinho tinto e rosado indicando que há uma especialização da atividade na sub-região em questão centrada em quatro municípios, Felgueiras, Penafiel, Amarante e Celorico de Basto.

Tabela 33 – Produção de vinhos por cor em Portugal (2009-2022)

Territórios	Cor do vinho														
	Total	Branco				Tinto e rosado									
	2009	2019	2020	2021	2022	2009	2019	2020	2021	2022	2009	2019	2020	2021	2022
Continente	5.834.310	6.474.757	6.372.418	7.314.469	6.805.348	1.869.757	2.154.191	2.163.596	2.296.790	2.375.601	3.964.554	4.320.565	4.208.821	5.017.681	4.429.748
Norte	2.373.749	2.665.638	2.226.719	2.652.266	2.563.994	975.557	1.122.375	1.068.064	1.171.092	1.253.306	1.398.192	1.543.264	1.158.656	1.481.173	1.310.688
Alto Tâmega	48.910	30.465	17.570	24.686	19.426	14.312	6.744	4.307	4.064	4.800	34.598	23.721	13.263	20.621	14.688
Boticas	71	43	45	45	49	0	0	0	0	0	71	43	45	45	49
Chaves	12.156	3.724	3.443	3.040	3.141	3.808	927	807	696	771	8.348	2.797	2.637	2.344	2.370
Montalegre	0	0	0	13	2.003	0	0	0	0	513	0	0	0	13	1.490
Ribeira de Pena	5.575	3.045	2.935	2.196	2.311	1.334	1.114	1.267	635	698	4.243	1.932	1.668	1.561	1.613
Valpaços	30.896	23.406	10.994	19.243	11.740	9.149	4.621	2.182	2.673	2.747	21.748	18.785	8.813	16.570	8.993
Vila Pouca de Aguiar	212	247	154	149	182	21	83	52	60	69	190	164	102	89	113
Tâmega e Sousa	427.311	438.126	447.686	499.204	543.699	339.140	376.972	385.250	418.794	469.370	88.172	61.155	62.436	80.410	74.330
Amarante	96.782	70.880	68.813	79.383	117.311	76.518	58.326	56.291	65.888	100.170	20.264	12.554	12.522	13.496	17.142
Baião	34.138	17.674	19.803	19.812	22.727	30.520	15.168	17.770	17.699	20.514	3.619	2.506	2.032	2.114	2.214
Castelo de Paiva	7.989	11.913	10.567	14.312	18.329	3.820	8.683	7.729	10.062	14.561	4.169	3.230	2.839	4.252	3.768
Celorico de Basto	39.444	57.154	61.791	83.302	76.421	26.026	44.868	46.280	62.189	61.236	13.419	12.286	15.511	20.113	15.186
Cinfães	4.889	2.464	2.047	2.032	2.064	2.635	1.717	1.348	1.520	1.560	2.255	748	700	512	504
Felgueiras	79.628	129.381	128.746	147.727	147.772	65.074	115.507	114.493	125.249	125.622	14.554	13.873	14.254	22.478	22.152
Lousada	24.000	17.117	17.313	25.611	19.828	18.951	13.839	14.491	20.838	15.996	5.049	3.278	2.821	4.774	3.832
Marco de Canaveses	17.743	9.945	9.125	10.252	10.968	11.959	7.667	7.008	7.747	8.601	5.784	2.278	2.118	2.506	2.368
Paços de Ferreira	1.985	392	347	528	359	1.460	305	252	409	271	525	87	96	120	89
Penafiel	116.175	118.360	126.779	115.135	125.632	101.320	109.887	118.885	106.412	119.837	14.855	8.474	7.894	8.723	5.795
Resende	4.539	2.846	2.357	2.109	2.289	859	1.006	706	784	1.006	3.679	1.839	1.650	1.326	1.284

Fonte: Censos de 2009, 2019, 2020, 2021 e 2022 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

4.3 - Emprego

O indicador emprego expressa a organização do trabalho agrícola no continente, na Região Norte e nas sub-regiões em estudo, em quatro categorias:

- Mão de obra agrícola familiar e não familiar;
- Mão de obra agrícola a tempo completo e parcial;
- Dirigentes de explorações agrícolas por sexo;
- Produtores agrícolas singulares por sexo.

4.3.1 – Mão de obra agrícola familiar e não familiar

A Região Sul de Portugal atualmente passa por um processo intensivo de especialização das atividades agrícolas. O comando das propriedades rurais é feito por empresas ligadas ao agronegócio global voltado à exportação de alimentos, monoculturas, intenso uso de tecnologia, capital e concentração de terras como na produção de amêndoas e os olivais.

A Região Norte por sua vez apresenta um cenário agrícola mais voltado à atuação da agricultura familiar, com características edafoclimáticas distintas, além do tamanho das propriedades (minifúndios em sua maioria), a urbanização e industrialização que resultaram no processo de litoralização do país contribuíram para a maior incidência da gestão familiar nas propriedades rurais do Norte de Portugal.

Os dados referentes à mão de obra agrícola familiar e não familiar nos anos de 1989 e 2019 estão descritos na (Tabela 34). É um recorte da realidade encontrada logo após a adesão de Portugal ao bloco comunitário e nos tempos atuais.

Tabela 34 – Mão de obra agrícola segundo os Censos: total e por tipo (1989-2019)

Territórios	Tipo de mão de obra (indivíduo)					
	Total 1989	Total 2019	Familiar 1989	Familiar 2019	Não familiar 1989	Não familiar 2019
Continente	1.449.906	596.938	1.368.942	526.968	80.964	69.970
Norte	567.585	248.826	542.240	231.236	25.345	17.590
Alto Tâmega	53.144	30.039	52.484	29.379	660	660
Boticas	4.351	2.118	4.339	2.065	12	53
Chaves	17.041	8.468	16.817	8.331	224	137
Montalegre	7.834	5.254	7.750	5.118	84	136
Ribeira de Pena	4.174	1.280	4.092	1.218	82	62
Valpaços	12.874	9.282	12.742	9.133	132	149
Vila Pouca de Aguiar	6.870	3.637	6.744	3.514	126	123
Tâmega e Sousa	85.870	27.528	82.612	25.048	3.258	2.480
Amarante	11.771	3.890	11.400	3.496	371	394

Baião	8.832	2.662	8.553	2.468	279	194
Castelo de Paiva	3.763	1.256	3.663	1.154	130	102
Celorico de Basto	8.286	3.200	8.109	2.995	177	205
Cinfães	9.007	3.157	8.917	3.045	90	112
Felgueiras	7.197	2.856	6.726	2.581	471	275
Lousada	5.028	1.783	4.718	1.560	310	223
Marco de Canaveses	10.120	2.228	9.704	1.900	416	328
Paços de Ferreira	4.226	745	3.998	679	228	66
Penafiel	11.635	2.845	10.956	2.448	679	397
Resende	6.005	2.906	5.898	2.722	107	184

Fonte: Censos de 1989 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Os dados da (Tabela 34) indicam que ao longo do tempo a mão de obra agrícola total diminuiu em todos os territórios analisados. Em 1989 três anos após a adesão de Portugal à CEE haviam 1.449.906 trabalhadores rurais no continente, 567.585 trabalhadores na Região Norte, 53.144 trabalhadores na sub-região do Alto Tâmega e 85.870 trabalhadores na sub-região do Tâmega e Sousa. Três décadas depois perdeu-se 41% da mão de obra agrícola no continente, quase 44% na Região Norte, 56,5% na sub-região do Alto Tâmega e 32% na sub-região do Tâmega e Sousa.

Esses dados revelam que a adesão de Portugal a União Europeia impactou de forma negativa a agricultura familiar de forma mais intensa do que a agricultura não familiar, alguns aspectos correlacionam-se com esses resultados, como a maior exigência de capital e conhecimento técnico na condução das atividades agrícolas, o que repercutiu diretamente na capacidade dos pequenos agricultores em se adequarem as exigências da PAC para acessarem os subsídios dessa política pública. Além da entrada no país de alimentos provenientes de outros Estados-Membros com menor custo de produção o que desmotivou os pequenos agricultores a continuarem na atividade agrícola.

A perda de mão de obra agrícola familiar e não familiar nas áreas em estudo demonstra que a agricultura familiar nesses territórios rurais tem passado pela perda da população mais jovem, em busca de melhores condições de trabalho, salários e qualidade de vida em geral, o que repercute em uma dinâmica que intensifica o esvaziamento dos campos, dificultando a troca geracional e a economia local. É essa constatação que incentiva a adoção de abordagens alternativas na gestão dos territórios rurais por meio de políticas públicas e da governança local. Apoiar a agricultura familiar de base agroecológica é a chave para uma nova dinâmica em áreas rurais fragilizadas conciliando os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos científicos no melhor uso dos recursos naturais e na produção de alimentos.

4.3.2 – Mão de obra agrícola a tempo completo e parcial

A dinâmica de trabalho nas zonas rurais da Região Norte de Portugal apresenta a necessidade de intercalar o trabalho agrícola com outras fontes de renda. Em geral, essa dinâmica acontece devido ao pequeno tamanho das propriedades rurais que possuem em média 3 hectares, e a produção agrícola em muitos casos é para o auto abastecimento como as hortas familiares. As propriedades rurais com orientação para a venda de produtos agrícolas possuem dinâmica diferente em que a mão de obra assalariada pode estar presente.

Nesse contexto, a (Tabela 35) ilustra a dinâmica da mão de obra agrícola onde são identificados os trabalhadores que se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas e os trabalhadores que se dedicam em tempo parcial conciliando outras fontes de renda.

Tabela 35 – Mão de obra agrícola: total, a tempo parcial e completo (1989-2019)

Territórios	Regime de duração do trabalho (indivíduo)								
	Total 1989	Total 2009	Total 2019	Tempo completo 1989	Tempo completo 2009	Tempo completo 2019	Tempo parcial 1989	Tempo parcial 2009	Tempo parcial 2019
Continente	1.449.906	649.607	596.938	262.625	127.128	96.772	1.187.281	522.479	500.166
Norte	567.585	268.083	248.826	106.184	58.222	35.661	461.401	209.861	213.165
Alto Tâmega	53.144	32.082	30.039	5.034	4.724	3.894	48.110	27.538	26.145
Boticas	4.351	2.543	2.118	176	157	938	4.175	2.386	1.180
Chaves	17.041	9.429	8.468	965	1.005	374	16.076	8.424	8.094
Montalegre	7.834	5.407	5.254	1.062	1.270	929	6.772	4.137	4.325
Ribeira de Pena	4.174	1.593	1.280	1.368	523	427	2.806	1.070	853
Valpaços	12.874	9.456	9.282	1.350	707	637	11.524	8.749	8.645
Vila Pouca de Aguiar	6.870	3.654	3.637	113	1.062	589	6.757	2.592	3.048
Tâmega e Sousa	85.870	31.575	27.528	21.371	7.397	4.209	64.499	24.178	23.319
Amarante	11.771	4.643	3.890	3.064	800	458	8.707	3.843	3.432
Baão	8.832	3.139	2.662	2.260	751	216	6.572	2.388	2.446
Castelo de Paiva	3.763	1.974	1.256	721	346	219	3.042	1.628	1.037
Celorico de Basto	8.286	3.469	3.200	4.939	1.013	308	3.347	2.456	2.892
Cinfães	9.007	3.135	3.157	1.376	1.021	539	7.631	2.114	2.618
Felgueiras	7.197	2.798	2.856	1.446	696	681	5.751	2.102	2.175
Lousada	5.028	1.772	1.783	744	426	352	4.284	1.346	1.431
Marco de Canaveses	10.120	3.294	2.228	2.079	404	264	8.041	2.890	1.964
Paços de Ferreira	4.226	1.206	745	574	423	192	3.652	783	553
Penafiel	11.635	3.913	2.845	3.601	730	614	8.034	3.183	2.231
Resende	6.005	2.232	2.906	567	787	366	5.438	1.445	2.540

Fonte: Censos de 1989, 2009 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Os dados da (Tabela 35) indicam que o trabalho agrícola ao longo do tempo diminuiu em todos os territórios analisados, com exceção de Cinfães, Felgueiras, Lousada e Resende na sub-região do Tâmega e Sousa. Esses municípios apresentaram na última década indicadores mais positivos em termos de emprego e renda em comparação à sub-região do Alto Tâmega. De modo geral, a mão de obra agrícola a tempo parcial apresentou aumento nos municípios mais ruralizados durante a última década, o que demonstra a necessidade de complementação da renda familiar por meio de outras atividades não agrícolas.

4.3.3 – Dirigentes de propriedades agrícolas por sexo

Esse tópico é relacionado à distribuição dos homens e mulheres responsáveis pela gestão das propriedades agrícolas nos territórios em estudo, porém, não sendo os mesmos proprietários legais das terras em Portugal são conhecidos como dirigentes.

Conforme o último levantamento estatístico do governo português a gestão das propriedades agrícolas é feita majoritariamente por homens 84,9%, possuem nível superior 48,1% com formação específica em Ciências Agrárias 19,1% e 25% possuem apenas formação agrícola prática, com 69,8% trabalhando a tempo parcial nas propriedades agrícolas que dirigem. Em geral, são 13 anos mais novos que os agricultores familiares possuem idade média de 51 anos (Recenseamento Agrícola, 2019).

A (Tabela 36) ilustra a evolução da gestão agrícola segundo os Censos.

Tabela 36 – Dirigentes de propriedades agrícolas: total e por sexo (indivíduos) (continua)

Territórios	Sexo (indivíduos)								
	Total 1989	Total 2009	Total 2019	Masculino 1989	Masculino 2009	Masculino 2019	Feminino 1989	Feminino 2009	Feminino 2019
Continente	550.879	278.114	266.039	461.214	196.609	183.346	89.665	81.505	82.693
Norte	192.213	110.841	109.771	150.909	70.975	69.837	41.304	39.866	39.934
Alto Tâmega	20.291	14.473	14.757	17.190	9.544	9.277	3.101	4.929	5.480
Boticas	1.614	1.181	1.089	1.368	761	663	246	420	426
Chaves	6.486	4.149	3.938	5.451	2.952	2.597	1.035	1.197	1.341
Montalegre	3.007	2.416	2.590	2.576	1.405	1.412	431	1.011	1.178
Ribeira de Pena	1.464	647	623	1.247	425	395	217	222	228
Valpaços	5.229	4.475	4.688	4.433	3.127	3.171	796	1.348	1.517
Vila Pouca de Aguiar	2.491	1.605	1.829	2.115	874	1.039	376	731	790
Tâmega e Sousa	26.390	12.416	11.212	20.746	7.422	7.003	5.644	4.994	4.209
Amarante	3.594	1.783	1.682	2.795	1.152	1.084	799	631	598
Baião	2.875	1.326	1.166	2.153	630	604	722	696	562
Castelo de Paiva	1.124	662	546	835	331	319	289	331	227
Celorico de Basto	2.723	1.442	1.365	2.270	826	789	453	616	576
Cinfães	3.064	1.337	1.235	2.322	621	677	742	716	558
Felgueiras	2.182	1.138	1.060	1.929	907	782	253	231	278
Lousada	1.405	677	627	1.203	501	439	202	176	188
Marco de Canaveses	2.790	1.157	899	2.062	660	567	728	497	332
Paços de Ferreira	1.206	415	293	992	288	215	214	127	78
Penafiel	3.245	1.493	1.104	2.475	949	733	770	544	371
Resende	2.182	986	1.235	1.710	557	794	472	429	441

Fonte: Censos de 1989, 2009 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Os dados da (Tabela 36) indicam que entre as décadas de 1989 a 2019 no continente e na Região Norte registrou-se queda progressiva no número total de gestores de ambos os sexos. A sub-região do Alto Tâmega na última década apresentou aumento do número total de gestores devido a contribuição dos municípios de Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. Já na

sub-região do Tâmega e Sousa apenas no município de Resende houve aumento no número total de gestores.

A categoria gestores femininos foi a que apresentou o maior aumento na última década no continente, na Região Norte e em todos os municípios da sub-região do Alto Tâmega. Já na sub-região do Tâmega e Sousa apenas nos municípios de Felgueiras, Lousada e Resende foram registrados aumentos no número de gestoras durante a última década.

A participação dos homens enquanto gestores de propriedades agrícolas ainda é dominante, porém, é preciso que as novas regras da PAC 21/27 sejam assimiladas como forma de mudança de paradigma, valorizando o trabalho das mulheres que trabalham com a agricultura.

4.3.4 – Produtores agrícolas singulares por sexo

Ao longo do tempo as mulheres têm aumentado a participação na condução das propriedades agrícolas, seja porque ficaram viúvas, seja porque conduzem hortas familiares ou atividades da agropecuária que estão a cargo de suas orientações. Oferecer capacitação a essas mulheres, de tal forma que possam gerar renda satisfatória para sustentar a si e suas famílias, deve ser incluído na mudança de paradigma proposta pela nova PAC 21/27. O trabalho das agricultoras nem sempre é valorizado, seja pelo machismo dos homens, seja pela falta de oportunidades de agregar valor aos conhecimentos que as mesmas possuem na lida do campo. Para uma ruptura com o sistema dominante de produção de alimentos baseado no agronegócio é preciso incluir as mulheres como partes importantes dos agroecossistemas sustentáveis.

Identificar a participação das mulheres enquanto responsáveis legais das propriedades agrícolas permite que políticas públicas sejam formuladas atendendo as necessidades das agricultoras equilibrando as questões da divisão sexual do trabalho.

A (Tabela 37) ilustra a distribuição dos produtores singulares por sexo, ou seja, dos proprietários legais das terras nos territórios em análise.

Tabela 37 – Produtores agrícolas singulares segundo os Censos: total e por sexo

Territórios	Total			Sexo (indivíduos)					
	1989	2009	2019	Masculino 1989	Masculino 2009	Masculino 2019	Feminino 1989	Feminino 2009	Feminino 2019
Continente	546.069	270.507	250.615	462.535	186.194	168.459	83.534	84.313	82.156
Norte	191.025	108.912	105.349	151.280	67.188	65.467	39.745	41.724	39.882
Alto Tâmega	20.246	14.337	14.425	17.167	9.089	8.904	3.079	5.248	5.521
Boticas	1.614	1.158	1.061	1.385	709	639	229	449	422
Chaves	6.475	4.133	3.870	5.460	2.790	2.525	1.015	1.343	1.345
Montalegre	3.002	2.358	2.504	2.590	1.275	1.324	412	1.083	1.180
Ribeira de Pena	1.461	641	603	1.202	412	381	259	229	222
Valpaços	5.217	4.461	4.632	4.432	3.049	3.092	785	1.412	1.540
Vila Pouca de Aguiar	2.477	1.586	1.755	2.098	854	943	379	732	812
Tâmega e Sousa	26.287	12.197	10.626	20.847	7.100	6.441	5.440	5.097	4.185

Amarante	3.580	1.741	1.584	2.816	1.071	997	764	670	587
Baião	2.869	1.305	1.112	2.297	616	560	572	689	552
Castelo de Paiva	1.121	653	515	833	320	292	288	333	223
Celorico de Basto	2.717	1.423	1.304	2.309	798	740	408	625	564
Cinfães	3.058	1.333	1.202	2.383	611	644	675	722	558
Felgueiras	2.163	1.109	993	1.904	866	724	259	243	269
Lousada	1.395	665	585	1.202	487	399	193	178	186
Marco de Canaveses	2.778	1.127	824	1.944	590	476	834	537	348
Paços de Ferreira	1.202	406	275	1.001	280	196	201	126	79
Penafiel	3.227	1.458	1.029	2.469	918	662	758	540	367
Resende	2.177	977	1.203	1.689	543	751	488	434	452

Fonte: Censos de 1989, 2009 e 2019 (Pordata). Org.: a autora, 2024.

Os dados da (Tabela 37) indicam que ao longo do período de análise os produtores agrícolas singulares, ou seja, os que dirigem por conta própria a propriedade rural, apresentou queda generalizada no continente e na Região Norte de Portugal. A sub-região do Alto Tâmega registrou crescimento do número de produtores singulares, devido à contribuição dos municípios de Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. E na sub-região do Tâmega e Sousa apenas o município de Resende registrou crescimento no número total de produtores agrícolas singulares no decorrer do tempo.

As propriedades agrícolas em Portugal são geridas em sua maioria por homens (67,1%), idosos com média de 64 anos de idade, com baixa escolaridade 46,3% concluíram o primeiro nível do ensino básico, 53% possuem formação agrícola exclusivamente prática. As famílias são compostas, em geral, por quase 3 pessoas e 59,5% destas famílias dependem de pensões ou aposentadorias (Recenseamento Agrícola, 2019).

O ensino formal não faz parte da realidade da maioria dos produtores agrícolas singulares em Portugal, esse fato se reflete no baixo uso tecnológico e de inovação que acaba impactando a produtividade e a geração de renda das famílias. Essa dinâmica traz uma informação importante sobre a necessidade de políticas públicas direcionadas às agricultoras, em especial, nos territórios rurais mais fragilizados.

As mulheres em geral, têm sobrecarga de tarefas domésticas sendo comum o comando das atividades agrícolas como por exemplo, as hortas familiares. Em muitos casos o trabalho executado pelas agricultoras não é contabilizado, não havendo a capacitação das mesmas para o aprendizado comercial da produção de alimentos. É necessário que haja a valorização da produção agrícola feita pelas mulheres. A capacitação das agricultoras direcionando-as para a gestão participativa, com foco na conservação dos recursos naturais e o aumento da renda, pode ser alcançado pela inclusão da agroecologia e posteriormente, da agricultura biológica em suas propriedades.

A sub-região do Alto Tâmega poderá se beneficiar das novas regras da PAC 21/27 devido a inserção da mesma na Rede Internacional das Bio-Regiões. A capacitação das mulheres em relação à agroecologia e a agricultura biológica poderá ser um diferencial na

dinâmica territorial, pois o aumento no número de agricultoras é uma realidade identificada nos levantamentos estatísticos do governo. Os agricultores também deverão ser beneficiados, mas a mudança nos agroecossistemas deve passar pela igualdade de gênero nas atividades econômicas de forma a alcançar êxito no modelo de gestão territorial comunitária preconizado no projeto das bio-regiões.

Todos os dados apresentados neste capítulo, tiveram por objetivo caracterizar a produção agrícola convencional nos territórios em estudo. A atual reforma da PAC 21/21 poderá beneficiar os territórios mais fragilizados e a agricultura familiar por meio da inserção da agroecologia e da agricultura biológica como base das atividades econômicas, sociais e ambientais. O objetivo da União Europeia em converter 25% das terras agricultáveis com agricultura biológica poderá romper com o paradigma do modelo químico-mecânico.

Um território resulta da interação de pessoas com o espaço ao longo do tempo, com limites sociais e espaciais definidos que exigem organização e ações dos entes públicos e privados em diversas camadas territoriais. O desenvolvimento sustentável dos territórios rurais requer reorganização e redefinição das ações econômicas e técnicas, que garantam o bem-estar social e ambiental, e esse modelo de gestão territorial incide sobre a reconfiguração dos sistemas alimentares desde a produção até as mesas dos consumidores. O modelo das bio-regiões contempla novas abordagens territoriais enquanto valorização das características endógenas de determinada área geográfica, conciliando diversos atores sociais na gestão comunitária dos recursos naturais e na produção sustentável de alimentos (Costa *et al.*, 2022).

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do método regressivo-progressivo de Lefebvre permitiu compreender a influência da Política Agrícola Comum da União Europeia sobre os territórios rurais em estudo. Considerando a primeira etapa do método, o momento descritivo identificou a organização e dinâmica dos municípios que compõem a sub-região do Alto Tâmega em suas instâncias socioespaciais, são territórios com predomínio do setor agrícola na base de suas economias, possuem baixa densidade demográfica, acentuado envelhecimento populacional, oferta de infraestruturas de serviços, educação e saúde condizentes com áreas de pouco dinamismo, o que estimula a saída dos jovens e impacta a troca geracional.

A existência de localidades com presença de resquícios arqueológicos de civilizações passadas, recursos naturais abundantes de grande valor paisagístico e associados a modelos de gestão territorial tradicional foram importantes para incluir a sub-região do Alto Tâmega na

Rede Internacional das Bio-regiões e nos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial, estimulando a atividade turística na região.

O relevo montanhoso e o isolamento geográfico contribuíram para a definição de relações socioespaciais únicas nessa sub-região, devido a pouca aptidão desses territórios rurais em responder ao modelo químico-mecânico, a influência da Política Agrícola Comum se desenvolveu de modo distinto quando comparada a Região Sul do país. A agricultura de base familiar conduzida em propriedades de pequena dimensão, distantes dos centros urbanos proporcionaram a criação de práticas agrícolas únicas que são a base dos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial, como é o caso do Sistema Agro-silvo-pastoril do Barroso.

A sub-região do Tâmega e Sousa por sua vez, apresentou relações socioespaciais influenciadas pela proximidade da Área Metropolitana do Porto, configurando como um território de transição entre o dinamismo das áreas urbanas e a ruralidade do interior norte de Portugal. Os municípios limítrofes as áreas urbanas, são mais industrializados, possuem oferta de infraestruturas de serviços, educação, saúde, densidade demográfica e produto interno bruto maiores, além de uma população mais jovem. Os municípios que são mais distantes da influência da Área Metropolitana do Porto possuem características mais rurais, com predominância do setor agrícola na base de suas economias, baixa densidade demográfica e com população mais envelhecida, o produto interno bruto é bem inferior quando comparado aos municípios mais industrializados.

A influência da Política Agrícola Comum nos territórios da sub-região do Tâmega e Sousa reflete a similaridade que ocorreu na sub-região do Alto Tâmega. A agricultura em áreas montanhosas não condiz com a dinâmica do modelo químico-mecânico, o que se traduz pela baixa permanência dos jovens nos campos impactando diretamente a troca geracional. A agricultura é conduzida em minifúndios, com dimensão em média de até 3 hectares.

O turismo é estimulado pela presença de resquícios de civilizações antigas e de um percurso que leva a São Tiago de Compostela na Espanha, essas características foram importantes para que a sub-região se candidatasse a fazer parte da Rede Internacional das Bio-regiões, além das paisagens rurais que estão em grande parte dos territórios, pois não há uma definição clara de zonas industriais, urbanas e residenciais sendo a ruralidade presente na paisagem.

Portanto, o primeiro momento do método regressivo-progressivo de Lefebvre descreveu o presente encontrado nas sub-regiões em estudo.

Considerando a segunda etapa do método, o momento analítico-regressivo buscou compreender a gênese das relações socioespaciais, em qual contexto histórico do passado

originaram-se as contradições e possibilidades, aqui a realidade descrita foi analisada, decomposta, explicada. Nesse sentido, o levantamento bibliográfico subsidiou essa etapa permitindo compreender como ocorreu a evolução da agricultura portuguesa a partir de um marco temporal e qual a influência dos desdobramentos da Política Agrícola Comum no setor agropecuário português. Acredita-se que Portugal se beneficiou da adesão ao bloco comunitário por meio do acesso dos diversos fundos estruturais, que também possibilitaram a modernização da agricultura portuguesa, apesar da constatação de alguns aspectos negativos.

Nesse contexto, ao longo do século XX e início do século XXI, o setor agrícola em Portugal passou por profundas transformações, a substituição das práticas agro-silvo-pastoris tradicionais pelo modelo químico-mecânico, implementado pelo governo fascista do “Estado Novo” português durante a política da “Campanha do Trigo” resultou na degradação da matéria orgânica dos solos, o abandono das atividades agropecuárias e o esvaziamento dos campos pelos produtores rurais menos capitalizados. O apoio governamental ao processo de industrialização somado a implementação de políticas agrícolas nacionais pouco eficazes para a realidade do país relegou a agricultura portuguesa para um papel secundário.

Após a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia em 1986, a agricultura portuguesa passou a ser orientada pelas diretrizes da Política Agrícola Comum a qual priorizava o ganho de escala na produção dos alimentos, o que impactou a geração de renda e a permanência dos pequenos agricultores, incapacitados de responder a lógica do agronegócio, intensificaram o abandono das atividades agrícolas migrando para outras localidades em busca de melhores condições de vida. Essa dinâmica ainda é presente nas zonas rurais portuguesas, como ficou evidenciado nesse estudo.

A reestruturação da agricultura portuguesa nos anos iniciais da implementação da PAC contribuiu para que os agricultores alcançassem bons rendimentos produtivos e financeiros, o que aumentou a competitividade da agricultura no país. No entanto, as reformas da PAC ocorridas entre 1992 a 2003 resultaram na retirada dos auxílios à produção e desse modo, a competitividade da agricultura decresceu impactando os rendimentos dos agricultores.

Ao longo do tempo a retirada dos auxílios à produção contribuiu para que o abandono dos campos pelos agricultores menos capitalizados se intensificasse, ao mesmo tempo que estimulou a expansão da dimensão das propriedades de médio porte adquiridas pelos produtores com maior preparo financeiro e técnico na condução das atividades agrícolas. O que demonstra a necessidade de políticas de auxílios, em especial, ao pequeno agricultor que não satisfazendo as exigências da PAC para a agricultura de grande escala, necessita de apoio para a condução de uma agricultura que seja adaptada às características socioeconômicas e ambientais locais.

As políticas agrícolas nacionais não foram capazes de criar condições satisfatórias para atenuarem os efeitos que a reestruturação imposta pela PAC promoveu na agricultura portuguesa, não reconhecendo as características das zonas rurais que poderiam ser utilizadas como mais aptas ao desenvolvimento desses territórios.

Conforme o referencial bibliográfico, a atual reforma da PAC 21/27 possui diretrizes que orientam a conversão de 25% das terras agricultáveis da União Europeia com a agricultura biológica. Nesse contexto, procurou-se analisar a evolução da agricultura entre os municípios da sub-região do Alto Tâmega e a sub-região do Tâmega e Sousa, desde a entrada de Portugal a CEE até os dias atuais, de forma a projetar cenários em que a agricultura biológica pudesse dinamizar os territórios levando em consideração o apoio das políticas agrícolas local, nacional e da União Europeia.

Esse segundo momento analítico-regressivo prevê as contradições e possibilidades da realidade descrita. No momento vivido reconhece-se a combinação prática das relações socioespaciais que não são contemporâneas, mas, resquícios do passado.

Na terceira etapa do método, o momento histórico-progressivo buscou retornar ao presente considerando as modificações e contradições das relações socioespaciais que têm origem histórica, aqui as possibilidades, alternativas e contradições não resolvidas podem direcionar a realidade socioespacial para um outro modo de produção e reprodução do espaço.

Nesse contexto, o projeto das Bio-regiões foi considerado como alternativa ao modelo químico-mecânico e possibilidade de um novo modo de produção e reprodução do espaço rural, uma vez que já existe o reconhecimento do território da sub-região do Alto Tâmega como parte da Rede Internacional das Bio-regiões, em conjunto com o Sistema agro-silvo-pastoril do Barroso, integrante dos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial. Essas iniciativas estão contempladas na atual reforma da PAC 21/27 e a sub-região do Tâmega e Sousa está em processo de candidatura para ingressar na Rede Internacional das Bio-regiões.

Acredita-se que as bio-regiões podem contribuir com a dinamização dos territórios rurais onde agricultores e entidades parceiras possam trabalhar em conjunto, como foi abordado no trabalho de Polita e Madureira (2022) ressaltando a importância da Perspectiva Multinível e o Sistema de Inovação e Conhecimento - *Agricultural Knowledge and Innovation Systems* – (AKIS), metodologia para auxiliar as partes interessadas nos processos de transições dos agroecossistemas.

A crescente demanda por alimentação saudável, especialmente, nos mercados consumidores de países mais desenvolvidos é o principal fator que possibilita o crescimento da produção em modo biológico. Desse modo, as bio-regiões enquanto modelo de organização dos

territórios rurais que concilia a produção de alimentos e a conservação dos recursos naturais, tem na agricultura biológica a base para a revitalização de áreas rurais mais fragilizadas.

Nessa perspectiva, considerando os dados do último Censo agrícola identificou-se que a agricultura biológica em escala nacional é representada majoritariamente pelas pastagens permanentes, seguida das culturas forrageiras como base da alimentação da pecuária biológica. A produção de carne biológica, em especial, de gado bovino visa atender os mercados da Alemanha, França e Reino Unido.

Em todos os municípios da sub-região do Alto Tâmega as pastagens permanentes apresentaram expansão da área agrícola ao longo das décadas de 2009 a 2022, excetuando-se Montalegre e Ribeira de Pena, bem como Amarante e Baião na sub-região do Tâmega e Sousa.

O Parque Nacional da Peneda-Gêres é uma área protegida que possui legislação própria para a conservação dos recursos da fauna e flora locais, também possui áreas dentro dos limites de Montalegre o que pode justificar a não expansão das pastagens nesse município durante o período de análise. Conforme Luz (2017), as pastagens permanentes nas áreas de baldio do Parque da Peneda-Gêres foram incentivadas pelas políticas agrícolas nacionais visando o acesso aos subsídios da PAC.

A diversificação das atividades que gerem renda nas propriedades rurais também deve ser considerada como o turismo rural, a gastronomia, artesanato e atividades que permitam a contemplação da natureza, considerando a responsabilidade dos agricultores e agricultoras na proteção e conservação dos recursos naturais, mas, também incluindo os agentes governamentais e membros da sociedade civil quanto ao uso desses territórios de grande valor paisagístico.

Considerando-se os dados analisados nos Censos agrícolas para a agricultura produzida em modo convencional, acredita-se que o apoio aos produtos hortícolas, fruticultura, vinhas e olivais, seriam melhores opções de investimento, diante das características da agricultura mediterrânica que Portugal apresenta.

A agricultura irrigada mostrou-se benéfica para os produtores que podem arcar com os custos do acesso à água, como os que se situam na área de influência da barragem de Alqueva, na Região do Alentejo, mas de um modo geral, as culturas de sequeiro devem ser consideradas, pois os efeitos das alterações climáticas ao longo do tempo tendem a atingir com fortes impactos negativos o território português.

Nas sub-regiões do Alto Tâmega e do Tâmega e Sousa verificou-se que as atividades agrícolas não são atrativas para a maioria dos jovens, contribuindo para migração dos mesmos em busca de mais oportunidades de trabalho e qualidade de vida, o que repercute de forma

direta na troca geracional resultando em territórios esvaziados e com altas taxas de envelhecimento populacional.

A sub-região do Alto Tâmega apesar de apresentar o setor primário como a principal base da economia, não corresponde ao modelo de agricultura própria do agronegócio, principalmente, pela topografia montanhosa que impede a mecanização. Os dados apresentados nesse estudo mostraram que ao longo do tempo a PAC não conseguiu impedir o esvaziamento dos territórios mais fragilizados, pois a orientação para a produção em escala não incluiu as pequenas agriculturas resultando no abandono dos campos.

Após a entrada de Portugal ao bloco comunitário verificou-se que o número de propriedades agrícolas decresceu ao longo do tempo, o término dos auxílios à produção executado durante a reforma da PAC em 1992 incentivou o abandono das atividades pelos agricultores menos capitalizados ao mesmo tempo em que houve expansão da área agrícola, principalmente, nas propriedades de médio porte = > 50 ha que agregaram as terras abandonadas dos pequenos agricultores. A classe mais representativa em ambas sub-regiões descritas no último Censo agrícola de 2019 foi a de $1 < 5$ hectares, enquanto que a média nacional foi de 13,9 hectares e na Região Norte, 6,1 hectares.

A especialização das atividades agrícolas reflete a atuação das sociedades agrícolas que aumentaram gradualmente alcançando em 2019 a gestão de 1/3 da superfície agrícola utilizada e mais da metade dos rebanhos de gado. Apesar da maioria das propriedades agrícolas ser gerida por produtores singulares (98,35%), o valor gerado por elas é inferior ao montante produzido pelas sociedades agrícolas, o que indica o direcionamento para a especialização da agricultura portuguesa.

A evolução da área cultivada com frutíferas e oliveiras indicou que na última década a fruticultura com culturas permanentes foi a grande aposta dos produtores rurais portugueses. Na Região Norte o investimento foi para os frutos frescos temperados que contribuíram para a economia regional.

As condições climáticas desfavoráveis em Portugal em 2022, problemas fitossanitários, de mão de obra e elevação dos fatores de produção contribuíram com a queda na produção de azeitonas, o que elevou os preços do azeite no mercado consumidor. O cultivo tradicional de azeitonas conduzido majoritariamente na Região de Trás-os-Montes no Norte de Portugal, contrasta com os cultivos altamente especializados na Região do Alentejo, no Sul do país.

A produção agrícola temporária no continente e no Norte de Portugal teve como destaque a produção de culturas forrageiras.

Os vinhos tinto e rosado são os mais produzidos no Continente, na Região Norte e na sub-região do Alto Tâmega. Enquanto que o vinho branco se destacou na sub-região do Tâmega e Sousa, em especial, nos municípios de Felgueiras, Penafiel, Amarante e Celorico de Basto.

A mão de obra agrícola em Portugal vem diminuindo ao longo do tempo. Três décadas após a adesão do país ao bloco comunitário, perdeu-se 41% da mão de obra agrícola no continente, quase 44% na Região Norte, 56,5% na sub-região do Alto Tâmega e 32% na sub-região do Tâmega e Sousa.

O aumento de mão de obra agrícola não familiar nas sub-regiões em estudo demonstra que as zonas rurais têm passado pela perda da população mais jovem, logo, é preciso a adoção de abordagens alternativas na gestão dos territórios rurais, por meio de políticas públicas e da governança local que apoiem a agricultura familiar. A iniciativa das bio-regiões que tem por base a agricultura biológica poderá atrair jovens agricultores contribuindo para reverter o processo de esvaziamento dos territórios rurais mais fragilizados.

Entre 2009 e 2019 o trabalho a tempo parcial registrou saldo positivo em alguns municípios dos territórios em estudo, o que demonstra que a renda das famílias foi complementada por outras atividades além do setor agrícola. Já o trabalho a tempo completo apresentou queda durante a última década nas duas sub-regiões.

A participação dos homens enquanto gestores de propriedades agrícolas ainda é dominante, são quase 50% do total e destes apenas 19% possui formação em nível superior em Ciências Agrárias, a formação agrícola prática responde por 25% do conhecimento entre os gestores e quase 70% trabalham a tempo parcial nas propriedades agrícolas que dirigem. Em média são 13 anos mais novos do que os produtores singulares estando na faixa dos 51 anos de idade.

No entanto, a categoria gestores femininos foi a que apresentou o maior aumento na última década, no Continente na Região Norte e em todos os municípios da sub-região do Alto Tâmega. Já na sub-região do Tâmega e Sousa apenas nos municípios de Felgueiras, Lousada e Resende foram registrados aumentos no número de gestoras durante a última década.

As propriedades rurais que não se enquadram na categoria das sociedades agrícolas, são geridas em sua maioria por homens (67,1%) idosos com média de 64 anos de idade, com baixa escolaridade, 46,3% concluíram o primeiro nível do ensino básico, 53% possuem formação agrícola exclusivamente prática. E as famílias são compostas, em geral, por quase 3 pessoas e 59,5% destas famílias dependem de pensões ou aposentadorias

Nos municípios de Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar na sub-região do Alto Tâmega e em Felgueiras, Lousada e Resende na sub-região do Tâmega e Sousa, foram

registrados aumentos na participação das mulheres como responsáveis pela gestão das propriedades.

Em Portugal o ensino formal completo não faz parte da realidade da maioria dos produtores agrícolas singulares, esse fato se reflete no baixo uso tecnológico e de inovação que interfere na produtividade e geração de renda das famílias. Durante a última década o nível de instrução agrícola entre os agricultores e agricultoras aumentou devido as exigências de frequência em cursos de formação de aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

Nesse contexto, considerando as metas previstas na Estratégia Nacional da Agricultura Biológica foi identificado nos dados do Observatório Nacional da Produção Biológica que a oferta de capacitação em produção biológica registrou saldo positivo, com o credenciamento de 720 técnicos, e destes 20 deverão atuar na sub-região do Alto Tâmega e 14 na sub-região do Tâmega e Sousa.

Do mesmo modo, a meta para aumentar em 20% a capacidade formativa em produção biológica até 2027, gerou um total de 891 cursos de formação registrados em 2022. Disponibilizar aos agricultores formação técnica sobre o modo de produção biológico é fundamental para que a agricultura biológica possa se expandir e alcançar os 25% das terras agrícolas previstos na estratégia *Farm to Fork*.

As espécies frutíferas, de modo geral, são as principais culturas em modo de produção biológico nas duas sub-regiões em estudo, seguido das hortaliças, da apicultura e das plantas aromáticas e medicinais. O Norte e Centro da Europa são os principais mercados consumidores desses produtos. Nesse contexto, o levantamento de informações permitiu inferir que nos territórios em análise a agricultura biológica pode dinamizar as áreas rurais mais fragilizadas considerando o modelo das bio-regiões e o apoio das políticas públicas nacional e da PAC.

A adesão da população ao projeto é o principal ponto na implementação da bio-região pois é preciso que haja a conversão da produção agrícola para agroecossistemas mais sustentáveis, baseados na agricultura biológica. Reconhecer que existe uma interligação entre a produção de alimentos e a conservação dos recursos naturais foi a principal premissa para que as sub-regiões em estudo pudessem ser avaliadas sob a ótica das novas regras da PAC 21/27.

Diante das alterações climáticas um novo modelo de produção de alimentos deve surgir. É preciso que haja o apoio de políticas públicas que subsidiem a organização dos territórios em uma matriz produtiva sustentável. Logo, a agricultura biológica e os conhecimentos tradicionais podem ser a base do novo paradigma global. A agricultura biológica como base das atividades econômicas nos territórios das bio-regiões e dos SIPAM, pode promover a diversificação das culturas resultando em maiores ganhos e contribuindo com a segurança alimentar dos

agricultores e agricultoras de cada localidade participante, movimentando a economia além da valorização dos conhecimentos tradicionais e da gestão dos territórios com foco na conservação dos recursos naturais.

Nesse contexto, as sub-regiões do Alto Tâmega e do Tâmega e Sousa possuem um tipo de agricultura mais familiar, que podem ser beneficiadas pela implantação e desenvolvimento do projeto das bio-regiões. Essa nova abordagem deve ser estimulada como forma de lidar com cenários de adversidades climáticas que tendem a se tornar uma constante. A iniciativa do projeto das bio-regiões é um modelo de autogestão comunitária de zonas rurais fragilizadas em que um novo modo de produção e de trabalho é elencado na organização e reorganização das práticas agrícolas. Sua dinâmica incentiva novas formas de interações entre os seres humanos e estes com a natureza. Consequentemente novas relações espaciais e sociais das comunidades envolvidas serão geradas.

Nesse estudo estabeleceu-se que o produto e condição das relações sociais de produção é o uso do solo pelos fatores de produção agrícola, como continuidade e parte integrante do processo de produção que reproduz novas formas de padronização do espaço rural, criando paisagens com uso pré-determinado, como as monoculturas intensivas dos olivais criadas pela racionalidade capitalista na Região do Alentejo no Sul de Portugal. Conforme Pereira (2023), o espaço em Lefebvre explica a sociedade capitalista ao produzir e reproduzir o espaço com suas especificidades, características e contradições.

Na teoria da produção do espaço de Lefebvre, a transformação do espaço passa pela mudança nos modos de produção que possibilite outras formas de relações socioespaciais e de interações com a natureza de modo a apropriar-se dela em vez de dominá-la.

Nesse contexto, em vista das ações do passado que moldaram a realidade atual, a produção de um novo espaço rural pode ser vislumbrada a partir de mudanças no presente e desse modo, projetar um novo futuro para as zonas rurais que implementam o modelo de autogestão das bio-regiões. Essa proposta pode ser correlacionada com a teoria da produção do espaço de Lefebvre em que elenca a apropriação da natureza em vez da dominação técnica destrutiva do capitalismo. O valor de uso sobrepondo-se ao valor de troca.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a inclusão das áreas em estudo na Rede Internacional das Bio-regiões e nos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial como é o caso do Sistema agro-silvo-pastoril do Barroso, é possível que a nova PAC 21/27 beneficie a sub-região do Alto Tâmega e

a sub-região do Tâmega e Sousa a partir da organização dos mesmos sob as premissas das bio-regiões, isto é, a abordagem da autogestão territorial centrada nas demandas comunitárias com o apoio de diversos atores sociais, como os agricultores, consumidores, grupos de ação local, operadores turísticos e o poder público por meio das políticas públicas.

Para que haja desenvolvimento dos territórios rurais fragilizados pela falta de mão de obra e de infraestruturas é preciso investimentos em inovação, capacitação e apoio de políticas públicas que permitam a condução de um planejamento estratégico de gestão, baseada em objetivos com uma definição clara de negócios considerando as particularidades e necessidades de cada localidade. Desse modo, a proposta de gestão comunitária dos recursos naturais apresentada pelo projeto das bio-regiões contempla a realidade dos municípios da sub-região do Alto Tâmega e a sub-região do Tâmega e Sousa que têm nas atividades agrícolas sua principal fonte de renda.

Conclui-se que apoiar os agroecossistemas de pequena escala por meio da capacitação dos agricultores e agricultoras com transferência de subsídios que auxiliem na manutenção das atividades agrícolas de base agroecológica e na conversão dos sistemas convencionais para o modo biológico poderá impactar positivamente os territórios estudados. A revitalização dos territórios rurais poderá ocorrer por meio da inovação e tecnologia trazidas pelos jovens integrados aos conhecimentos dos sistemas alimentares tradicionais que estão com os mais velhos.

Como proposta de uma pesquisa futura, considera-se avaliar a evolução da agricultura nas sub-regiões em estudo, após a aplicação das novas regras da PAC 21/27, subsidiada por meio dos dados disponibilizados nos Censos agrícolas futuros e na plataforma do Observatório Nacional da Produção Biológica, que possibilitará tirar conclusões mais aprofundadas a respeito do desenvolvimento rural sustentável e na melhoria das condições de vida das populações residentes nas áreas em estudo.

7 - REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 702, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/texto> Acesso em janeiro de 2021.

ADRAT – **Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega**. Disponível em: <https://adrat.pt/adrat/> Acesso em outubro de 2023.

AGROBIO. **O que é a Agricultura Biológica?** Disponível em: <https://agrobio.pt/o-que-e-a-agricultura-biologica/> Acesso em abril de 2024.

ALMARGEM. Associação de defesa do patrimônio cultural e ambiental do Algarve. **Documento de Posição sobre o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal**. 08 DE JULHO DE 2021. Disponível em: http://almargem.org/site/index.php?option=com_content&view=article&id=307:2021-07-0808-54-30&catid=13:noticias&Itemid=39 Acesso agosto de 2022.

AMARAL, L. P. G. **O saber tradicional na gestão sustentável da água**. Universidade de Aveiro. Departamento de Ambiente e Ordenamento. 2007. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/557/1/2008001255.pdf> Acesso em janeiro de 2021.

BRANDÃO, C. Pactos em Territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **o&s** - v.15 - n.45 - Abril/Junho – 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n45/v15n45a11.pdf> Acesso em janeiro de 2021.

CANDEIAS, S. **Estado da Arte do Estatuto da Agricultura Familiar**. Jornadas da Agricultura Familiar, 18 de fevereiro 2021. AFAVEL – Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável em Contexto de Alterações Climáticas. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas. Disponível em: https://www.dgadr.gov.pt/images/af/minutas/Estado_arte_EAF_Jornadas_AFAVEL_18.02.2021.pdf Acesso agosto de 2022.

CARMO, M. C. **Solo e agricultura no século XX português: um problema ambiental, histórico e epistemológico**. Instituto Superior de Agronomia – Universidade de Lisboa. 2018. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17510/1/TesePHD_Miguel%20Carmo_4Dez2018.pdf Acesso em janeiro de 2022.

CARMO, R. M. A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Piracicaba, SP, vol. 48, nº 01, p. 9-22, jan/mar 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/vrj6fHFQYGwNdjBvXqfmbNB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em junho de 2022.

CARMO, R. M. . (2009). A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, (21), 252-280. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/hcYtqJZYnq9Lk86HKbhLhgg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em janeiro de 2024.

CARVALHO, P. N. **A política agrícola comum da Europa: controvérsias e continuidade.** © Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2016. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/06122016td_2258.pdf Acesso em janeiro de 2021.

CIMAT. **Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso**, 2022. Disponível em: <https://cimat.pt/> Acesso em agosto de 2023.

CIM TAMEGA E SOUSA. **Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa**, 2022. Disponível em: <https://cimat.pt/> Acesso em agosto de 2023.

CLAVAL, Paul. Espaço e território: as bifurcações da ciência regional. Espaço e Economia; **Revista Brasileira de Geografia Econômica** [online], Ano I, número 1, 1/2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/94> Acesso em janeiro de 2021.

COMISSÃO EUROPEIA (a) - **A UE e as Nações Unidas – objetivos comuns para um futuro sustentável**, 2022. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/sustainable-development-goals/eu-and-united-nations-common-goals-sustainable-future_pt#:~:text=A%20Agenda%202030%2C%20juntamente%20com,social%2C%20ambiental%20e%20de%20governar%20C3%A7%C3%A3o. Acesso julho de 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. (b) **A abordagem holística da União Europeia para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/sustainable-development-goals/eu-whole-government-approach_pt Acesso em janeiro de 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. (c) **A política agrícola comum**. 2021 Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-2023-27_pt Acesso em janeiro de 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. (d) **Pacto ecológico europeu**. Ser o primeiro continente com impacto neutro no clima, 2021. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt Acesso em janeiro de 2021.

CONSELHO EUROPEU – **O Ciclo do Semestre Europeu, em síntese**. Conselho da União Europeia Secretariado-Geral, 2024. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-semester/> Acesso em abril de 2024.

CONSELHO EUROPEU (a) - **A política agrícola comum para o período 2023-2027**. Conselho da União Europeia Secretariado-Geral, 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cap-introduction/cap-future-2020-common-agricultural-policy-2023-2027/> Acesso julho de 2022.

CONSELHO EUROPEU (b) - **Pacto Ecológico Europeu**. Conselho da União Europeia Secretariado-Geral, 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/> Acesso julho de 2022.

CONSELHO EUROPEU (c) – **Do prado ao prato**. Conselho da União Europeia Secretariado-Geral, 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/from-farm-to-fork/> Acesso julho de 2022.

COSTA, C. da A. *et al.* **Manual das Bio-Regiões: uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais.** Área 4. Observação da agricultura e dos territórios rurais operação PDR2020-2024 – 055398. Coordenação Rede Rural Nacional. Revisão. ISBN 978-989-8539-17-5. Editora Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Lisboa, 76 páginas, 2022. Disponível em: <https://www.rederural.gov.pt/centro-de-recursos?task=download.send&id=2086&catid=123&m=0> Acesso Maio de 2023.

COWIE, P.; TOWNSEND, L.; SALEMINK, K. Smart rural futures: Will rural areas be left behind in the 4th industrial revolution? **Journal of Rural Studies** 79 (2020) 169-176. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016720310834> Acesso agosto de 2021.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. Moacir R. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.10, n.2 Junho de 2003 (corresponde ao v. 29, nº 2 da Revista Farming Matters). ISSN: 1807-491X. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf> Acesso em julho de 2022.

DE CARLI, C. Questão agrária no século XXI: os efeitos do agronegócio para as políticas de reforma agrária no Brasil e em Portugal. Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife – PE – Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia** volume 12 (2) | 693 - 723 | 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/download/7359/6925>. Acesso junho de 2022.

DOMINGUES, T., ALVES, R. P. **Competitividade e cadeias de valor no sector agroalimentar e agroflorestal português.** Tema Económico 83 julho de 2020 - Gabinete de Estratégias e Estudos do Ministério da Economia. Disponível em: https://gee.gov.pt/pt/?option=com_fileman&view=file&routed=1&name=Tema%20Econ%C3%B3mico%2083.pdf&folder=estudos-e-seminarios%2Ftemas-economicos&container=fileman-files Acesso julho de 2022.

DOS-SANTOS, M. J. P. L., HENRIQUES, P. D. S., FRAGOSO, R. M. S., CARVALHO, M. L. S. As Atitudes dos Agricultores Face à Política Agrícola Comum e ao Projecto de Regadio de Alqueva. **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 233-256, jan/mar 2011 – Impressa em maio 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/cJ9vtzXfxsCYN3Cf3VXBYVj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em julho de 2022.

ELEUTHERIOU et al. **O Design Thinking como ferramenta colaborativa para o desenvolvimento de cidades humanas inteligentes em prol do bem comum.** 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301454125_O_Design_Thinking_como_ferramenta_colaborativa_para_o_desenvolvimento_de_cidades_humanas_e_inteligentes_em_prol_do_bem_comum Acesso em janeiro de 2021.

ELEVATION API - **Mapa topográfico Rio Tâmega, altitude, relevo**. 2023. Disponível em: <https://pt-pt.topographic-map.com/map-n231h/Rio-T%C3%A2mega/?center=41.66881%2C-7.76596&zoom=10&popup=41.49624%2C-7.64442> Acesso em outubro de 2023.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.13-32. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/ELIAS-Globaliza%C3%A7%C3%A3o-Agricultura-eUrbaniza%C3%A7%C3%A3o-1.pdf> Acesso em janeiro de 2021.

ENTERPRISE EUROPE NETWORK. **Pacto Ecológico Europeu/Green Deal**. Disponível em: <https://www.een-portugal.pt/info/polserv/pol%c3%adticas/Paginas/Pacto-Ecologico-Europeu.aspx> Acesso em: outubro de 2022.

FAO. 2017. **The future of food and agriculture** – Trends and challenges. Rome. 2017 Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6583e.pdf> Acesso em janeiro de 2021.

FAO. 2019. **The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture**, J. Bélanger & D. Pilling (eds.). FAO Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments. Rome. 572 pp. Disponível em: <http://www.fao.org/3/CA3129EN/CA3129EN.pdf> Acesso em julho de 2022.

FAO y IFAD. 2019. **Decenio de las naciones unidas para la agricultura familiar 2019-2028**. Plan de acción mundial. Roma. Disponível em: https://www.dgadr.gov.pt/images/af/minutas/FAO_-_Plano_Global_Decada_AF.pdf Acesso julho de 2022.

FERREIRA, D. B. Evolução da paisagem de montado no Alentejo interior ao longo do século XX: Dinâmica e incidências ambientais. **Finisterra**, XXXVI, 72, 2001, pp. 179-193. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1633> Acesso em julho de 2021.

FREIRE, D. A Campanha do Trigo, 2008. In Simões do Paço, A. (ed.), Os Anos de Salazar. 1993 – **A Constituição do Estado Novo** (Vol.2, pp. 31-39). Lisboa: Centro Editor PDA/Planeta DeAgostini. Disponível em: https://www.academia.edu/12605509/AUTHOR_A_Campanha_do_Trigo_The_Wheat_Campaign_ Acesso em março de 2022.

FREHSE, F. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. **Tempo Social**; Rev.Sociol. USP, S. Paulo, 13(2):169-184, novembro de 2001.

GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. **Guia PEPAC Portugal – Arquitetura**. GPP - Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa. 9 de setembro 2022, versão 1.0. Disponível em: https://www.gpp.pt/images/PEPAC/GuiasPEPAC/Guia_PEPAC_090922_Arquitetura.pdf Acesso janeiro de 2023.

GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. **Guia PEPAC Portugal – Eixo C**. GPP - Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa. 9 de setembro 2022, versão 1.2. Disponível em: https://www.gpp.pt/images/PEPAC/GuiasPEPAC/Guia_PEPAC_090922_EixoC_V12.pdf Acesso janeiro de 2023.

GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. **Guia PEPAC Portugal – Eixo D**. GPP - Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa. 9 de setembro 2022, versão 1.2.

Disponível em:

https://www.gpp.pt/images/PEPAC/GuiasPEPAC/Guia_PEPAC_090922_EixoD_v12.pdf

Acesso janeiro de 2023.

GPP. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. **PAC pós 2020 – Documentação de base**. Disponível em: <https://www.gpp.pt/index.php/pac/documentacao-base> Acesso em janeiro de 2021.

HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. In: BENKO, Georges. Economia urbana e regional na virada de século. RIBEIRO, Maria Teresa F.; MILANI, Carlos Roberto S.

Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:

<https://static.scielo.org/scielobooks/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf> Acesso em janeiro de 2021.

HOOFT, K. V. Antigas tradições, novas práticas. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.10, n.2. Junho de 2013 (corresponde ao v. 29, nº 2 da Revista Farming Matters). ISSN: 1807-491X. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-6.pdf> Acesso julho de 2022.

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca, I. P. **Greening**. 2022. Disponível em: <https://www.ifap.pt/greening-regras#:~:text=O%20pagamento%20greening%20corresponde%20a,direitos%20ativados%20nesse%20mesmo%20ano.> Acesso em agosto de 2022.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Região Norte em números (in figures). 2018, Edição 2020**. Disponível em: https://www.ine.pt/ine_novidades/RN2018/norte/21/ Acesso em setembro de 2023.

KAGEYAMA, A. (2004). Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Vol. 21, nº23, p. 379-408. Brasília. Set./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/issue/view/254> Acesso em junho de 2022.

LUZ, A. L. Entre subsídios e turismo: instituições e poder na gestão dos baldios do parque nacional da Peneda Gerês. **Finisterra**, 2017. 52(105). <https://doi.org/10.18055/Finis9824>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/9824> Acesso em janeiro de 2024.

MARQUES, C. A. F. Contribuição e papel das pastagens e forragens na PAC PÓS-2013. **Pastagens e Forragens**. Vol. 32/33, 2013, p. 135-141. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62456045.pdf> Acesso julho de 2022.

MARTINS, C. A. M. L. **Immigrant entrepreneurship: sub-region of Tâmega e Sousa**, 2022. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Politécnico do Porto. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/21465/1/Camila_Martins_MISB_2022.pdf Acesso em janeiro de 2024.

MENDES, J. M. A.; AMARO, A. R.; RODRIGUES, M. F. A indústria transformadora na região norte: efeitos da integração europeia, 1986-1995. **Gestão e Desenvolvimento**. January 2001 DOI: 10.7559/gestaoedesenvolvimento.2001.71. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277036263_A_industria_transformadora_na_Regiao_Norte_efeitos_da_integracao_europeia_1986-1995?enrichId=rgreq-e61ec6c4e143a7d69fcafa61f446dc98-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3NzAzNjI2MztBUzoyODE5NTM2OTQ2OTk1NDVAMTQ0NDIzNDQwNzg3Ng%3D%3D&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf Acesso em novembro de 2023.

MOYANO-ESTRADA, E., ORTEGA, A. C. A reforma da PAC para o período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 04, p. 687-704, Out/Dez 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/WvLXYbfSpSZpzW6D4hZ7pCd/?format=pdf&lang=pt> Acesso junho de 2022.

MOREIRA, J. R. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/232/228> Acesso em janeiro de 2021.

NAÇÕES UNIDAS - Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Desenvolvimento Sustentável. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda> Acesso julho de 2022.

OLIVEIRA, C. L. F. **A Política Agrícola Comum Europeia** [manuscrito]: uma análise a partir da regulação multilateral do comércio agrícola e as implicações para os países em desenvolvimento / Celso Lucas Fernandes Oliveira. - 2016. 113 f. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6475/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Celso%20Lucas%20Fernandes%20Oliveira%20-%202016.PDF> Acesso em agosto de 2022.

ONPB – **Observatório Nacional da Produção Biológica**. Disponível em: <https://producaobiologica.pt/> Acesso em junho de 2023.

ORTIGOZA, S. A. G. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre na geografia urbana. In: Godoy, PRT., org. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia** (online). São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 289 p. ISBN 978-85-7983-127-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PAIS *et al.* Elementos para a história do fascismo nos campos: A “Campanha do Trigo”: 1928-38 (II). **Análise Social**, vol. XIV (54), 1978-2º., 321-389. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989053Q5hNW8wm8Db11DB9.pdf> Acesso em março de 2022.

PARLAMENTO EUROPEU. **Pacto Ecológico**: essencial para uma UE sustentável e climaticamente neutra, 2023. Disponível em:

<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20200618STO81513/pacto-ecologico-essencial-para-a-sustentabilidade-na-ue> Acesso maio de 2023.

PARLAMENTO EUROPEU. **Relatório sobre o futuro da alimentação e da agricultura.** Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0178_PT.html Acesso em janeiro de 2021.

PARLAMENTO EUROPEU (a) – **Os instrumentos da PAC e as suas reformas.** Fichas Técnicas sobre a União Europeia – 2022. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_3.2.3.pdf Acesso julho de 2022.

PARLAMENTO EUROPEU (b) - **Segundo pilar da PAC: a política de desenvolvimento rural.** Fichas Temáticas sobre a União Europeia – 2022. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_3.2.6.pdf Acesso julho de 2022.

PARLAMENTO EUROPEU – **Tratado de Roma (CEE).** 2017. Disponível em: EUR-Lex - xy0023 - PT - EUR-Lex (europa.eu) Acesso em janeiro de 2024.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) nº 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013.** Que estabelece regras para os pagamentos diretos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum e que revoga o Regulamento (CE) nº 637/2008 do Conselho e o Regulamento (CE) nº 73/2009 do Conselho. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:347:0608:0670:PT:PDF> Acesso em agosto de 2022.

PDR. **Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.** Disponível em: <http://www.pdr-2020.pt/> Acesso em janeiro de 2024.

PDR. Programa de Desenvolvimento Rural. **Referencial Estratégico da Bio-região do Tâmega e Sousa,** 2022. Disponível em: https://inovacao.rederural.gov.pt/images/Docs/DOC_Projetos/Referencial_Estrategico_Biorregiao_TS.pdf Acesso em janeiro de 2024.

PEREIRA, C. S. S. . (2023). Qual o lugar da natureza na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre? Algumas reflexões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais,** 25. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202319pt> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/wQWrFVScNTzRHHV9TFg4FgK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em janeiro de 2024.

PIRES, L. A. As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências sociais e assimetrias regionais. **Revista de História da Sociedade e da Cultura.** Vol. 18 (2018), 251-272. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_18_12 Acesso em maio de 2022.

POLITA, F., & MADUREIRA, L. Transições para a sustentabilidade na agricultura corporativa: inovação agroecológica na viticultura do Douro, Portugal. **Revista de Economia e Sociologia Rural** - 60 (2), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/KS6htwb8fJXzVKhNXYM4qBG/?format=pdf&lang=pt> Acesso julho de 2022.

PORDATA. **Estatísticas sobre Portugal e Europa**. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023. Disponível em: PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores Acesso em outubro de 2023.

PORTAL DIPLOMÁTICO – República Portuguesa. Negócios Estrangeiros. **Sobre Portugal**, 2023 Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-portugal> Acesso em janeiro de 2023.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 64/2018**. Diário da República, 1.ª série — N.º 151 — 7 de agosto de 2018. Estatuto da Agricultura Familiar. Regulamentado pela Portaria n.º 73/2019. Alterados pelo Decreto-Lei n.º 81/2021, de 11 de outubro e pela Portaria n.º 228/2021, de 25 de outubro. Disponível em: <https://www.dgadr.gov.pt/agriculturafamiliar> Acesso em julho de 2022.

PORTUGAL. **Regulamento (UE) 2018/848 do parlamento europeu e do conselho de 30 de maio de 2018**. Relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do conselho. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018R0848&=PT> Acesso em janeiro de 2021.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017**. Diário da República, 1.ª série — N.º 144 — 27 de julho de 2017. Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2017/07/14400/0420704231.pdf> Acesso em abr. 2023.

PORTUGAL. **Lei n.º 72/2014**, de 2 de setembro. Procede à segunda alteração à Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, que estabelece a Lei dos Baldios, à alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e à nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/72-2014-56388820> Acesso em janeiro de 2023.

PORTUGAL, **Decreto-Lei n.º 195/2012 de 23 de agosto**. Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. – IFAP. – Disponível em <https://files.dre.pt/1s/2012/08/16300/0464604648.pdf> Acesso em agosto de 2022.

PORTUGAL. **Lei n.º 68/93, de 4 de setembro**. Lei dos Baldios. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/68-1993-630414> Acesso em janeiro de 2023.

PORTUGAL, **Decreto n.º 17.252 de 21 de agosto de 1929**. Aprova as bases para a organização da Campanha do Trigo em 1929-1930. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/2439875/decreto-17252-de-21-de-agosto> Acesso em maio de 2022.

QUINTAS, A. *et al.* **A Paisagem como Problema. Conhecer para Proteger, Gerir e Ordenar**. 2018, FIDALGO, Pedro (Coord.) Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/38760279/SERRA_DO_MAR%C3%83O_O_FUTURO_NA_TRADI%C3%87%C3%83O_OU_A_TRADI%C3%87%C3%83O_NO_FUTURO Acesso em junho de 2023.

RAMOS, É. C. M. . (2021). O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando a sua genealogia espacial. *GEOSP*, 25(2), <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.181965> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/pJqBHHy6tpNnSRChkMQmnS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em janeiro de 2024.

RECENSEAMENTO AGRÍCOLA **análise dos principais resultados** – 2019. Edição de 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=437178558&PUBLICACOESmodo=2 Acesso em junho de 2021.

ROXO, M. J. A cultura do trigo e a degradação dos solos na margem esquerda do Guadiana. *Territorium*, 7, 2000. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T07_artg/T07_artg03.pdf Acesso em março de 2022.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781> Acesso em janeiro de 2021.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1). Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%C3%A7o.pdf?sequence=1> Acesso em junho de 2022.

SCHEFFER, S. M.; KACHAUKJE, S. O método regressivo-progressivo de Lefebvre para investigar a produção de habitação social sobre o espaço em Ponta Grossa - PR. **Emancipação**, Ponta Grossa, 18(1): 63-82, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/11028> Acesso em janeiro de 2024.

SILVA, E. R. F., HESPANHOL, R. A. de M. As políticas públicas para o meio rural no Brasil e em Portugal e suas abordagens. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 22 Abr., 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/32060> Acesso em junho de 2022.

SILVA, M. C. A agricultura portuguesa, o Estado e a PAC europeia. **Sociedade e Cultura 1**, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol 13 (1), 2000, 51-80. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/13551/3/A%20agricultura%20portuguesa%20%20o%20Estado%20e%20a%20PAC%20europeia.pdf> Acesso em junho de 2022.

SOUSA, F. de. Portugal e a União Europeia. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 43 (2) • Dez 2000 Notas. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Hb4gpVrS5y53hb3KjwXmj5c/?format=pdf&lang=pt> Acesso junho de 2022.

SOUSA, R. A. D. A Política Agrícola Comum Europeia e apropriação de terras: uma realidade a partir do monopólio português no Polo Juazeiro/Petrolina. **Campo-Território:**

revista de geografia agrária. Edição especial, p. 116-135, jun., 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/29373/18928> Acesso em junho de 2022.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico** / Eliseu Savério Sposito. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TSCHARNITKE, T. *et al.* Beyond organic farming – harnessing biodiversity-friendly landscapes. **Trends in Ecology & Evolution**. Disponível online em 3 de agosto de 2021. Na impressão, Prova correta. Disponível em: <https://www-sciencedirect.ez32.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S016953472100183X> Acesso em agosto de 2021.

VETBIBLIOS. **Pecuária Biológica**. Disponível em: http://www.vetbiblios.pt/PECUARIA_BIOLOGICA/Pecuaria_Biologica.htm Acesso em abril de 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 15, p. 87-145, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178> Acesso em janeiro de 2021.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. **Sub-regiões de Portugal**. Disponível em: [MunicipalityGroupingsInPortugal - File:MunicipalityGroupingsInPortugal.svg - Wikimedia Commons](#) Acesso em abril de 2024.